

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia**

Suzana Silveira Gnaccarini

**A FLORESTA URBANA E SEU SIMBOLISMO NA VIDA DE MORADORES  
DA VILA PARQUE DA CIDADE – RIO DE JANEIRO**

São Paulo

2013

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia**

Suzana Silveira Gnaccarini

**A FLORESTA URBANA E SEU SIMBOLISMO NA VIDA DE MORADORES  
DA VILA PARQUE DA CIDADE – RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

São Paulo

2013

Suzana Silveira Gnaccarini

**A FLORESTA URBANA E SEU SIMBOLISMO NA VIDA DE MORADORES  
DA VILA PARQUE DA CIDADE – RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

---

---

---

São Paulo, de de 2013.

A meus pais queridos

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, fica expresso aqui a minha gratidão, especialmente:

Ao Professor Doutor Gustavo de Oliveira Coelho de Souza, pela orientação segura, e apoio em todos os momentos necessários.

Às bibliotecárias, Mônica Carneiro Alves da Fundação Biblioteca Nacional e Eliane Junqueira da Biblioteca Casa de Portugal de São Paulo, pelo interesse, conhecimento e pela ajuda incondicional.

## RESUMO

Esta dissertação realizou um estudo sobre a produção do espaço geográfico, na Comunidade Vila Parque da Cidade no município do Rio de Janeiro. Seu objetivo foi analisar o espaço construído segundo a necessidade básica de habitar numa área de floresta urbana. Foi realizado um estudo da relação dessa Comunidade com o Parque Natural Municipal da Cidade, justaposto ao Parque Nacional da Tijuca e o Jardim Botânico, formando o Mosaico de áreas de proteção ambiental. Buscou-se o levantamento da percepção dessa Comunidade acerca dos usos da floresta e os serviços que oferece, e seus simbolismos. A metodologia empregada foi a de entrevistas semiestruturadas, acompanhada de questionários e observação. A pesquisa investigou também informações retiradas dos censos oficiais e Institutos de pesquisa oficiais e privados buscando identificar o movimento espacial das classes sociais e seu impacto no ambiente, principalmente as razões estruturais desse movimento. Os resultados mostram que a expansão do capital no espaço urbano tem o estado como aliado, valendo-se das políticas de planejamento urbana, sem a consideração necessária de um desenvolvimento que incorpore os direitos da população trabalhadora e os pressupostos da preservação ambiental. A busca do direito à moradia em assentamentos precários é em geral alocada em áreas de preservação.

**Palavras-chave:** Comunidade Vila Parque da Cidade; Parque Natural Municipal da Cidade; Floresta da Tijuca; Percepção; Produção do Espaço.

## ABSTRACT

The result of this research came from a study of the geographical production of space in the Vila Parque da Cidade community, in the City of Rio de Janeiro. Its goal was to analyze the built space by the spatial practice according the basic needs to live. We developed a study from the relationship between the community, the neighbor Municipal Natural City Park and the Botanical Garden both hosted by the Tijuca National Forest, making a mosaic among local protected areas. We attempted to get the perception of that community about the usages of the main forest and its amenities and symbolism. The methodology comes through semi-structured interviews followed by questionnaires and author observation. The research also investigated information taken from official censuses and papers of research institutes and others private, seeking to identify the spatial movement of social classes and their impact on the environment, especially the structural reasons of this movement. The results showed that the expansion of capital in urban space has the State as an supporter, drawing on urban planning policies without the necessary consideration of a development that could incorporate the rights of workers and the assumptions of environmental preservation, resulting as housing the slums, generally allocated in preservation areas.

**Keywords:** Vila Parque da Cidade Community; Natural Municipal Park of the City; Tijuca Forest; Spatial Practice; Slums; Perception; Production of Space.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>9</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo 1 – O Urbanismo na Metrópole Moderna.....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 2 – A Espacialidade na Modernidade da Metrópole Brasileira: a Cidade do Rio de Janeiro.....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo 3–Construindo um Lar.....</b>	<b>57</b>
<b>Capítulo 4 - Pesquisa na Vila Parque da Cidade e Parque Natural Municipal da Cidade.....</b>	<b>72</b>
<b>Conclusões.....</b>	<b>102</b>
<b>Referências.....</b>	<b>104</b>
<b>Referencias WEB.....</b>	<b>110</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>113</b>

## APRESENTAÇÃO

A degradação da vida nas cidades traz como discussão relevante o papel dos espaços públicos verdes.

No processo de requalificação das cidades pelas reformas urbanas implantadas, a partir de meados do século XIX, os espaços públicos abertos se apresentaram como elemento de extrema relevância na composição desses projetos, seja como elementos constituintes do tecido urbano preteritamente existente, nas grandes metrópoles, ou na urbanização nascente como é caso do Rio de Janeiro, o caso que estudaremos.

Esse tema apresentou-se importante para mim desde que comecei um embate com a questão ligada à paisagem geográfica, atuando em defesa de um ambiente sustentável na comunidade de adoção.

Assim, parece apropriado que eu relate um pouco da minha história de vida.

Em 1997 trabalhava como advogada em São Paulo e buscando uma vida mais saudável, mudei-me para uma casa em região formada por imigrantes suíços (Helvetia, bairro de Indaiatuba) e alemães (Friburgo, bairro de Campinas), em zona rural de Indaiatuba, interior do Estado de São Paulo (1 hora da capital), junto à divisa com a zona sul - rural e industrial - de Campinas<sup>1</sup>.

Região de pequenas propriedades rurais que se dedicam à criação de gado leiteiro, caprinos, avicultura, confecção de queijo artesanal, plantação de uva, café, cana-de-açúcar, frutas e verduras, viveiros de plantas ornamentais e olarias de tijolos.

O bairro Helvetia, zona rural de Indaiatuba, onde os suíços se fixaram e mantêm suas tradições num centro comunitário e histórico formado por uma Igreja Católica, Casa paroquial, museu, biblioteca, escolinha de alemão, prédio de antiga escola, hoje espaço das grandes cerimônias sociais, além de festas típicas.

---

<sup>1</sup>[http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/eventos-e-informacoes/seminario230/3seminario\\_terceira.php](http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/eventos-e-informacoes/seminario230/3seminario_terceira.php); <http://pt.wikipedia.org/wiki/Indaiatuba>

Segundo a Fundação Pró-memória<sup>2</sup> de Indaiatuba data de 1854 a origem da Colônia Helvetia<sup>3</sup>, primeiro núcleo suíço dessa região. Esse bairro rural Helvetia sofreu um grande processo de alteração espacial, principalmente pela construção do trecho ferroviário Indaiatuba a Campinas em 1914 pela Companhia União Sorocabana, abrindo a estação Helvetia. Com a construção da Rodovia Estadual Santos Dumont, SP 75 que liga Campinas, Aeroporto Internacional de Viracopos, a Sorocaba ocorreu um novo impacto nessa comunidade, que é seccionada, de um lado pelo centro de práticas culturais, e pelo outro, as propriedades das famílias que restaram dividem espaço com o bairro popular, Jardim Brasil (atualmente considerada zona industrial pelo Plano Diretor).

Quanto ao Bairro Friburgo, zona rural de Campinas, entre a divisa com Indaiatuba, Rio Capivari-Mirim e o Aeroporto, vive o grupo étnico de descendência alemã<sup>4</sup> e é formado pela Igreja Luterana, juntamente com o cemitério, o prédio da antiga Escola, hoje, centro cívico para encontros e festas. Há também famílias remanescentes de antigos escravos africanos.

O Rio Capivari-Mirim marca a divisa de Indaiatuba e Campinas, cuja mata ciliar quase inexistente, embora seja região com muitos córregos e nascentes restaram pequenos pontos de mata como é o caso de resquícios de Cerrado e Mata Atlântica. Esse Rio é fonte de abastecimento das duas cidades lindeiras, principalmente de Indaiatuba, porém inexistente ação para a manutenção ou recuperação de sua mata ciliar.

As desapropriações nessas terras causaram muito prejuízo às famílias que até hoje discutem na justiça os valores pagos. Transformaram seus modos de vida, seus ganhos e seus trabalhos, muitas das famílias que viviam da lavoura passaram a ser chefiadas pelas mulheres que as sustentam como domésticas.

Em 1998 foram privatizadas as estradas do Estado de São Paulo e o pedágio construído na Rodovia Santos Dumont, entre Campinas e Indaiatuba logo depois do acesso do Aeroporto, novamente lançou sobre a região um significativo impacto econômico sobre a

---

<sup>2</sup> [http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/estacao\\_indaiatuba.pdf](http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/estacao_indaiatuba.pdf);  
<http://www.fiec.com.br/museu/index.php?url=estacoes>

<sup>3</sup> <http://www.helvetia.org.br/>

<sup>4</sup> <http://comunidadealembairrofriburgo.blogspot.com.br/>

mobilidade, note-se que muitos moradores de Indaiatuba trabalham em Campinas, região e em São Paulo, como foi o meu caso e dos “suíços”<sup>5</sup>.

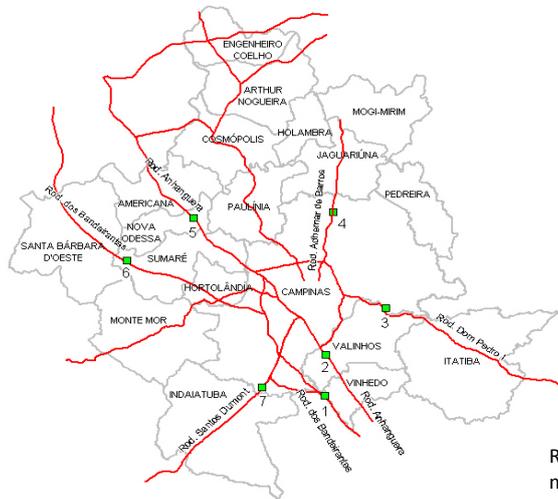


Figura no. 1 - Malha macroviária da Região Metropolitana de Campinas – 19 municípios e indicação da

Muitas indústrias se instalaram ao longo da rodovia SP 75, junto ao Aeroporto de Viracopos, em solo Campineiro que conta com infraestrutura, como a Mercedes-Benz instalada em 1979 que trouxe um número considerável de mão de obra especializada do grande ABC, quando muitos vieram morar na região dos Bairros Helvetia e Friburgo.

Esses bairros, sua história, ainda são assolados pelas contingências econômicas, pelo processo de industrialização, mas principalmente pelos interesses fundiários, como as propriedades rurais diretamente atingidas pelas desapropriações, pelos sucessivos planos de ampliação do Aeroporto e pela desvalorização das terras.

O Aeroporto Internacional de Viracopos é da década 60, mas em 1979 visando sua ampliação, algumas áreas foram declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação (Decreto Estadual 14.031/79, revogado pelo Decreto Estadual 50.767/06) e com o adiamento sucessivo a região foi abandonada e agora pelos Decretos Municipais 15.378/06, 15.503/06 e 16.302/08, desapropriaram outras áreas, e, em 2008, Viracopos divulga seu Plano Diretor.

Desde 2007, percebemos um forte adensamento no entorno desta região, inclusive no eixo da própria pista do Aeroporto sem qualquer planejamento ou infraestrutura, seja no aporte social, seja no ambiental.

<sup>5</sup> <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2010/04/comunidade-suica-fica-ilhada-por-pedagios-em-indaiatuba-sp-1>

Paralelamente, tomando como exemplo o próprio site de divulgação de uma empresa, Webasto, ([http://www.tetosolar.com.br/?page\\_id=60](http://www.tetosolar.com.br/?page_id=60)) informa que em 2005 escolheu sair do Estado do Rio Grande do Sul para instalar-se em Vinhedo, informando ser área estratégica por estar junto à Anhanguera, ao Aeroporto de Viracopos, além do incentivo do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal – PAC.

Parece haver uma conjunção de ações, Governo e Indústria, de um lado, adensamento popular irregular, sem infraestrutura de outro: isto quer dizer, a infraestrutura e incentivos fiscais visam a atrair as indústrias que trazem riquezas para a região, porém não seguem a mesma projeção na implantação de bairros proletários, que por si só se formam, se adequam.

Aglomerações humanas sem moradia e saneamento planejado, muito menos sem contemplar a proteção ambiental, ou requisitos ambientais, teria que ter um planejamento adequado para a implantação de projetos prioritários dos governos, unido aos interesses do capital.

Assim, busquei encontrar na Geografia Urbana a intersecção entre a atividade humana, o desenvolvimento econômico e a natureza.

Nesse cenário, finalizei uma segunda graduação de Licenciatura, em Artes Plásticas, com experimentos em arte-educação, voltados à educação ambiental, ainda somando uma atividade como árbitra de Atletismo, tendo oportunidade de trabalhar na organização de eventos esportivos, avaliando e criando percursos pelas cidades brasileiras e pelas capitais do mundo; ou, como “arte-educadora-ambiental”, junto às comunidades da Mangueira no Rio de Janeiro, São Remo em São Paulo, e da zona rural em Indaiatuba, muitas vezes me deparei com cursos d’água naturais, riachos, córregos, em grande parte canalizados ou com suas margens alteradas, leito reduzido em decorrência de assoreamentos pela somatória de dejetos, esgotos, entulhos ali jogados – sinais da transfiguração do meio natural pelos seres humanos.

Entendo ser a Geografia Urbana, possante lente, para o entendimento desses conflitos, ocupações urbanas desordenadas, desenvolvimento, e natureza, encontrei no Rio de Janeiro, uma possibilidade de realizar o desenvolvimento desse pensamento e questionamentos numa escala maior e significativa.

Assim, como procedimento para o presente estudo, analisamos a literatura que trata das categorias Espaço e Paisagem da Geografia, confrontando com a transformação histórica da Floresta da Tijuca, e o bairro da Gávea, na cidade do Rio de Janeiro, onde se encontra o Parque Natural Municipal da Cidade e a Comunidade Vila Parque, cujos relatos dos moradores locais delinearam a abordagem das formas de usos, apropriações e representações do Espaço Público Verde da Cidade de uma maneira geral.

Destaca-se, ainda, que nesse estudo buscou-se também analisar como a perspectiva da preservação das florestas, parques e de outros espaços públicos verdes na cidade seria possível na medida de garantir um direito de todo cidadão a um ambiente ecologicamente equilibrado.

Nesse sentido avaliando a participação da população da Comunidade Vila Parque na gestão ambiental do Parque Natural Municipal da Cidade, como ela se relaciona com esse ambiente “natural” quais seriam as possibilidades para o desenvolvimento, levando-se em conta o aspecto social e ambiental como aliado ao desenvolvimento econômico embora a leitura espacial nos leve a crer na sua incompatibilidade.

## INTRODUÇÃO

O questionamento é: qual é a relação que as pessoas mantêm com a natureza na cidade? Por causa da leitura imediata da relação homem/natureza ser mais uma ruptura, é como se houvesse um direito da natureza e um direito do homem. Daí a possibilidade de investigar o cerne dessa ruptura.

Na proposta deste trabalho destacamos a importância de recuperar a história da Gávea e da Floresta da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, pois a sua transformação espacial pode mostrar o caminho mais amplo para a discussão de políticas urbanas sustentáveis.

O suporte teórico escolhido para essa discussão é dado na afirmação de Henri Lefebvre, sobre:

[...] “a inscrição no espaço - pelos gestos humanos, aqueles do trabalho em particular - dos ritmos naturais, das modificações históricas aportadas a estes ciclos (...) inicialmente, portanto, devem expressar os ritmos espacial-temporais, aqueles que originados da natureza estão desde sempre transformados por uma prática social histórica”. (LEFEBVRE, 2000: 138-139). E mais ainda, quando define: “que toda realidade dada no espaço se apresenta e se explica por uma gênese no tempo. Uma atividade que se desenvolve no tempo (histórico) engendra (produz) um espaço e não é mais que uma – realidade prática, uma existência concreta.” (LEFEBVRE, 2000: 136).

Nesse sentido, o objeto deste estudo são os modos, diferenciados no tempo histórico de ocupação do espaço, por grupos humanos diversos. Isto é, buscar os indícios da origem do processo de desenvolvimento da cidade, onde a ênfase é colocada na relação ambiental dos seres humanos divididos em classes sociais. Particularmente, nesse caso estudado, os “usos” da floresta pelos moradores da Comunidade Vila Parque da Cidade na cidade do Rio de Janeiro. O uso tanto se refere ao emprego socialmente sancionado dos recursos quanto ao emprego abusivo, individual e coletivo desses bens.

No desenvolvimento do Capítulo 1 são estudadas as teorias da geografia urbana relacionadas às diferentes classes sociais, e entre si, no uso e no domínio do espaço geográfico, particularmente as de Henri Lefebvre, Edward W. Soja e David Harvey. O objeto específico deste capítulo reside no pressuposto de que há sempre uma ordenação do espaço urbano, seguindo os interesses do capital, refletido na hegemonia de interesses de classe e político-estatal, excluindo do planejamento urbanístico as populações mais pobres que se fixam em moradias precárias, geralmente em áreas de preservação ambiental, favelas, que

fazem parte integrante e essencial do funcionamento da produção do capital, isto é, da movimentação espacial do mercado de trabalho que induz a movimentação nada espontânea desses eternos migrantes para novas áreas urbanas.

No Capítulo 2 procuramos demonstrar a produção espacial teórica da metrópole descrita no capítulo anterior pelos dados específicos da unidade federativa do Rio de Janeiro, e das suas regiões de governo, notadamente a região da metrópole, onde se encontra a região administrativa da Lagoa, que abriga o bairro da Gávea, onde se situa o Parque Natural Municipal da Cidade e a vizinha Comunidade Vila Parque da Cidade, onde foi elaborada a pesquisa de campo.

O Capítulo 3 está sustentado na teoria do valor de uso e valor de troca, para entender o modo de produção capitalista da cidade, bem como avaliar sobre esta perspectiva a habitação como um valor essencialmente de uso, mas agregado de suas derivações segundo a percepção das qualidades que o espaço oferece como representações simbólicas, com ênfase, particularmente na obra de Henri Lefebvre, *La production de l'espace*. Estuda-se aí a reprodução em espaço segregado da cidade o espaço de natureza – o PNMC –no qual se inseriu a comunidade trabalhadora, local conquistado e reconstruído na prática social do espaço que é o resultado do vivido segundo os códigos hegemônicos. O objeto específico deste capítulo é identificar a ligação simbólica das pessoas com o espaço, notadamente o Parque, onde o processo de percepção se expressa.

Estes assentamentos humanos em terra urbana são considerados “precários” pelo urbanismo não obstante a sua manutenção nesses espaços estabelecidos desde muitos anos pelos gestos do trabalho e das contingências, estabelecidas e recriadas.

Aquilo que é tratado como uma “invasão” de floresta urbana será objeto de um estudo que se centra na ideia de uma “construção (social) da floresta” e do seu simbolismo para a cultura urbana, na qual atuaram como ocupantes do espaço geográfico no passado e atuam hoje grupos humanos diferenciados, como as classes abastadas da cidade, grandes grupos empresariais (universidades, indústrias, entidades culturais) e grupos de moradores em favelas. Com esses ocupantes, a floresta foi e continua sendo “humanizada”.

Em uma história do espaço não se trata de um discurso das descrições geográficas tradicionais do espaço-natureza, como, por exemplo, aquela tratada na obra de Alberto Ribeiro Lamego<sup>6</sup> sobre os Campos de Goitacás que usa o espaço geográfico, o Brejo, descrito nas aparências físicas geográficas como produtoras de funções úteis, favoráveis ao melhoramento do meio em termos de civilização (LAMEGO,1945: introdução); nem se trata de um estudo do espaço como uma simples categoria geográfica; mas conjugando uma história geográfica crítica, como escreve Robert Moraes<sup>7</sup> acerca de Milton Santos:

[...] *“a história do capital é seletiva, elege áreas, estabelece uma divisão territorial do trabalho, impõe uma hierarquização dos lugares, pela dotação diferenciada dos equipamentos. (...) tal processo que deve ser objeto de preocupação dos geógrafos, que o analisarão, em cada manifestação concreta (...) vendo o espaço como um lugar de luta”*. (MORAES, 2007: 130-132).

Há uma simbiose entre a necessidade das populações carentes quanto à moradia e as necessidades das outras classes de ter mão de obra nas proximidades das suas próprias moradias e das atividades econômicas, simbiose que não exclui as lutas.

O estudo dos ritmos espacial-temporais remete às práticas da ocupação humana de espaços diferenciados e valorizados pela atividade humana prévia sejam pelas políticas de preservação ambiental no parque público, sejam as atividades de especulação imobiliária que valorizaram o espaço geográfico e o internalizaram no circuito do capital, ou ainda as atividades da população despossuída que tomaram posse de áreas públicas e privadas, sem uso.

Os movimentos de apossamento fora do circuito legal da posse legítima da terra pela compra são proibidos, uma vez que toda a terra sem posse anterior reconhecida é de propriedade fundiária do Estado só passível de apropriação pelo particular pelo instrumento jurídico de compra em dinheiro. Este regime de posse da terra que foi instituído no Brasil com a Lei de Terras, promulgada em 1850<sup>8</sup>, a qual veio a substituir a lei originária transplantada de

---

<sup>6</sup> LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e o Brejo. Rio de Janeiro:Conselho Nacional de Geografia, 1945.

<sup>7</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica, 21ª edição, São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>8</sup> LIMA, RuyCirne. Pequena historia territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

Portugal para o Brasil pela Coroa portuguesa, que estabeleceu o regime de doação monárquica de sesmarias.

No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, a ocupação do espaço geográfico tem uma história, que divide o processo social da ocupação em fases.

A primeira delas é constituída pela ocupação do centro urbano por parte das classes altas, e na área do porto pelos cortiços, e dos morros próximos do centro pelas favelas, aglomerações de populações pobres, que se estabeleceram com o final da escravidão. Em seguida, vem a ocupação por aglomerações de trabalhadores destinados a suprir as necessidades de mão de obra das primeiras indústrias, principalmente têxteis, farmacêuticas e de alimentação. E em seguida, ao longo da via ferroviária em direção à Baixada, a área de industrialização pesada, como a siderurgia e também relocação das demais indústrias próximas do centro urbano.

Finalmente, a cidade perde o seu caráter industrial incipiente e ganha a forma de cidade de serviços, quando então as favelas se movimentam para se tornarem enclaves nas áreas mais valorizadas e com demanda de mão de obra de serviços. Esta fase presente vê a ocupação estender-se em direção à zona oeste que foi até pouco tempo bairro rural

No Capítulo 4 apresentamos a pesquisa realizada na comunidade representativa da cidade do Rio de Janeiro a Comunidade Vila Parque da Cidade, pois tem existência aproximada de 90 anos, como característica a sua localização junto ao Parque Natural Municipal da Cidade, que faz parte do Maciço da Tijuca, representativo do relevo e condensa a floresta remanescente. Esta Comunidade foi parte do Projeto Público de urbanização, Favela-Bairro, nos anos de 1990. Seus resultados e minhas observações pessoais estão relacionados nesse capítulo.

Nesse aspecto é importante ressaltar que nesse trabalho utilizamos os termos comunidade, favela, assentamento e moradia subnormal, segundo o enfoque, ou referencial teórico usado.

No caso do termo Comunidade é adotado quando nos referimos a essa comunidade específica, pois este é o conceito auto referenciado pelos moradores, já que há por parte deles uma supressão do emprego do termo favela para designar o espaço da comunidade, uma vez

que remete a degradação social: violência, tráfico e pobreza. Porém, o termo Favela é por eles empregado no contexto de reflexão crítica, ou ligado a interesses em defesa comunitária.

Nas análises de dados oficiais, o termo Favela será usado, pois este é o termo de referência para instituições públicas, como o IBGE e o Instituto Pereira Passos, ou em estudos acadêmicos.

No caso específico do termo censitário do IBGE “Moradia Subnormal”, que por si só tem uma conotação pejorativa em relação ao seu antagônico “normal”, segue uma longa discussão sobre a sua definição e explicação por parte do desse Instituto (conforme manual do Censo Demográfico). Como explicado por Paulo Bastos Cezar<sup>9</sup>:

“Para o IBGE, aglomerados subnormais são grupos de mais de 50 unidades habitacionais dispostas de modo “desordenado e denso”, sobre solo que pertence a terceiros, e “carente de serviços públicos essenciais”. Opõem-se aos setores normais<sup>2</sup>, que por exclusão constituem a cidade formal. (...) O IBGE utiliza essa divisão mais para efeitos de organização do trabalho de coleta de dados em campo”.

E, por fim, o termo Assentamentos Precários, é aquele que reflete sua acepção jurídica de moradia irregular.

---

<sup>9</sup> CEZAR, Paulo Bastos. Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes - <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/completa2.asp>.

## **CAPÍTULO 1 – O URBANISMO NA METRÓPOLE MODERNA**

A preeminência do urbano, a metrópole moderna e o planejamento urbano formam base teórica para melhor entender as novas espacialidades criadas a partir do poder do capital e de suas premissas expansionistas em conjunto com seu aliado, o Estado, que vão tentando domesticar e ordenar a vida a partir do espaço, onde a questão da moradia urbana é da maior importância para o estudo desses temas.

Edward W. Soja explica que a raiz da metrópole moderna segue as demandas de modernização do capitalismo urbano industrial, tendo como marco histórico a Revolução Francesa, representada pela introjeção do Estado Nação no real e imaginário dos cidadãos das comunidades territoriais, institucionalizando, reestruturando e homogeneizando culturalmente. (SOJA, 2000: 78).

Agora, a cidade é a expressão do espaço das liberdades civis. Espaços de livre reunião de cidadãos, espaços de difusão de crenças políticas ou religiosas, espaços para a manifestação de relações de amizade e de amor, espaços de educação das pessoas, são todos lugares da liberdade dos cidadãos na democracia. O espaço urbano é nesse sentido o local onde se respira a liberdade.

Sendo o lugar da casa, da vida doméstica privada, da vida familiar, ele é também o lugar onde se manifestam e se reforçam os laços de amizade entre parentes, entre vizinhos, entre amigos de longe.

Sendo espaços de tolerância civil, abrem-se também às lutas sociais dos mais variados matizes. Se o espaço urbano define-se no caso como espaço público de propriedade estatal, ele quer dizer também “terra pública”, terra não privatizada pelo domínio do capital. Deste

modo, os movimentos pela moradia de populações pobres buscam a posse de parcelas das terras públicas para a moradia popular.

### **1.1 A FORMAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL MODERNA E SEU EXÉRCITO DE TRABALHADORES**

A sociedade capitalista moderna – ou seja, a sociedade da grande indústria - já surge como um modo urbano de produção e consumo. E isto porque – conforme escreveu Edward W. Soja<sup>10</sup>:

“O nascimento da metrópole industrial moderna, a partir da relação totalmente simbiótica e expansiva entre dois processos - de urbanização e de industrialização em uma escala e alcance nunca antes atingidos, resumiu uma relação tão formidável que poder-se-ia definir o capitalismo industrial como um modo fundamentalmente urbano de produção”. (SOJA, 2000: 76)

Pois, em 1750, eram criados, conjuntamente a primeira maior cidade industrial e o primeiro espaço urbano moderno em Manchester, na Inglaterra chegando em 1850 como a mais plena metrópole capitalista industrial (SOJA, 2000: 78-84). Logo em sequência, a mesma formação industrial-urbana é recriada em Chicago, nos Estados Unidos da América.

Edward W. Soja, citando Friedrich Engels, em 1844 sobre Manchester que é considerada a primeira cidade industrial moderna: “Não há nenhuma cidade do mundo onde a distância entre o rico e o pobre seja tão grande, ou a barreira entre eles tão difícil de ser atravessada” (Engels). Com as condições ideais para a indústria manufatureira da tecelagem, instalando-se na região do vale do rio Ure, e próximo do porto de Liverpool, onde chegava a matéria prima importada, além do comércio escravo, houve um grande adensamento populacional suprimindo a mão de obra das indústrias, subtraindo-a da agricultura, estabeleceu-se um Distrito Central de negócios e em torno dele um conjunto de quarteirões de moradia da nova classe trabalhadora, concentrando-se ali tanto os trabalhadores da ativa quanto um enorme “exército de reserva”, desempregados e trabalhadores casuais. (SOJA, 2000:78-80)

---

<sup>10</sup> SOJA, Edward W. Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions. London & New York: Blackwell Publishers, 2000

Para o geógrafo Edward W. Soja, Chicago foi, para a segunda metade do século XIX, o que Manchester fora para a primeira, isto é, um laboratório urbano relativamente organizado para examinar a formação da cidade capitalista industrial e seu reflexo na geografia da cidade. O que era, para a Manchester de Engels, um estreito corredor conectando vilas suburbanas ao centro da cidade, agora se conectava como parcelas de uma zona contínua e homogênea postas em anéis concêntricos a partir da periferia. (SOJA: 84 e 87)

Segundo a crítica de Soja, nas sociedades industriais modernas, o espaço é simbolicamente criado como uma produção do capital, mas a engenharia e a arquitetura envolvidas no planejamento urbano consideraram a cidade como ente real e não uma expressão simbólica do capital. É o caso do planejamento da cidade de Chicago, nos Estados Unidos, que no século seguinte foi objeto de estudos sociais, geográficos e urbanísticos pela intitulada Escola de Chicago.

Com fundamento nessa concepção, a miséria humana, aquela concentrada nas cidades industriais torna-se o alvo de “reformismo urbano”, como prática “modernizadora”. Se entre duas datas muito próximas, precisamente entre 1784 e 1789, surge o Estado-Nação no discurso e na consciência da modernidade – diz Soja – a atenção máxima “é dada aos inaceitáveis problemas urbanos de extensivo ingresso de maciças populações na miséria nas fases iniciais do capitalismo urbano-industrial”. Miséria humana extensa conjugada a cidade industrial resultaram em:

“[...] tentativas de explicar as causas de raiz de tal imenso ingresso na miséria e de procurar estratégias sociais e espaciais ‘progressistas’ para melhorar significativamente estas terríveis condições, em especial nas maiores cidades industrializadas”. Esta atenção ao problema da miséria resultou em um reformismo do *establishment* liberal centrado no Estado, numa atividade agora conduzida “por cientistas e profissionais da medicina, engenharia e do direito”, os quais vieram a teorizar em cima de “uma práxis baseada no ‘melhoramento da saúde pública’, no ‘reerguimento moral’ e na ‘inovação tecnológica’”. (SOJA, 2000: 75) Esta prática foi racionalizada e projetada na prática profissional por meio do que Edward W.

Soja chamou “uma metanarrativa de *desenvolvimentismo* que revestiu a história mundial da efetividade de progresso e modernização contínuos”. (SOJA, 2000: 76)

Consideradas as devidas proporções, a remodelação do centro da cidade do Rio de Janeiro, delineada no “Plano Urbano” do prefeito Pereira Passos veio a seguir as linhas gerais do planejamento de Haussman para a cidade de Paris e também os de Londres e de Chicago.

Conforme Soja este seria um modelo atrelado à concepção do higienismo, do embelezamento e da eliminação da miséria do espaço visível da metrópole moderna.

Ainda é este autor quem diz que as teorias dos chamados “planejadores urbanos” e as suas correspondentes práticas urbanísticas – e ademais a concepção geográfica que lhes é implícita – levam em consideração exclusivamente os interesses econômicos materiais das classes dominantes e as aspirações de vida das classes médias dedicadas aos serviços mais especializados, e – além deles - a parcela da classe trabalhadora efetivamente engajada em trabalhos altamente especializados e melhor remunerados.

A modernidade – aquela que deu origem à metrópole industrial moderna - diz Soja<sup>11</sup>:

“[...] não é algo que foi criado de uma vez para todo o sempre, mas que muda no tempo e se desenvolve de modo desigual espacialmente. As suas práticas são propensas especialmente a mudar durante períodos de desordem e crises, quando (...) tudo o que era sólido parece desmanchar no ar. (...) o que Iain Chambers descreve como a ‘narrativa pungente’ da metrópole moderna, ‘o lugar das ruínas das ordens precedentes, nas quais diversas histórias, memórias e traços continuamente são entrelaçados e recombinaados na construção de novos horizontes’”. (SOJA, 2000: 73)

Esta maneira de explicação dinâmica, não estática, da Cidade Moderna, nos parece adequada a este trabalho, que busca o entendimento da Metrópole como conjunto de mudanças continuadas no seu espaço geográfico. O Rio de Janeiro, caso estudado, começava a sua estruturação como metrópole urbana moderna no Brasil Império (1822 a 1889) seguindo paulatinamente estes novos pressupostos econômicos e culturais num aglomerado urbano que viria a se tornar Metrópole como República.

---

<sup>11</sup>SOJA, Edward W. *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*. London and New York: Blackwell Publishers, 2000.

Um destes casos que estudaremos neste trabalho, mais adiante, é aquele em que se erigem as habitações populares com as suas vielas – na Vila Parque da Cidade, na cidade do Rio de Janeiro.

## 1.2 - O PLANEJAMENTO ESPACIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O planejamento urbano de uma maneira geral tem a mediação dos interesses econômicos, que dependem da propriedade, dos imóveis, do investimento financeiro, das incorporações imobiliárias.

A construção da geografia das metrópoles capitalistas modernas tem similaridades básicas nos arranjos espaciais nos casos aqui relatados.

Se, no caso das cidades modernas europeias e norte-americanas, o planejamento privado-estatal teve um sentido mais abrangente, com cunho de interesse desenvolvimentista aliando conhecimento técnico-científico, no caso do Rio de Janeiro esse movimento espacial da cidade parece ser menos amplo, mais pontual, na qualidade de uma sequência disforme de “planos urbanistas” de uma cidade que atende exclusivamente ao movimento imediato do capital, como apreendido nos relatos que vêm dos estudos históricos sobre o assunto.

Como podemos observar no histórico urbanístico da Cidade do Rio de Janeiro realizado pela arquiteta Verena Andreatta<sup>12</sup>, que recupera alguns dos planos de remodelação, eles também inspirados no paradigma urbanístico apontado acima, a saber: 1) Plano *Beaurepaire-Rohan* de 1843, seguindo o *Plano Chadwick*, atendendo a demanda de infraestrutura das novas cidades industriais pelo aumento demográfico das migrações do campo para as cidades; o Rio de Janeiro se espelhou nesse Plano mesmo “não experimentando a mesma qualidade de industrialização e crescimento das demais metrópoles mundiais”; 2) Propostas de Ordenação da Comissão de Melhoramentos de 1875 e 1876, seguindo o *Modelo da Paris de Haussman*, com a construção de estradas, ferrovias, modernização portuária, alargamento das vias acompanhando uma geometria retangular a partir do centro, continuando e engrandecendo o primeiro Plano, com drenagem do mangue, etc; 3) Plano de reforma Pereira Passos de 1903 a 1906, seguindo o Modelo americano

---

<sup>12</sup> ANDREATTA, Verena. Cidades quadradas, paraísos circulares: a história aliada do presente. in <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.081/3059>, resenha de Eunice Helena S. ABASCAL.

centrado na Renovação Urbana, a partir da Exposição Universal de Chicago de 1893, a exemplo da “City Beautiful”, Chicago. E mais recente 4) Favela-Bairro, plano este que será tratado mais detalhadamente no Capítulo 3, estas propostas implementadas seguem os referenciais europeus como vemos a seguir.

Em 1922, data da comemoração do Centenário de Independência, a cidade do Rio de Janeiro já era considerada uma metrópole moderna, tendo mais de 1 milhão de habitantes, quase cinco mil automóveis, pouco mais de 400 quilômetros de linhas de bonde. (ANDREATTA, 2006: 209)

Todos esses planos propõem uma melhoria de qualidade de vida urbana considerando a mobilidade e o saneamento, referenciados pelo movimento higienista, que legitimou muitas das alterações espaciais, além de tentar limpar a cidade subtraindo as construções precárias da paisagem central. Eles seguem as ondas migratórias de massa que expandem a cidade do Rio de Janeiro, no rastro da expansão cafeeira.

Verena Andreatta<sup>13</sup> definiu:

“[...] metrópole moderna como o resultado da adoção de modelos de planejamento de cidades traduzidos na noção de remodelação radical do espaço, que seguiu três diretrizes significativas: grandes parques públicos, redes modernas de transporte e grandes operações imobiliárias (...) “O caráter de metrópoles que as cidades da Europa assumiram entre 1870 e 1914 foi forjado sobre a fixação de regras que definiam uma nova relação entre a esfera pública e a privada nas cidades”. (ANDREATTA, 2006: 182)

Essas três diretrizes significativas citadas acima ocorreram a partir de intervenção tanto no direito de propriedade quanto no financiamento público e privado das grandes infraestruturas e serviços urbanos. Exigiram também fusões de empresas para capacitá-las à execução desses enormes empreendimentos.

De acordo com a autora acima citada, a cidade de Chicago é o próprio modelo de cidade planejada, fundado na ideologia do civismo, concebido e administrado pelo poder privado, padrão dos novos negócios imobiliários.

---

<sup>13</sup> Conforme as referências feitas por ANDREATTA, Verena. Cidades Quadradas, Paraísos Circulares: os Planos Urbanísticos do Rio de Janeiro no Século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, pág, 182.

Segundo Andreatta, a remodelação do centro da cidade do Rio de Janeiro seguindo o movimento internacional tem como marco a derrubada do Cortiço Cabeça de Porco em 1893. Desde 1882 a 1888, a legislação concedia benefícios e isenção de impostos às empresas e às indústrias que construíssem casas populares, “higiênicas”, em vilas operárias, como a Empresa de Saneamento do Rio de Janeiro, de Arthur Sauer que construiu até cinco vilas operárias na década de 1890.

O incremento da cidade no período citado fez-se também com a construção de ferrovias urbanas e a melhoria do porto e da zona portuária, a construção de túneis, o abastecimento de água, o fornecimentos de energia elétrica e de telefonia.

Ainda pela leitura do geógrafo Edward W. Soja<sup>14</sup>:

“[...] ocorre hoje um processo de urbanização que tem inerentemente a intensificação de desigualdades socioeconômicas. E, embora até hoje persistam continuidades da divisão dual de classes entre burguesia e proletariado, há necessidade de estudar, além da relação de classes, a nova multiplicidade e complexidade das relações que dizem respeito a: raça, etnia, gênero, capacidade de trabalho, ocupação, renda.” (SOJA, 2000: 265)

No meu entendimento se somam às questões ambientais todos os problemas apresentados pelo autor.

Igual ao capital, o trabalho procura reduzir certos custos de sua reprodução. Como o custo de oportunidade da localização da moradia. Assim as estratégias adotadas pelas famílias trabalhadoras tem por finalidade reduzir os custos de deslocamento principalmente com o dispêndio de dinheiro, de tempo de locomoção, proporcionando um maior tempo livre.

Os capitais individuais que financiam a criação arquitetônica de espaços e equipamentos urbanos expressam a criação de barreiras artificiais pela arquitetura e engenharia nas metrópoles modernas. Entretanto, o movimento dialético do capital na sua totalidade requer e “permite” o rompimento dessas mesmas barreiras. Um exemplo disto é a

---

<sup>14</sup> SOJA, Edward W. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

formação sem limitação possível de verdadeiras cidades (as favelas) dentro das cidades planejadas. Ela é um exemplo de uma adequação da necessidade vital do trabalhador (que aqui é apenas a encarnação do trabalho) aproximar-se da oferta de emprego. Esse movimento da contradição do capital é incontrolável e a cidade capitalista é expressão dele.

Além de mera encarnação do trabalho, o trabalhador expressa a sua cidadania recriando nesses espaços formas de sociabilidade inovadoras, o que não exclui a reprodução das formas básicas da reprodução capitalista, tais como: o desenvolvimento do mercado informal imobiliário por parte de moradores, discriminação conforme a localização das moradias, gerando conflitos internos na Comunidade.

No interior das Favelas, objeto específico de nosso estudo, a Associação de Moradores é o lugar de possível representação do exercício desses conflitos, entre aqueles que privilegiam os interesses da comunidade e os que privilegiam seus próprios interesses individuais.

Então, o que seria a metrópole em relação ao contínuo movimento da cidade se focado nas classes de baixa renda?

Para os trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro é a possibilidade dessas pessoas terem suas moradias, seu lazer, suas relações familiares, ou mesmo quanto ao acesso à saúde, à educação dos filhos e a sua própria, e à cultura – e, basicamente ao trabalho, ao que se acrescenta seu desejo de ascensão social.

## CAPÍTULO 2 - A ESPACIALIDADE NA MODERNIDADE DA METRÓPOLE BRASILEIRA: A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Mapa 1 – Localização do Estado do Rio de Janeiro no mapa do Brasil



FONTE: INPE, Clima, adaptado pela autora.

Neste capítulo levantamos dados do movimento dos grandes investimentos industriais e imobiliários, aliados aos planos de desenvolvimento político estatais, uma análise elementar, mas significativa da produção espacial pelo capital, que busca expandir-se, e por outro lado a movimentação do trabalhador em busca dos postos de trabalho provenientes da indústria: siderúrgica, automotiva, construção naval, tecelagem, agroindústria, açucareira, construção civil e de serviços.

Pelos números apontados no último censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE observamos que onde se expande a oferta de trabalho, o número demográfico se exponencializa, indicando que uma grande parte dessa massa de trabalhadores não vai ser absorvida pelos postos de trabalho.

Podemos levantar algumas das razões para essa afirmação: falta de planejamento urbanístico amplo, interesses políticos locais, falta de qualificação da maioria dessa mão de obra, e a própria racionalização tecnológica da produção industrial.

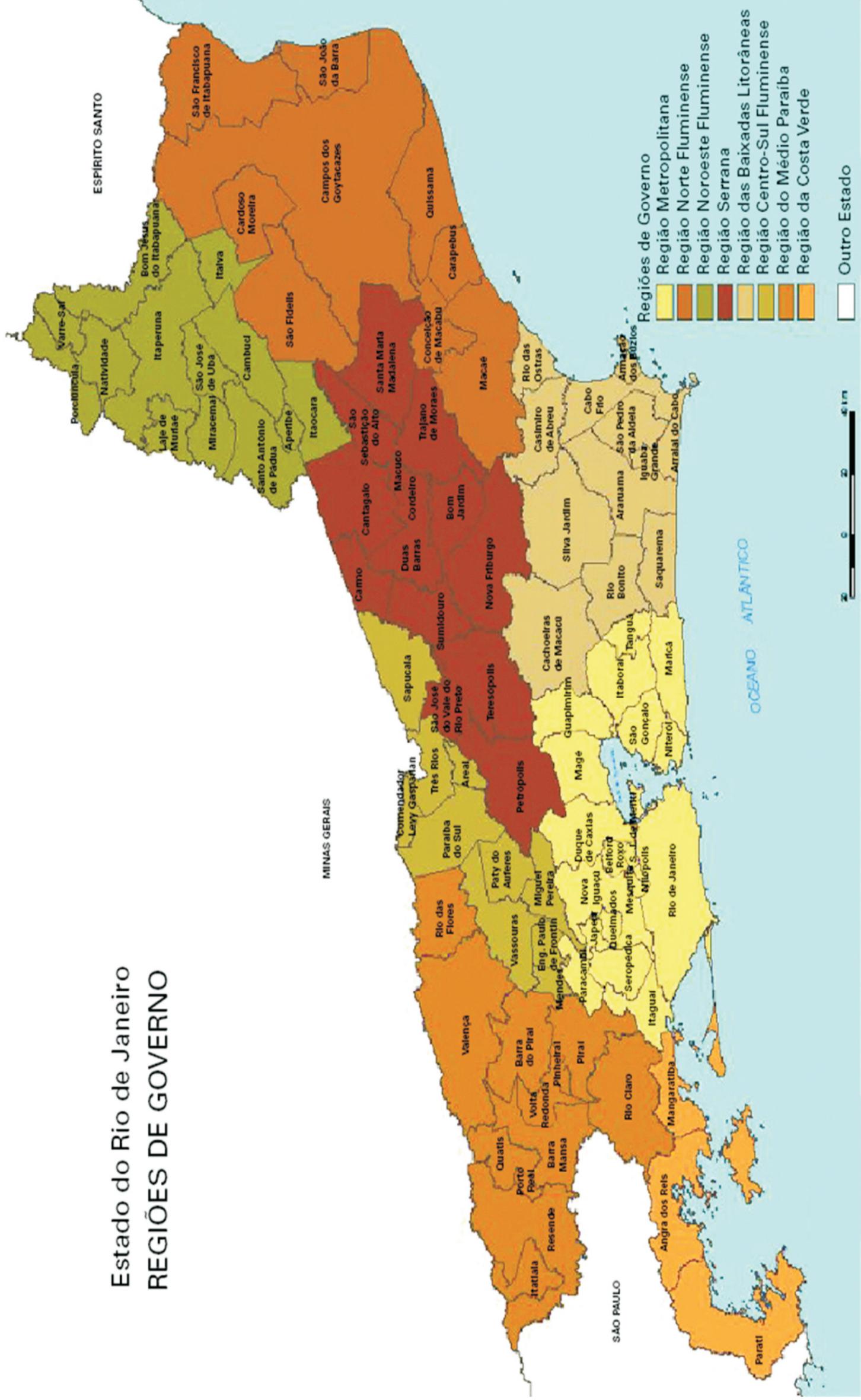
## **2.1 - MAPEANDO O ESPAÇO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, a segunda mais populosa cidade brasileira situa-se a sudeste na Costa do Atlântico, pertencente ao Estado do Rio de Janeiro que faz divisa ao sul com os Estados de São Paulo a leste com o Estado de Minas Gerais e ao norte com o Estado do Espírito Santo.

O Estado do Rio de Janeiro (Mapa 1) está dividido em oito Regiões de Governo, instituído pelo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, pela Lei nº 1.227/87.

Mapa 2 – Divisão Administrativa do Estado do Rio de Janeiro

### Estado do Rio de Janeiro REGIÕES DE GOVERNO



Fonte: [http://www.patrimoniofluminese.rj.gov.br/2011/index.php?option=com\\_content&view=article&id=146&Itemid=238](http://www.patrimoniofluminese.rj.gov.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=146&Itemid=238)

Segundo a Fundação CEPERJ - Centro Estadual de Estatísticas Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro foram feitas algumas alterações tanto na denominação quanto na composição dessas Regiões, que são: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde.

A Fundação CEPERJ<sup>15</sup> informa que dos 15.989.929<sup>16</sup> habitantes do Estado do Rio de Janeiro, população apurada pelo censo de 2010 do IBGE, 74% dessa população se concentra na Região Metropolitana, onde se encontra a maior parte das indústrias e serviços especializados e também os problemas sociais. A distribuição desigual dos serviços e equipamentos urbanos; a crescente demanda por habitações, marcada pelo aumento de submoradias e pela expansão de favelas; a intensa degradação do meio ambiente e o consequente esgotamento dos recursos naturais, são prováveis causadores da insegurança pública demonstrada pelos altos índices de criminalidade.

Segundo dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a cidade do Rio de Janeiro conta com uma população de 6.323.037, e 11.711.233 englobando a sua Região Metropolitana composta das seguintes cidades, como estabelecido pela Lei Complementar nº 130, de 21 de outubro de 2009:

"Art. 1º Fica instituída a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, composta pelos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá e Itaguaí, com vistas à organização, ao planejamento e a execução de funções públicas e serviços de interesse metropolitano ou comum".

Segundo análise da Fundação CEPERJ sobre o total da população do Estado do Rio de Janeiro (2000/2010) tem as maiores taxas de crescimento na Região Metropolitana, mesmo que tenha passado de 75,7% em 2000 a 74,2% em 2010.

A Fundação CEPERJ aponta que a Região Metropolitana centrada na Baía de Sepetiba e da Guanabara, desde 2010 com a implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico — CSA no município de Itaguaí, que abriga também o Porto de Sepetiba em fase de ampliação, bem como a previsão de funcionamento das refinarias da Petrobrás para 2015/2018 no

---

<sup>15</sup> [http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info\\_territorios/divis\\_regional.html](http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html)

<sup>16</sup> <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj74%>

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, no Município de Itaboraí, esses municípios e seus vizinhos que já possuem inúmeras indústrias poderão ser grandes centros econômicos.

Segundo a COMPERJ<sup>17</sup> esse projeto ajudará no desenvolvimento da região Leste Fluminense, gerando empregos diretos, indiretos e aumento da renda local. A implantação do COMPERJ faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

Conclui a Fundação CEPERJ que: “ é importante destacar a existência, em todas as Regiões de Governo, de sérios problemas ambientais associados à inexistência de saneamento básico, à coleta e disposição de resíduos sólidos e à ocupação indevida das margens dos rios e das encostas.”

No Mapa3 do Observatório das Metrôpoles<sup>18</sup>, percebemos uma massa de desocupados, já referido no Capítulo anterior sobre o que Soja chamou de exército de reserva.

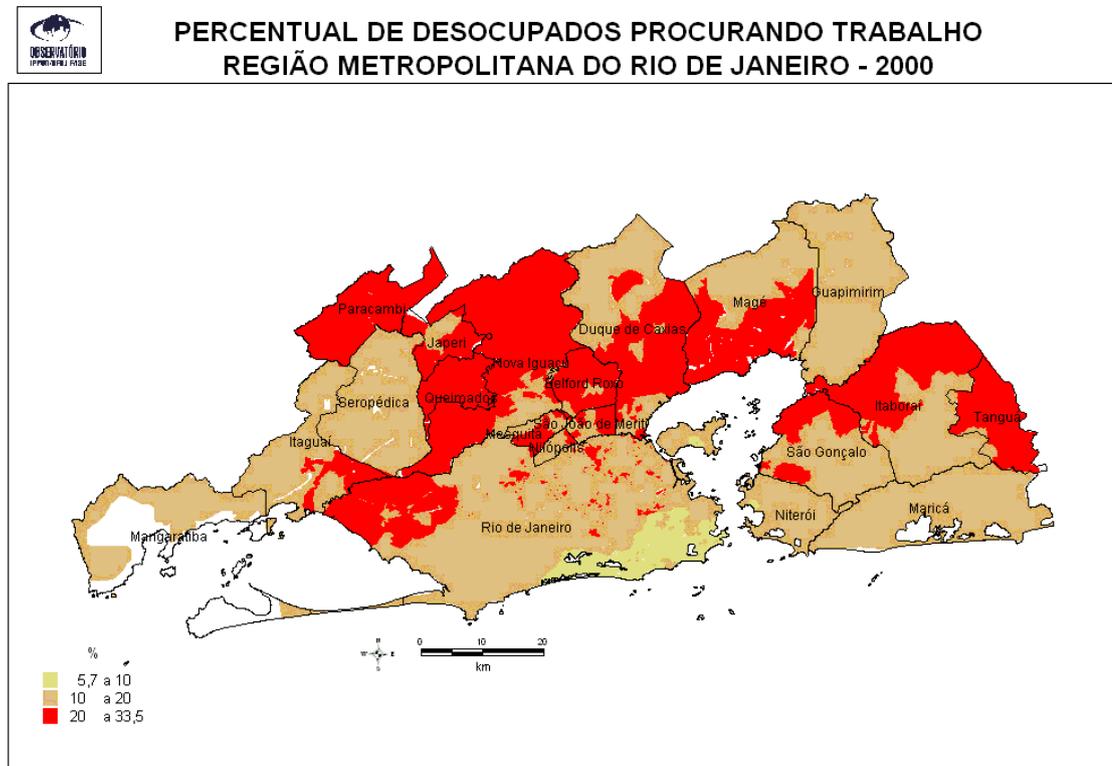
Sabemos que nessa massa de pessoas desocupadas, muitas nunca chegarão a ser incluídas nas estatísticas do emprego direto da indústria, do comércio, dos serviços, assim recriam os espaços segundo outra lógica, da moradia em Favelas, criando novas possibilidades que nesses assentamentos urbanos quanto à sobrevivência.

---

<sup>17</sup><http://www.comperj.com.br/Apresentacao.aspx>

<sup>18</sup>[http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/documento01\\_censo2010RJ.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/documento01_censo2010RJ.pdf), em estudo sob a coordenação de Luiz Cesar Ribeiro e colaboração de Juciano Rodrigues e Arthur Molina, sob responsabilidade de Érica Tavares da Silva.

Mapa 3 – Trabalhador sem ocupação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

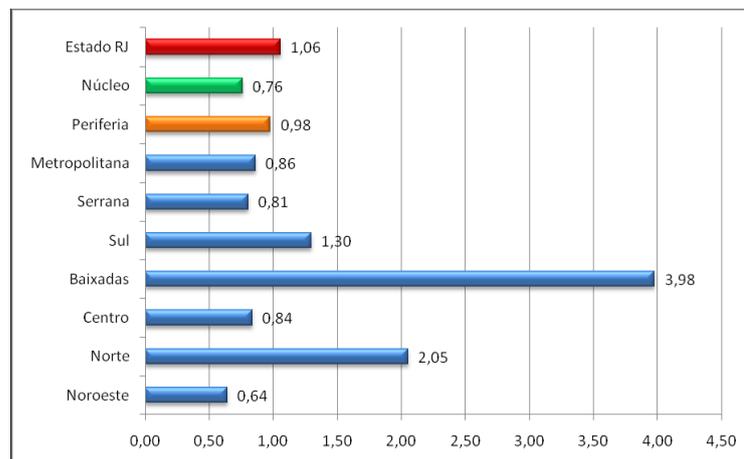


Fonte: [http://www.observatoriodasmetroles.ufrj.br/como\\_anda/como\\_anda\\_RM\\_riodejaneiro.pdf](http://www.observatoriodasmetroles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_riodejaneiro.pdf)

Como verificado pelo Observatório das Metrôpoles as taxas de crescimento populacional no período de 2000 a 2010 (Gráfico 1), dos dados do censo do IBGE, o Estado do Rio apresentou 1,06% de crescimento ao ano. A Região das Baixadas Litorâneas apresentou maior crescimento populacional, bastante elevado, de quase 4% a.a. Em seguida está a Região Norte Fluminense, com crescimento populacional de 2,05%, enquanto a Região Sul cresceu 1,30% no período. As demais regiões do Estado, inclusive a metropolitana, tanto o núcleo quanto a periferia, apresentaram crescimento abaixo de 1% a.a., apesar da periferia ser maior do que o núcleo da metrópole. Concluem que apesar da enorme participação da Região Metropolitana na população total do estado, as dinâmicas internas em cada região apresentam mudanças importantes, como a continuidade do crescimento populacional nas Baixadas Litorâneas, e um aumento no norte fluminense, regiões certamente influenciadas pela dinâmica da indústria petrolífera na área, que já foram considerados em diversos estudos, mas que devem continuar na pauta de investigação, até pela implantação na Região Norte do

Porto do Açu, que ainda deverá trazer impactos socioeconômicos, ambientais e demográficos no interior do Estado.

Gráfico 1 –Taxa de crescimento por regiões: Estado do Rio de Janeiro – Censos Demográficos de 2000 e 2010



Fonte: [http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como\\_anda/como\\_anda\\_RM\\_riodejaneiro.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_riodejaneiro.pdf)

Confrontando com o observado pela análise da Tabela 1, com os dados do IBGE, proposta no trabalho citado do Observatório das Metrôpoles, as cidades com maiores taxas de crescimento populacional são Araruama, Armação de Búzios, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Iguaba Grande, Macaé, Mangaratiba, Porto Real, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema.

Muito dessa densificação deve-se aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC junto às municipalidades, que está investindo em infraestrutura nessas regiões atraindo forte investimento da indústria parecem ter produzido o impacto anunciado nas configurações espaciais em grande parte dos reflexos anunciados pela tabela acima sobre o movimento do capital-trabalho.

Tabela 1 – Municípios Estado do Rio de Janeiro e taxa de crescimento anual do censo de 2000 e 2010 do IBGE<sup>19</sup>:

Município	2000	2010	tx cresc	Município	2000	2010	tx cresc
Aperibé	8018	10213	2,45				
Araruama	82803	112008	3,07	Niterói	459451	487562	0,60
Areal	9899	11423	1,44	Nova Friburgo	173418	182082	0,49
Armação dos Búzios	18204	27560	4,23	Nova Iguaçu	920599	796257	-1,44
Arraial do Cabo	23877	27715	1,50	Paracambi	40475	47124	1,53
Barra do Pirai	88503	94778	0,69	Paraíba do Sul	37410	41084	0,94
Barra Mansa	170753	177813	0,41	Parati	29544	37533	2,42
Belford Roxo	434474	469332	0,77	Paty do Alferes	24931	26359	0,56
Bom Jardim	22651	25333	1,13	Petrópolis	286537	295917	0,32
Bom Jesus do Itabapoana	33655	35411	0,51	Pinheiral	19481	22719	1,55
Cabo Frio	126828	186227	3,92	Pirai	22118	26314	1,75
Cachoeiras de Macacu	48543	54273	1,12	Porciúncula	15952	17760	1,08
Cambuci	14670	14827	0,11	Porto Real	12095	16592	3,21
Campos dos Goytacazes	406989	463731	1,31	Quatis	10730	12793	1,77
Cantagalo	19835	19830	0,00	Queimados	121993	137962	1,24
Carapebus	8666	13359	4,42	Quissamã	13674	20242	4,00
Cardoso Moreira	12595	12600	0,00	Resende	104549	119769	1,37
Carmo	15289	17434	1,32	Rio Bonito	49691	55551	1,12
Casimiro de Abreu	22152	35347	4,78	Rio Claro	16228	17425	0,71
Comendador Levy Gasparian	7924	8180	0,32	Rio das Flores	7625	8561	1,16
Conceição de Macabu	18782	21211	1,22	Rio das Ostras	36419	105676	11,24
Cordeiro	18601	20430	0,94	Rio de Janeiro	5857904	6320446	0,76
Duas Barras	10334	10930	0,56	Santa Maria Madalena	10476	10321	-0,15
Duque de Caxias	775456	855048	0,98	Santo Antônio de Pádua	38692	40589	0,48
Engenheiro Paulo de Frontin	12164	13237	0,85	São Fidélis	36789	37543	0,20
Guapimirim	37952	51483	3,10	São Francisco de Itabapoana	41145	41354	0,05
Iguaba Grande	15089	22851	4,24	São Gonçalo	891119	999728	1,16
Itaboraí	187479	218008	1,52	São João da Barra	27682	32747	1,69
Itaguaí	82003	109091	2,90	São João de Meriti	449476	458673	0,20
Italva	12621	14063	1,09	São José de Ubá	6413	7003	0,88
Itaocara	23003	22899	-0,05	São José do Vale do Rio Preto	19278	20251	0,49
Itaperuna	86720	95841	1,01	São Pedro da Aldeia	63227	87875	3,35
Itatiaia	24739	28783	1,53	São Sebastião do Alto	8402	8895	0,57
Japeri	83278	95492	1,38	Sapucaia	17157	17525	0,21
Laje do Muriaé	7909	7487	-0,55	Saquarema	52461	74234	3,53
Macaé	132461	206728	4,55	Seropédica	65260	78186	1,82
Macuco	4886	5269	0,76	Silva Jardim	21265	21349	0,04
Magé	205830	227322	1,00	Sumidouro	14176	14900	0,50
Mangaratiba	24901	36456	3,89	Tanguá	26057	30732	1,66
Maricá	76737	127461	5,21	Teresópolis	138081	163746	1,72
Mendes	17289	17935	0,37	Trajano de Moraes	10038	10289	0,25
Mesquita		168376		Três Rios	71976	77432	0,73
Miguel Pereira	23902	24642	0,31	Valença	66308	71843	0,80
Miracema	27064	26843	-0,08	Varre-Sai	7854	9475	1,89
Natividade	15125	15082	-0,03	Vassouras	31451	34410	0,90
Nilópolis	153712	157425	0,24	Volta Redonda	242063	257803	0,63

Fonte: tabela anexa ao estudo do Observatório das Metrópoles, adaptado pela autora.

Apoiado na análise de Hércio de Medeiros Júnior, em seu estudo intitulado, “Mudanças de estado do mercado de trabalho fluminense: diferenças regionais entre 2000 e 2010”<sup>20</sup>, sobre os mesmos dados da tabela acima, resumimos que a Região Norte Fluminense, onde se encontram os municípios de Macaé, Capabeus e Quissamã (Complexo Logístico e Industrial Farol/Barra do Furado<sup>21</sup>), é área já beneficiada pelos royalties da extração de petróleo, conta agora com investimentos e promessas do pré-sal, além da bacia de Campos, também conta com o Porto do Açú, Complexo Portuário, com investimentos da Chevron e OGX, com apoio do BNDES.

Ao lado a Região das Baixadas Litorâneas, além do forte aporte turístico, como o caso de Armação dos Búzios (conhecida cidade pelos fortes investimentos imobiliários de alto padrão), Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras e Cabo Frio também seguem a demanda pela especulação imobiliária advinda do turismo, mas também pela proximidade com Macaé, forte na atividade petrolífera.

Araruama e Saquarema, nos mesmos moldes do mote do turismo, também estão próximas ao outro complexo de investimento de Itaboraí, COMPERJ, onde Guapimirim sua vizinha apresentou grande alta populacional, ambas fazem parte da Região Metropolitana, onde além da instalação do Complexo Petroquímico, Itaguaí, seguem com investimentos com o Porto do Sudeste, com o terminal portuário da Gerdau, e atraindo a CSN, Companhia Siderúrgica Nacional.

Seropédica com várias indústrias do ramo petroquímico, como a Companhia de Coque Calcinado, existe ainda o projeto que ligará Itaboraí a Itaguaí, cortando a baixada fluminense (Arco Rodoviário Metropolitano) e Niterói com a indústria naval, e a cidade do Rio de Janeiro com investimento no Metrô, com a construção da linha 4, ligando a já existente estação de Ipanema até a Barra da Tijuca, conta ainda com investimentos da EISA de construção naval, a outra Região de importância em investimento na indústria automobilística é a do Médio Paraíba.

Porto Real foi o município com maior taxa de crescimento populacional, abriga a Peugeot, que conta com investimentos do BNDES, e estrategicamente está ao lado das já

---

<sup>20</sup> [http://174.121.79.98/~naotembr/anais/files/POSTER\[859\]ABEP2012.pdf](http://174.121.79.98/~naotembr/anais/files/POSTER[859]ABEP2012.pdf)

<sup>21</sup> <http://informativorio.blogspot.com.br/2011/01/rio-das-ostras-recebera-r-40-milhoes-do.html>

consagradas cidade-industrial, Resende, Volta Redonda e Barra Mansa, com a Companhia Siderúrgica Nacional, unindo ao setor automobilístico, como a Volkswagen caminhões em Resende, a Michelin que se instalou no final de 2012 em Itatiaia.

Mangaratiba que faz parte da Região da Costa Verde, ao lado de Angra dos Reis e Parati, notadamente conhecidas pelo turismo e lazer, tem importância pela Baía de Sepetiba contemplar o terminal de minérios da ilha Guaíba, da Companhia Vale e a Companhia Portuária da Baía de Sepetiba, além de estar ao lado do Porto de Itaguaí, com as expectativas de sua ampliação, bem como a da Usina Nuclear de Angra.

As demais Regiões Centro-Sul, Serrana e Noroeste não tem mostrado estagnação quanto à investimentos e crescimento populacional expressivo, a região Serrana pelos problemas dos desastres naturais, ainda conta com a indústria turística e tecnológica, mas sem alta expressiva nas taxas de crescimento populacional.

Concluimos que as cidades com aumento expressivo demográfico regional podem estar ligada aos movimentos de migrações de trabalhadores, em decorrência à divulgação e aos investimentos do Programa de Aceleração do Governo Federal, corroborando com o estudado no Capítulo 1 deste trabalho.

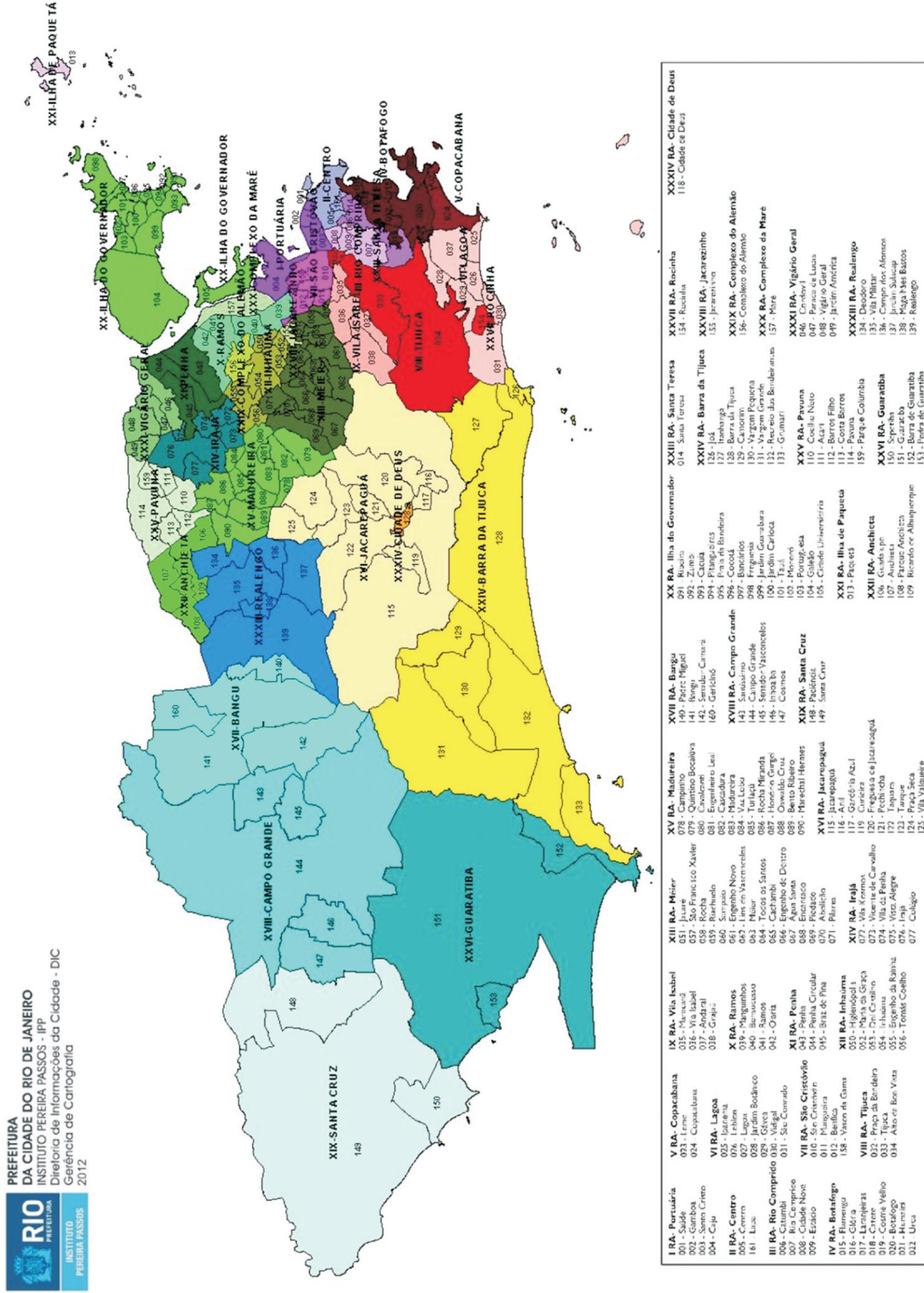
Pela análise da construção espacial do Estado do Rio de Janeiro, passa atualmente por uma reestruturação fortemente encabeçada pelo Capital e Estado e seguido pela massa de trabalhadores. Não é recente a configuração espacial dessas regiões, muitas apresentando visível pauperismo contrastando com suas belezas naturais, uma paisagem construída e agora sendo reconstruída, pelas prioridades políticas de incentivo financeiro para o estabelecimento da indústria como a exemplo: de portos, da exploração de petróleo e gás da camada do pré-sal, do transporte, e outras indústrias e serviços afins.

Estes investimentos em si mesmos promovem um movimento de trabalhadores e possíveis fixações, em busca de possibilidade de emprego, e alterações nas antigas paisagens com sua gente e sua espacialidade construída podendo até sair dando espaço a novas construções e influências socioculturais.

## **2.2 A METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: A CIDADE E SUA REGIÃO METROPOLITANA**

A cidade do Rio de Janeiro é composta de 33 Regiões Administrativas comportando 160 bairros, conforme o Mapa 4.

Mapa 4 – Divisão das Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos - IPP.

Na cidade do Rio de Janeiro pela observação da Tabela abaixo, podemos inferir que nos últimos dez anos as maiores taxas de crescimento populacional seguem a expansão imobiliária em hotelaria, condomínios de classe média e alta, shoppings, da Região Administrativa da Barra da Tijuca (Barra da Tijuca , Camorim , Grumari , Itanhangá , Joá , Recreio dos Bandeirantes , Vargem Grande , Vargem Pequena), com expansão demográfica reflexa na vizinha Região Administrativa de Jacarepaguá (Anil , Curicica , Freguesia (Jacarepaguá) , Gardênia Azul , Jacarepaguá , Pechincha , Praça Seca , Tanque , Taquara , Vila Valqueire), bem como na Região Administrativa de Guaratiba, cujo Bairro Guaratiba também mostra uma expressiva densificação, além da especulação imobiliária (reserva de áreas para construção futura), melhoria da mobilidade e localização de áreas de proteção propiciando assentamento de habitação precária.

Por sua vez a Região Administrativa de Santa Cruz (Paciência , Santa Cruz , Sepetiba) teve sua expansão populacional centrada no crescimento industrial, o que pela nosso estudo segue a lógica de atração pelo trabalho e da constituição de exército de reserva, mão de obra sem qualificação e conhecida área de habitação precária.

Essa alteração demográfica, nos últimos dez anos citados, nessas áreas geográficas, é uma decorrência das novas oportunidades de trabalho e remuneração, do trabalho industrial e não-industrial.

Como veremos em seguida analisando os censos anteriores, as regiões acima já apresentavam, desde os anos 1991, números significativos de habitações precárias, conforme a Tabela 4, confirmando o que foi dito sobre o incremento maior das habitações precárias na zona oeste.

Tabela 2: Taxa de crescimento da população dos bairros da Cidade do Rio de Janeiro

BAIRRO	total pop (2000)	total pop (2010)	tx cresc.
Abolição	12.346	11356	0,92
<b>Acari</b>	<b>24.650</b>	<b>27347</b>	<b>1,11</b>
Água Santa	7.243	8756	1,21
Alto da Boa Vista	8.254	9343	1,13
Anchieta	53.808	55652	1,03
Andaraí	38.540	39365	1,02
Anil	21.551	24172	1,12
Bancários	12.126	12512	1,03
Bangu	244.518	243.125	0,99
<b>Barra da Tijuca</b>	<b>92.233</b>	<b>135.924</b>	<b>1,47</b>
Barra de Guaratiba	4.380	3577	0,82
Barros Filho	15.223	14049	0,92
<b>Benfica</b>	<b>19.017</b>	<b>25.081</b>	<b>1,32</b>
Bento Ribeiro	46.507	43.707	0,94
Bonsucesso	19.298	18711	0,97
<b>Botafogo</b>	<b>79.588</b>	<b>82.890</b>	<b>1,04</b>
Brás de Pina	59.389	59222	1,00
Cachambi	41.334	42415	1,03
Cacuaia	9.952	11013	1,11
<b>Caju</b>	<b>17.679</b>	<b>20.477</b>	<b>1,16</b>
Camorim	786	1970	2,51
Campinho	9.407	10156	1,08
Campo dos Afonsos	1.515	1365	0,90
<b>Campo Grande</b>	<b>297.494</b>	<b>328.370</b>	<b>1,10</b>
Cascadura	33.526	34456	1,03
Catete	21.724	24057	1,11
Catumbi	12.914	12556	0,97
Cavalcanti	15.773	16141	1,02
Centro	39.135	41142	1,05
<b>Cidade de Deus</b>	<b>38.016</b>	<b>36515</b>	<b>0,96</b>
Cidade Nova	5.282	5466	1,03
Cidade Universitária	1.736	1556	0,90
Cocotá	4.910	4877	0,99
Coelho Neto	32.052	32423	1,01
Colégio	29.111	29245	1,00
<b>Complexo do Alemão</b>	<b>65.026</b>	<b>69143</b>	<b>1,06</b>
Copacabana	147.021	146392	1,00
Cordovil	46.533	45202	0,97
Cosme Velho	7.229	7178	0,99

(continua)

(continuação)

BAIRRO	total pop (2000)	total pop (2010)	tx cresc.
Cosmos	65.961	77007	1,17
<b>Costa Barros</b>	<b>25.922</b>	<b>28442</b>	<b>1,10</b>
Curicica	24.839	31189	1,26
Del Castilho	14.246	15610	1,10
Deodoro	11.593	10842	0,94
Encantado	15.412	15021	0,97
Engenheiro Leal	6.196	6113	0,99
Engenho da Rainha	27.311	26659	0,98
Engenho de Dentro	46.834	45540	0,97
Engenho Novo	44.472	42172	0,95
Estácio	20.632	17189	0,83
Flamengo	51.939	50043	0,96
Freguesia (Ilha do Governador)	18.371	19437	1,06
Freguesia (Jacarepaguá)	54.010	70511	1,31
Galeão	21.633	22971	1,06
<b>Gamboa</b>	<b>10.490</b>	<b>13.108</b>	<b>1,25</b>
Gardênia Azul	19.268	17715	0,92
Gávea	17.475	16003	0,92
Gericinó	—	15167	—
Glória	10.098	9661	0,96
Grajaú	38.296	38671	1,01
Grumari	136	167	1,23
Guadalupe	46.325	47144	1,02
<b>Guaratiba</b>	<b>87.132</b>	<b>110.049</b>	<b>1,26</b>
Higienópolis	16.587	15734	0,95
Honório Gurgel	22.010	21989	1,00
Humaitá	15.186	13285	0,87
Inhaúma	42.722	45698	1,07
Inhoaíba	59.536	64649	1,09
Ipanema	46.808	42743	0,91
Irajá	99.236	96382	0,97
Itanhangá	21.813	38415	1,76
Jacaré	7.392	9276	1,25
<b>Jacarepaguá</b>	<b>100.822</b>	<b>157.326</b>	<b>1,56</b>
Jacarezinho	36.459	37.839	1,04
Jardim América	25.946	25226	0,97
Jardim Botânico	20.014	18009	0,90
Jardim Carioca	25.202	24848	0,99

(continua)

(continuação)

BAIRRO	total pop (2000)	total pop (2010)	tx cresc.
Jardim Guanabara	29.886	32213	1,08
Jardim Sulacap	11.221	13062	1,16
Joá	971	818	0,84
<b>Lagoa</b>	<b>18.221</b>	<b>21.198</b>	<b>1,16</b>
Laranjeiras	46.381	45554	0,98
Leblon	46.670	46044	0,99
Leme	14.157	14799	1,05
Lins de Vasconcelos	35.171	37487	1,07
Madureira	49.546	50106	1,01
Magalhães Bastos	24.849	24430	0,98
<b>Mangueira</b>	<b>13.594</b>	<b>17.835</b>	<b>1,31</b>
Manguinhos	31.059	36.160	1,16
Maracanã	27.319	25256	0,92
<b>Maré</b>	<b>113.807</b>	<b>129.770</b>	<b>1,14</b>
Marechal Hermes	49.186	48061	0,98
Maria da Graça	8.189	7972	0,97
Méier	51.344	49828	0,97
Moneró	6.180	6476	1,05
Olaria	62.509	57514	0,92
Oswaldo Cruz	35.901	34040	0,95
Paciência	83.561	94626	1,13
Padre Miguel	64.754	64228	0,99
Paquetá	3.421	3361	0,98
<b>Parada de Lucas</b>	<b>23.269</b>	<b>23923</b>	<b>1,03</b>
Parque Anchieta	27.092	26212	0,97
Parque Columbia	9.194	9202	1,00
Pavuna	90.027	97350	1,08
Pechincha	31.615	34709	1,10
Pedra de Guaratiba	9.693	9488	0,98
<b>Penha</b>	<b>72.692</b>	<b>78.678</b>	<b>1,08</b>
Penha Circular	51.113	47816	0,94
Piedade	44.111	43378	0,98
Pilares	28.956	27250	0,94
Pitangueiras	11.605	11756	1,01
Portuguesa	24.733	23856	0,96
Praça da Bandeira	9.102	8662	0,95
<b>Praça Seca</b>	<b>59.657</b>	<b>64.147</b>	<b>1,08</b>
Praia da Bandeira	6.587	5948	0,90
Quintino Bocaiúva	34.757	31185	0,90

(continua)

(continuação)

BAIRRO	total pop (2000)	total pop (2010)	tx cresc.
Ramos	37.537	40.792	1,09
Realengo	176.277	180123	1,02
Recreio dos Bandeirantes	37.572	82.240	2,19
Riachuelo	13.107	12653	0,97
Ribeira	3.323	3528	1,06
Ricardo de Albuquerque	27.383	29310	1,07
<b>Rio Comprido</b>	<b>34.833</b>	<b>43.764</b>	<b>1,26</b>
Rocha	9.542	8766	0,92
Rocha Miranda	41.253	44188	1,07
<b>Rocinha</b>	<b>56.338</b>	<b>69.356</b>	<b>1,23</b>
Sampaio	10.508	10895	1,04
<b>Santa Cruz</b>	<b>191.836</b>	<b>217.333</b>	<b>1,13</b>
Santa Teresa	41.145	40926	0,99
Santíssimo	34.086	41458	1,22
Santo Cristo	9.618	12330	1,28
São Conrado	11.155	10980	0,98
São Cristóvão	38.334	26510	0,69
São Francisco Xavier	7.787	8343	1,07
Saúde	2.186	2749	1,26
Senador Camará	111.231	105515	0,95
Senador Vasconcelos	27.285	30600	1,12
<b>Sepetiba</b>	<b>35.892</b>	<b>56.575</b>	<b>1,58</b>
Tanque	32.462	37856	1,17
<b>Taquara</b>	<b>93.741</b>	<b>102.126</b>	<b>1,09</b>
Tauá	33.184	29567	0,89
Tijuca	163.636	163805	1,00
Todos os Santos	22.927	24646	1,07
Tomás Coelho	21.580	22676	1,05
Turiçu	16.054	17246	1,07
Urca	6.750	7061	1,05
<b>Vargem Grande</b>	<b>9.306</b>	<b>14.039</b>	<b>1,51</b>
<b>Vargem Pequena</b>	<b>11.536</b>	<b>27.250</b>	<b>2,36</b>
Vasco da Gama	(São Cristóvão)	15482	—
Vaz Lobo	14.041	15167	1,08
Vicente de Carvalho	24.310	24964	1,03
<b>Vidigal</b>	<b>13.719</b>	<b>12797</b>	<b>0,93</b>
<b>Vigário Geral</b>	<b>39.563</b>	<b>41820</b>	<b>1,06</b>
Vila Cosmos	17.673	18274	1,03

(continua)

(continuação)

BAIRRO	total pop (2000)	total pop (2010)	tx cresc.
Vila da Penha	24.290	25465	1,05
Vila Isabel	81.858	86.018	1,05
Vila Militar	13.691	13184	0,96
Vila Valqueire	31.717	32279	1,02
Vista Alegre	8.347	8622	1,03
Zumbi	2.041	2016	0,99

Fonte: IBGE, Censos 2000 e 2010, adaptada pela autora

Na década anterior, conforme o estudo de Paulo Bastos Cezar observamos que o crescimento da população total da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 1991 e 2000, foi de 5.480.778 a 5.851.914, isto é, um pequeno crescimento de 371.136 habitantes, sendo 57% de habitantes em moradias subnormais e 43% em moradias normais (Tabela 3), crescimento esse entre as duas categorias quase em igual elevação.

Tabela 3 – Crescimento da População segundo o tipo da moradia na cidade do Rio de Janeiro em valores absolutos, entre 1991 e 2000.

	1991	2000	aumento	%
Total	5.480.778	5.851.914	371.136	1,00
Subnormal	882.483	1.092.783	210.300	0,57
Normal	4.598.295	4.759.131	160.836	0,43

Fonte: IBGE, Censos. Adaptado pela Autora.

Na Tabela 4 analisamos as taxas geométricas anuais de crescimento segundo as Regiões Administrativas da cidade e observamos que diferentemente desse crescimento total na cidade, as regiões se diferenciam muito.

Segundo essa tabela verificamos que no total da cidade, o crescimento das moradias subnormais medido pelas taxas geométricas anuais foi muito maior (2,40%) do que das moradias normais (0,38%).

Isso porque há uma diferenciação geográfica muito desigual entre as Regiões Administrativas.

Tabela 4 – Taxas geométricas médias anuais de crescimento da população residente no município do Rio de Janeiro, segundo tipo de setor censitário (subnormal/normal) por Áreas de Planejamento – AP e Regiões Administrativas – RA, nos anos 1991,1996 e 2000<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Tabela parcial, extraída de CEZAR, Paulo Bastos. Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes. [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2403\\_Evolução%20da%20população%20de%20favelas%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2403_Evolução%20da%20população%20de%20favelas%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf)

<sup>22</sup> Notas do autor: “1) Os dados de 1991 para Rocinha, Complexo do Alemão, Maré, Lagoa, Ramos e Inhaúma, que foram criadas depois do Censo ou tiveram seus limites alterados, foram obtidos através da compatibilização entre os setores censitários.

2) Embora já estejam disponíveis os dados definitivos de 2000 para população total, estamos utilizando aqui os dados preliminares, que tratam dos setores subnormais. A diferença é da ordem de 0,1%.”

	Taxa de crescimento segundo a habitação					
	(% )1991-1996		(% )1996-2000		(% )1991-2000	
	subnormal	normal	subnormal	normal	subnormal	normal
AP/RA						
Total	1,54	0,00	<b>3,50</b>	0,86	<b>2,40</b>	0,38
Área de Planejamento 1	-0,45	-1,80	-1,98	-0,91	-1,13	-1,42
Portuária	-0,07	-2,60	0,63	-1,29	0,24	-2,00
Centro	-	-3,00	-	-1,90	-	-2,49
Rio Comprido	1,87	-1,20	-2,66	-2,26	-0,17	-1,68
São Cristóvão	-1,87	-2,30	-3,60	2,37	-2,64	-0,23
Paquetá	-	-3,50	-	5,87	-	0,55
Santa Teresa	-1,93	-0,20	0,78	-1,83	-0,73	-0,92
Área de Planejamento 2	1,57	-0,90	1,50	-0,50	1,54	-0,72
Botafogo	<b>5,57</b>	-0,50	<b>-4,70</b>	-0,92	0,88	-0,67
Copacabana	<b>9,82</b>	-0,80	-6,41	-0,78	2,29	-0,77
Lagoa	0,96	-0,50	<b>4,94</b>	-0,56	2,71	-0,50
Tijuca	-1,62	-1,50	1,84	-0,25	-0,10	-0,92
Vila Isabel	-0,25	-1,50	-1,17	0,19	-0,66	-0,76
Rocinha	1,23	-	<b>5,43</b>	-	<b>3,07</b>	-
Área de Planejamento 3	1,04	-0,60	1,92	0,21	1,43	-0,22
Ramos	0,47	-0,70	-3,26	2,72	-1,21	0,80
Penha	0,89	-1,00	<b>10,21</b>	-1,00	<b>4,93</b>	-1,00
Inhaúma	-2,02	-1,40	-0,60	0,65	-1,39	-0,52
Méier	2,57	-1,60	-3,22	0,35	-0,05	-0,73
Irajá	1,89	-0,80	-0,15	-0,40	0,98	-0,62
Madureira	1,68	-0,90	1,86	0,60	1,76	-0,23
Ilha do Governador	1,83	-0,30	1,96	1,30	1,89	0,39
Anchieta	2,82	0,80	<b>10,24</b>	0,13	<b>6,05</b>	0,52
Pavuna	-0,10	2,90	<b>5,46</b>	-2,75	2,34	0,37
Jacarezinho	-1,36	-0,50	-2,14	5,21	-1,71	2,00
Complexo do Alemão	1,20	-2,40	0,96	-1,47	1,09	-1,97
Maré	1,96	2,60	0,37	4,21	1,25	3,33
Área de Planejamento 4	<b>3,60</b>	1,50	<b>13,76</b>	4,03	<b>8,00</b>	2,63
Jacarepaguá e Cidade de Deus	<b>3,72</b>	0,40	<b>12,53</b>	3,47	<b>7,55</b>	1,72
Barra da Tijuca	<b>3,10</b>	6,10	<b>18,89</b>	5,82	<b>9,84</b>	5,97
Área de Planejamento 5	<b>3,51</b>	1,30	<b>6,54</b>	2,37	<b>4,84</b>	1,75
Bangu (com XXXIII Realengo)	<b>2,58</b>	0,50	<b>3,88</b>	1,16	<b>3,15</b>	0,80
Campo Grande	<b>6,18</b>	1,60	<b>3,01</b>	3,66	<b>4,76</b>	2,50
Santa Cruz	<b>3,33</b>	1,70	<b>18,92</b>	1,31	<b>9,99</b>	1,50
Guaratiba	<b>4,11</b>	4,10	<b>24,62</b>	7,40	<b>12,77</b>	5,55

Fonte: IBGE, Censos. Adaptado pela Autora.

Resumimos na Tabela 5 as Regiões que apresentaram os maiores crescimentos das populações habitando moradias subnormais: Botafogo, Copacabana, Lagoa, Rocinha, Penha, Anchieta, Pavuna, Jacarepaguá/Cidade de Deus, Barra da Tijuca, Bangu/Realengo, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba.

Tabela 5 - Taxas geométricas médias anuais de crescimento da população residente no município do Rio de Janeiro, segundo tipo de setor censitário (subnormal/normal) por Áreas

de Planejamento – AP e Regiões Administrativas – RA, nos anos 1991,1996 e 2000<sup>23</sup>, identificando as RA´s de maior crescimento.

RA	Taxa de crescimento segundo a habitação					
	(% )1991-1996		(% )1996-2000		(% )1991-2000	
	subnormal	normal	subnormal	normal	subnormal	normal
Botafogo	<b>5,57</b>	-0,50	<b>-4,70</b>	-0,92	0,88	-0,67
Copacabana	<b>9,82</b>	-0,80	-6,41	-0,78	2,29	-0,77
Lagoa	0,96	-0,50	<b>4,94</b>	-0,56	2,71	-0,50
Rocinha	1,23	-	<b>5,43</b>	-	<b>3,07</b>	-
Penha	0,89	-1,00	<b>10,21</b>	-1,00	<b>4,93</b>	-1,00
Anchieta	2,82	0,80	<b>10,24</b>	0,13	<b>6,05</b>	0,52
Pavuna	-0,10	2,90	<b>5,46</b>	-2,75	2,34	0,37
Jacarepaguá e Cidade de Deus	<b>3,72</b>	0,40	<b>12,53</b>	3,47	<b>7,55</b>	1,72
Barra da Tijuca	<b>3,10</b>	6,10	<b>18,89</b>	5,82	<b>9,84</b>	5,97
Bangu e Realengo	<b>2,58</b>	0,50	<b>3,88</b>	1,16	<b>3,15</b>	0,80
Campo Grande	<b>6,18</b>	1,60	<b>3,01</b>	3,66	<b>4,76</b>	2,50
Santa Cruz	<b>3,33</b>	1,70	<b>18,92</b>	1,31	<b>9,99</b>	1,50
Guaratiba	<b>4,11</b>	4,10	<b>24,62</b>	7,40	<b>12,77</b>	5,55

Fonte: IBGE, Censos. Adaptado pela Autora.

As informações constantes das duas tabelas indicam uma crescente espraiamento dos assentamentos precários para o conjunto da cidade, particularmente nas chamadas “áreas nobres” Botafogo, Copacabana, Lagoa, Barra da Tijuca.

Portanto, nesses últimos 10 anos a significativa expansão da zona oeste exemplifica a teoria crítica da Nova Geografia, segundo a qual a dialética capitalista recria o espaço urbano.

A especulação imobiliária, que atualmente se juntou à indústria na criação do espaço é o novo agente produtor das desigualdades.

<sup>23</sup> Tabela parcial, extraída de CEZAR, Paulo Bastos. Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes. [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2403\\_Evolução%20da%20população%20de%20favelas%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2403_Evolução%20da%20população%20de%20favelas%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf)

<sup>23</sup> Notas do autor: “1) Os dados de 1991 para Rocinha, Complexo do Alemão, Maré, Lagoa, Ramos e Inhaúma, que foram criadas depois do Censo ou tiveram seus limites alterados, foram obtidos através da compatibilização entre os setores censitários.

2) Embora já estejam disponíveis os dados definitivos de 2000 para população total, estamos utilizando aqui os dados preliminares, que tratam dos setores subnormais. A diferença é da ordem de 0,1%.”



## 2.2 - A HISTÓRIA DA TRANSFORMAÇÃO DO BAIRRO DA GÁVEA

Figura 1 – Imagem da Floresta da Tijuca na Gávea



Fonte: <http://recantodasacacias.wordpress.com/2011/07/17/a-historia-da-gavea/>

Historicamente, a produção espacial do bairro da Gávea, área do Parque da Cidade, tem início como sesmaria a freguesia até o século XIX, passa a área fabril na 1ª metade do século XX e, na 2ª metade de século, com usos específicos destinados à classe média alta e alta (Automóvel Clube, Hospitais diferenciados, sociedades Hípica e de Regatas, PUC-RJ).

Em 1808, foi fundada a freguesia de São João da Lagoa, onde já havia terras de antigo engenho de açúcar pertencente a Martim de Sá, sobrinho do governador geral Mem de Sá, fundador da cidade, e, por mais de uma vez governador do Rio de Janeiro nos primórdios do século XVII. Nesta época mais remota havia nas margens da Lagoa três engenhos, o de Nossa Senhora da Conceição, o da Nossa Senhora da Cabeça, obra de Martim de Sá com grande criação de gado vacum, e o do Vale da Lagoa. A fundação da nova freguesia deveu-se ao estabelecimento de uma fábrica de pólvora, e a construção da Capela Nossa Senhora da Conceição, pertencente ao citado engenho. Até 1808, os três engenhos pertenceram à família Rodrigo de Freitas. A área que, em 1809, compreendia desde a praia de Botafogo até o sítio da Tijuca, confinando neste último local com a freguesia de Jacarepaguá, e, pela praia, com a

freguesia de São José da Cidade, já contava com população de perto de 2.000 habitantes, e foi então desapropriada<sup>25</sup>.

Com o aumento da população morando no caminho da Boa Vista, em 1852, teve início a construção da nova igreja, terminada em 1857, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, construída na Rua Marquês de São Vicente, antiga Rua da Boa Vista do Jardim Botânico.

Com o maior crescimento, a freguesia da Lagoa, em 1873, foi desmembrada, criando-se a freguesia da Gávea, cujos limites abrangiam de Piaçava e Arpoador até a Barra da Tijuca.

A Tabela 6 indica o desenvolvimento populacional do novo bairro da cidade.

Tabela 6 – Expansão do bairro da Gávea entre os anos 1838 a 1906

Ano	Cidade do Rio de Janeiro	Gávea	Freguesia da Lagoa
1838	137.078	---	10.877
1872	266.831	---	13.447
1890	518.272	4.712.	---
1906	805.335	12.570	---

Fonte: COSTA, Cássio. História dos Subúrbios: Gávea. Guanabara: Departamento de História e Documentação, s.d.p.

A Tabela 7 seguinte indica as nacionalidades de estrangeiros e suas profissões na população da Gávea, em 1906, cujas informações nos remetem à gênese da atual diversidade da produção do espaço.

<sup>25</sup>Estas referências e dos parágrafos seguintes foram retiradas da obra: COSTA, Cássio. História dos Subúrbios: Gávea. Guanabara: Departamento de História e Documentação, s.d.p.

Tabela 7 – Nacionalidade dos moradores da Gávea no ano de 1906.

Nacionalidade	Quantidade	%
Portugueses	1.722	50,99%
Italianos	680	20,14%
Espanhóis	683	20,23%
Alemães	45	1,33%
Inglêses	49	1,45%
Franceses	46	1,36%
Anglo-americanos	2	0,06%
Hispano-americanos	26	0,77%
Turcos	14	0,41%
Africanos	2	0,06%
Ignorada	108	3,20%
Total	3377	

Fonte: COSTA, Cássio. História dos Subúrbios: Gávea. Guanabara: Departamento de História e Documentação, s.d.p.

Na Tabela 8 relacionamos as profissões encontradas na Gávea em 1906.

Tabela 8 – Profissões dos moradores da Gávea no ano de 1906.

Profissão	Quantidade	%
Agricultores	267	3,99%
Pescadores/Caçadores	116	1,73%
Operários têxteis	375	5,60%
Vestuário/Toilete	283	4,23%
Construção Civil	338	5,05%
Indústrias (Ciências, Letras Artes e Luxo)	2.131	31,84%
Comércio	442	6,60%
Serviço Doméstico	1.570	23,46%
Trabalhadores Jornaleiros e Braçais	450	6,72%
Sem profissão declarada maiores de 15 anos	721	10,77%
Total	6693	

Fonte: COSTA, Cássio. História dos Subúrbios: Gávea. Guanabara: Departamento de História e Documentação, s.d.p.

Depois de ter sido bairro exclusivamente agrícola e pastoril, foi pouco a pouco se transformando em bairro industrial, não obstante as ocorrências de malária na região. Seguindo as pegadas da antiga malharia, fundada por D. João VI, estabeleceram-se na Gávea também importantes fábricas e laboratórios farmacêuticos, proporcionando trabalho a milhares de operários nas malharias, tecelagens e cotonifícios. Conforme o quadro acima essa categoria de trabalhadores industriais constitui pouco mais de um terço do trabalho no Bairro.

Foto 1 – Bairro operário na Gávea



Fonte: [http://robertoargento.blogspot.com.br/2009/05/historia-dos-bairros-do-rio-de-janeiro\\_14.html](http://robertoargento.blogspot.com.br/2009/05/historia-dos-bairros-do-rio-de-janeiro_14.html)

No blog de Roberto Argento<sup>26</sup> ele cita como exemplo das indústrias na Gávea: Fábrica de Tecidos São Félix, o Cotonifício da Gávea, a Sudantex, os Laboratórios Park-Davis, Moura Brasil e a Indústria Química Merrel do Brasil. Em 1930, o bairro já somava 15.270 habitantes, sendo que 2.998 trabalhavam nas fábricas de tecidos, surgiram as vilas operárias e, em 1942, o Parque Proletário da Gávea.

---

<sup>26</sup>[http://robertoargento.blogspot.com.br/2009/05/historia-dos-bairros-do-rio-de-janeiro\\_14.html](http://robertoargento.blogspot.com.br/2009/05/historia-dos-bairros-do-rio-de-janeiro_14.html)

Foto 2 – Exemplo de moradia de bairro operário



Fonte: [http://robertoargento.blogspot.com.br/2009/05/historia-dos-bairros-do-rio-de-janeiro\\_14](http://robertoargento.blogspot.com.br/2009/05/historia-dos-bairros-do-rio-de-janeiro_14).

Após os trabalhos de saneamento projetados e executados pelos engenheiros Paulo de Frontin, Luís José da Costa e Carlos Sampaio, ocorre extraordinária expansão da população e comércio no bairro. São instaladas modernas casas de saúde, como a Clínica de Repouso São Vicente e o grande hospital para funcionários do Grupo Sul América, hoje Instituto dos Bancários, e o Hospital Miguel Couto, mantido pela Prefeitura.

Em 1933, é criado o mundialmente famoso Circuito de Corridas de Automóveis da Gávea, idealizado por Carlos Guinle e dirigentes do Automóvel Clube do Brasil com apoio do presidente Getúlio Vargas, portanto marco simbólico da modernidade pelo estímulo ao turismo de luxo.

No bairro vizinho na Rua Jardim Botânico, foi instituída a Sociedade Hípica Brasileira; na Lagoa, os clubes esportivos: Piraquê, Caiçaras, Regatas do Flamengo, Vasco da Gama e Estádio de Remo, e no bairro da Gávea o Jockey Clube Brasileiro.

A Pontifícia Universidade Católica começou a funcionar na Gávea em 1941, fundada por Cardeal D. Sebastião Leme e Padre Leonel Franca S.J., na Rua de São Clemente, ao lado do Colégio Santo Inácio. Em 1946, a PUC adquiriu vários terrenos privados existentes na área, inclusive as residências que pertenceram a Grandjean de Montigny, ao marquês de Tamandaré e ao Conselheiro Lafaiete, totalizando 80.000 m<sup>2</sup>.

Foto 3 – Área do Parque Proletário da Gávea (casas na foto), onde hoje há o estacionamento do PUC-Rio



Fonte: Acervo Agência O Globo<sup>27</sup>, Núcleo da Memória da PUC-RIO

Toda a área do atual Parque da Cidade já foi a antiga Chácara do Morro Queimado, antigo sítio de dona Catarina de Sena; depois vieram os seguintes proprietários, o marquês de São Vicente, o Conde de Santa Marinha e o rico negociante João Borges. O imóvel, finalmente comprado pelo Dr. Guilherme Guinle, onde ele residiu, em edifício com foros de palácio, foi depois transformado em museu, repleto de objetos preciosos e históricos. Na ampla área, foram edificadas alamedas de cimento, pavilhões, estufas, bosques, imensos gramados, pontes, piscinas, mirantes etc.

Conforme relato de José de Oliveira Martins, 81 anos aposentado morador da Vila Parque da Cidade, nascido em 18 de junho de 1932, nessa época o Parque já tinha construídas

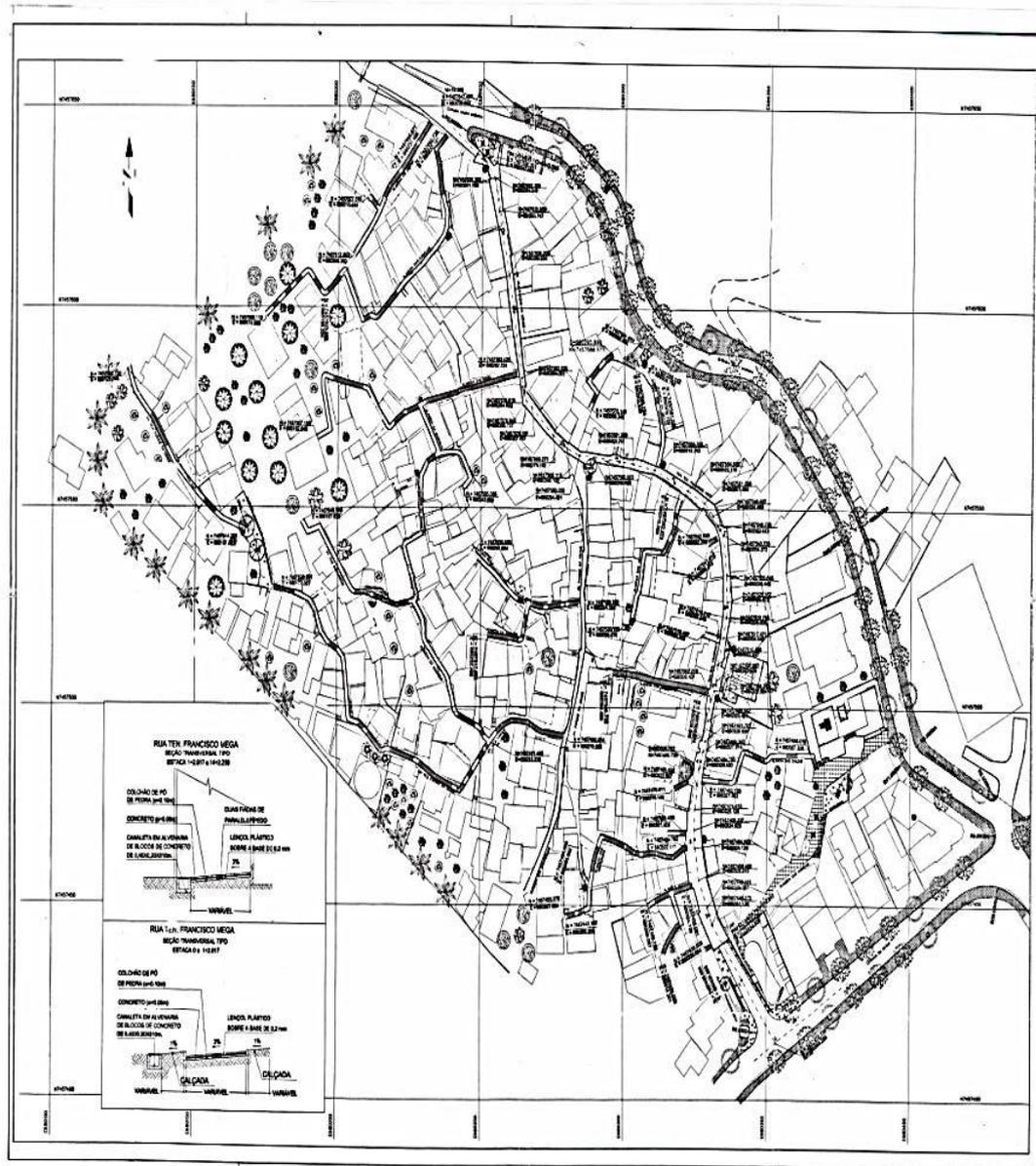
<sup>27</sup>Vista aérea do Parque Proletário da Gávea, e ao fundo os prédios da PUC-Rio, 22/01/1974 (<http://www.ccpq.puc-rio.br/70anos/colecoes/albuns-de-retratos/galeria/22>)

10 casas ao longo da Estrada Santa Marinha. Ele informa que o adensamento de moradias no Parque ocorreu por volta da metade da década de 1960, após grande leva de moradores que ali se instalou após o início do Programa de Remoção de Favelas da área da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Governo Carlos Lacerda. Depois de incêndio nessas favelas que segundo as crônicas foi criminoso, conta que a “Cruzada São Sebastião”, projeto social da Igreja Católica, de D. Helder Câmara foi organizado para realocar parte dos moradores da favela da Rua Ataulfo de Paiva com o Jardim de Alá, para prédios construídos na própria área. Parte dessas pessoas foram para outros locais, inclusive na área do Parque. Na Lagoa, o local da antiga favela se transformou em condomínio de múltiplos empreendimentos comerciais das maiores construtoras, gerando o apelido “Selva de Pedra”, sendo até tema de novela. O empreendimento resultou na construção de mais de vinte prédios destinados à classe média, através de planos de financiamento, já no Governo Militar.

A Vila Parque da Cidade foi uma das contempladas nos anos de 1990, em sequência ao Plano Habitacional do Governo Brizola, com financiamento do BID e União Européia, quando recebeu infraestrutura de saneamento básico, pavimentação, construção de creche e centro comunitário, e a recuperação da vegetação das encostas, atendendo à Lei 2.499, de 26 de novembro de 1996, que declarou a Vila Parque Área de Especial de Interesse Social para fins de inclusão em programa de urbanização e regularização fundiária de áreas das favelas.

A Figura 2 mostra o planejamento estatal parcialmente implantado no espaço urbano da Comunidade: infra-estrutura de arruamento, iluminação, drenagem, e saneamento, com a demarcação dos lotes e seus respectivos proprietários – com promessa de titulação da propriedade inclusive com pagamento de carnê mas ainda não solucionado o registro público.

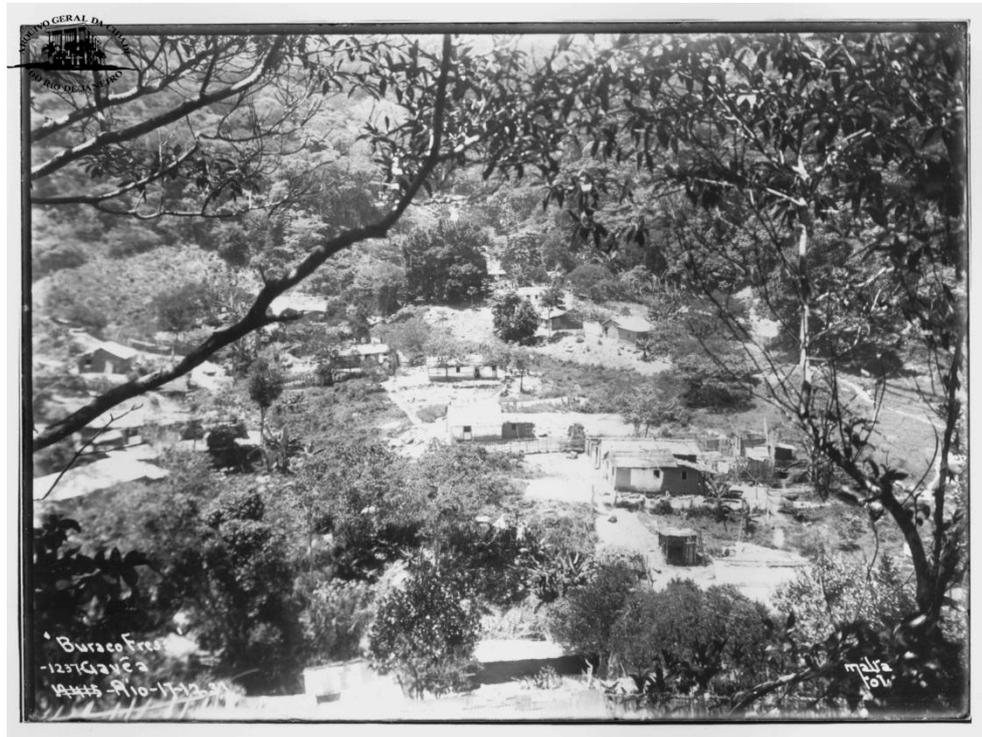
Mapa 6 – Planta do Sistema Viário do Parque da Cidade, 2000.



Fonte: Governo da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Habitação. Instituto Pereira Passos, 2000.

## CAPÍTULO 3 – CONSTRUINDO UM LAR

Foto 4 – Fotografia de Parte da Gávea Ocupada por Assentamento Precário



Fonte: Aútoría de Augusto Malta (1864-1957). Gávea, 1931

### 3.1. A HABITAÇÃO COMO VALOR

No capítulo anterior como a cidade é planejada num arranjo espacial estatal e de classe e, ao mesmo tempo, num movimento de classe trabalhadora da indústria e sem qualificação profissional buscando dar solução à falta de habitação nas proximidades da oferta de trabalho.

Partindo disso, no presente capítulo retomamos Henri Lefebvre<sup>28</sup> no que diz respeito a esse arranjo da cidade no qual se faz importante esclarecer o que é valor de uso, o que é valor de troca para entender o modo de produção capitalista da cidade, isto é, a oposição entre a cidade e a vida urbana, o tempo urbano, e o valor de troca, os espaços comprados e vendidos, o consumo de produtos, bens, lugares e signos. Esta oposição é o próprio movimento da construção espacial da cidade como a conhecemos. (LEFEBVRE, 2009: 25)

<sup>28</sup>Lefebvre, Henri, *Le Droit à la Ville*. 3eme.Edition. Paris: E.Economica/Anthropos, 2009

Esse conceito dialético é de suma importância para a Geografia, porque coloca a ênfase na espacialidade na produção da metrópole, como detalhada por David Harvey, cuja análise vamos subsidiar no estudo de caso da Vila Parque da Cidade, do Rio de Janeiro.

Nessa lógica capitalista das classes sociais, elas são segmentadas no espaço urbano, tanto pela oferta de trabalho, quanto pelo custo da moradia, quanto pela mobilidade, quanto pelo valor da terra.

A moradia, para a classe trabalhadora de baixa renda, acompanha a classificação de Harvey<sup>29</sup> para o uso em geral da terra como habitação (o seu valor de uso):

- 1) proteção;
- 2) quantidade de espaço para uso exclusivo de ocupantes;
- 3) privacidade;
- 4) localização relativa com a cesso a locais de trabalho, oportunidades de negócios, serviços sociais, família e amigos;
- 5) localização negativa próxima a fontes de poluição, áreas de congestionamento, fontes de crime e de perigos, pessoas vistas com desgosto, com preconceito e assim por diante;
- 6) localização positiva em vizinhança que possui as características físicas, sociais e simbólicas (status);
- 7) um meio de guardar e de valorizar riqueza.”(HARVEY, 2009: 159)

Esses múltiplos e diferenciados usos constituem o valor de uso da moradia para o seu ocupante. Nesse sentido, cada indivíduo e cada grupo determinará o valor de uso diferentemente.

Seguindo a concepção de Harvey, “as pessoas produzem o espaço segundo seus hábitos e costumes, culturas, não segundo a exclusiva imposição do consumo padrão.” (HARVEY, 2009: 160)

Podemos exemplificar com a quase centenária Comunidade Vila Parque da Cidade - como é revelado na fotografia de Malta (Foto 4), a sua produção histórico-espacial a princípio reproduz espaço rural no espaço sobrando da cidade, sem a mão do urbanista que foi se transformando. Hoje com famílias na terceira geração, cultivando na sociabilidade códigos e valores de família e de amizade, ampliando as relações de consanguinidade na adoção de outras avós, mães, tios e primos.

Simultaneamente destacamos à proximidade com o Parque, que agrega valor de usos tais como: amenidades de clima, lazer, vizinhança de outros bairros e de locais de trabalho.

Isso expressa a sua cidadania recriando nesses espaços da moradia da Comunidade outras formas de sociabilidade.

O valor de troca agrega-se também à relação de uso do espaço pela comunidade: desde a espacialidade dos valores venais em virtude das facilidades relativas de acesso pela sua localização ao transporte, serviços públicos como foi relatado por uma das moradoras que mantém em sua casa um posto de distribuição de correspondência e frisa a existência de uma distinção entre as partes de “baixo” (mais valorizada), do meio e do alto da comunidade.

O que não exclui a recriação nesses espaços das formas básicas da reprodução capitalista, tais como: o desenvolvimento de um mercado informal imobiliário por parte de moradores e a especulação com a terra de modo a elevar o seu preço. Um exemplo disso é a acumulação de riqueza por um morador que detém hoje a propriedade de quarenta imóveis na comunidade.

Nesse sentido, a reprodução da lógica capitalista do valor de troca também se estabelece no interior da comunidade gerando até modificações na sua estrutura primária da moradia em si. A discriminação social referida ao espaço conforme sejam “melhor localizadas” e “de pior localização” das moradias, e a acumulação de imóveis gerando conflitos internos nas Comunidades. Num exemplo da fala de um morador antigo, pedreiro como profissão, questionado sobre a propriedade atual das moradias (com base em minha informação com dados do IBGE), ele confirma com certo pesar numa expressão de incerteza com o futuro da comunidade, demonstrando como um desconforto de antigos moradores com a presença de outros, que se distinguem dos antigos por padrão de vida traduzido numa linguagem por ele desconhecida:

“A gente nem entende mais o que se fala”.

No âmago da específica Comunidade, que é o objeto de nosso estudo, a Associação de Moradores tornou-se o lugar de possível representação do exercício desses conflitos entre as pessoas ou grupos que privilegiam os interesses da comunidade e os que privilegiam os próprios interesses particularistas ou, no mesmo indivíduo, ou grupo, a oposição desses dois momentos na individualidade dos mesmos sujeitos.

Faz toda a diferença que os atores que possuam posições no mercado de habitações sejam múltiplos e bastante diferenciados entre si. Esta diversidade de papéis reporta-se tanto

aos desejos quanto às necessidades de cada consumidor referente à sua específica condição de classe social.

Harvey enumera os atores, os grupos sociais envolvidos na operação do valor de troca em um mercado de moradias.

“1) Proprietários-ocupantes de casas relacionam-se basicamente com valores de uso e agem em acordo com esta condição, com potencial de consideração do valor de troca numa venda do imóvel. “

No caso da Comunidade, o preço da terra é determinado porque provê moradia.

Entretanto, a terra sendo mercadoria, à semelhança com outro qualquer produto do trabalho, abocanha uma parte da riqueza produzida na sociedade sem, entretanto que lhe seja exigida a mesma condição das demais mercadorias, de algum acréscimo de trabalho para a sua valorização. A renda que é derivada exclusivamente de um monopólio, ao contrário do caráter universal das mercadorias, é exigida para o consumo da terra. Esta condição é partilhada tanto pelo investidor especulativo em terra quanto pelo detentor de sua casa de morada nesse caso, potencialmente. Essa condição (imposta por um mercado de habitações) reporta-se tanto aos desejos quanto às necessidades de cada consumidor dependendo da sua específica condição de classe social.

Analisando os interesses envolvidos no valor de troca, como já exemplificado, os moradores da Comunidade, apesar de na sua essência existir o predomínio do valor de uso, têm implícita a consideração do valor de troca. Há casos exemplares de venda de casas a estrangeiros que buscam a proximidade da floresta urbana, ligados em princípio a necessidades de mudança do local pelos proprietários. É por exemplo o caso de moradora que teve de se mudar em virtude da perseguição da família ou pela polícia ou por traficantes. Mas há também o caso em que o proprietário potencializa comercialmente o imóvel criando um ponto de comércio. Não é objetivo do morador vender a casa, mas é uma possibilidade aberta pela unidade valor de uso/valor de troca, que está implícita à propriedade em grau no mundo do capital.

“2) Agentes imobiliários.

3) Proprietários de imóveis que operam no mercado.

4) Indústria de construção civil que sobre a terra cria novos valores de uso para terceiros. Qualificam a região, agregando o valor de serviços públicos e proximidades a áreas verdes, shopping centers, acessos, ou outro atrativo.

5) Instituições financeiras.

6) Instituições governamentais, em geral postas em operação por processos políticos detendo o controle de zoneamento e planejamento de uso da terra.” (HARVEY, 2009: 163-66)

Esses demais atores citados que detêm a propriedade do solo e legislam sobre ela, no caso o Estado, ou os que a comercializam, geralmente operam em conjunto, a exemplo da estruturação física da cidade, ora depreciando, ora valorizando uma parcela do espaço da cidade. Potencialmente, o Estado pode desvalorizar uma área da cidade pelo uso da política de zoneamento urbano, pois ele detém o poder político de manipular o espaço urbano.

A terra – na sociedade capitalista – tem sempre um preço que depende da competição mercantil condicionada pela oferta e procura e da legislação sobre os direitos de propriedade. Mesmo considerada uma mercadoria, diferencia-se das demais pela sua finitude, sendo, portanto, um monopólio, diferente do produto e dos meios de produção do capital.

Na ocupação de espaços na cidade, a floresta urbana aparece como um valor de uso que beneficia moradores, mas também beneficia atividades econômicas ali instaladas, agregando valor de troca nesse caso.

A ocupação da floresta urbana por esses múltiplos atores, para além do tema do valor de uso que está ligado à qualificação física do espaço pelo seu uso imediato, na análise do seu uso simbólico, remete à percepção segundo os seus usos, como diz Henri Lefebvre. A apropriação simbólica do espaço pelo indivíduo e pelo grupo dá-se em três níveis:

- 1) O vivido, da afetividade, da corporeidade e da fala;
- 2) O percebido, das significações sócio políticas;
- 3) O conhecido, da escrita, do conhecimento acumulado no consenso dos membros da sociedade e o status que lhe é conferido de sujeito.

O espaço-monumento (no nosso caso, a floresta urbana da Tijuca) permite a passagem, perpetuada, do código linguístico da palavra privada ao da palavra pública. (LEFEBVRE, 2000: 258)

No próximo item, faremos o estudo do simbolismo da natureza que entranha as visões de moradores da Favela Parque da Cidade, de variadas maneiras. Um caso exemplar é da moradora das mais antigas que tem no jardim de sua pequena casa uma reprodução da natureza em minúscula escala – a pessoa humana sendo uma extensão e ao mesmo tempo um

poder de domínio sobre a natureza circundante. Trata-se no caso da expressão de uma sociabilidade centrada fortemente na natureza, como se verá adiante. A natureza trazida para dentro da casa, seja num vaso ou num jardim, (citando Augustin Berque), remete à memória que guarda a história da paisagem e as suas mudanças e que “a paisagem alterada leva à melancolia”. (BERQUE, 1994: 13)

### **3.2 - A FLORESTA DA TIJUCA: O SIMBOLISMO DOS USOS DA NATUREZA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Desde o início da ocupação e nos sucessivos usos da Floresta da Tijuca e sua riqueza natural, a cada interesse material de uso correspondeu um simbolismo específico, como explicam Alexandre Mello Santos, Márcia Pereira Leite e Nahida Franca<sup>30</sup>. A abundância dos mananciais é simbolicamente manifestada com os seus usos: primeiramente, a atividade de exploração da vegetação nativa; em sequência, a agropecuária; depois a indústria de lazer e de transformação; finalmente, pela população tanto das classes populares quanto das abastadas, estas identificando as minas e as fontes como valores e possibilidades de valorização das suas propriedades, e aquelas como condição básica de vida.

A expansão urbana, entretanto criou a figura da “falta d’água” crônica. Como dizem Alexandre Mello Santos, Márcia Pereira Leite e Nahida Franca:

O bairro-favela e bairro-asfalto expandiram-se e se tornaram densos de maneira relativamente sincrônica, durante quase todo o século 20. O aumento da população nesses dois subespaços ocasionou uma crescente demanda por água, que, em momentos diferentes e de formas diferentes, colocou a questão da falta d’água no cotidiano de seus (suas) moradores (as). (...) novos poderes de exploração e detenção da água. “Os empresários identificaram, nas fontes e cachoeiras, atrativos de lazer, justificando a localização de hotéis no passado; fazendeiros identificaram a abundância dos mananciais necessária para a atividade agrícola; governos avaliaram o potencial hídrico como suficiente para a construção de represas e redes de distribuição domiciliar e industrial; empresários do setor industrial avaliaram a disponibilidade de água como suficiente para uso intensivo da água requerido pelas atividades de tecelagem, curtumes, bebidas; a população percebeu minas/fontes nas encostas, a localização do núcleo inicial das favelas pelas classes populares e a construção de residências confortáveis pelas classes abastadas.” (SANTOS & LEITE & FRANCA, 2003: 19)

Nesse sentido é importante lembrar os usos da água que são referidos pelos atores da Comunidade Vila Parque da Cidade e do Parque, nas falas de moradores a água é lembrada

---

<sup>30</sup> SANTOS, Alexandre Mello; LEITE, Márcia Pereira; FRANCA, Nahida. Quando Memória e História se Entrelaçam: A Trama dos Espaços na Grande Tijuca. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

como parte da vida, a sua falta ou abundância, em relatos que na falta momentânea de abastecimento de água havia o recurso de abastecer-se com água do rio captada dentro do Parque, nas bicas, ou então nas situações de lazer, a exemplo do lago hoje seco, o que um morador atribui à morte de uma criança, outro ao assoreamento, e outro ao vizinho, que tem o Parque como passagem de servidão, que teria desviado a água para seus chalés de aluguel.

O problema da poluição da água é também lembrado pelo Gestor e pelo Guarda Municipal, o primeiro diz que há um grupo da PUC envolvido na pesquisa sobre esse problema, e o segundo se refere aos esgotos de prédios administrativos e moradias dentro do Parque que não estão ligados à rede pública de esgoto. Um dos moradores em habitação dentro do Parque em fala, diz não haver diferença das habitações com ou sem esgoto encanado, pois neste último caso vai todo para o mar, de toda a cidade.

A água é um bem de uso para todos, porém não é considerada por cada um como um bem a ser preservado, nem na sua salobridade, nem na sua finitude.

Segundo Fuad Atala<sup>31</sup>, desde muito o Maciço da Tijuca, principalmente nas encostas dos seus morros foi área de cultivo variado, desde a cultura da cana-de-açúcar, o fabrico do açúcar e da aguardente, o fumo, o algodão, a erva-mate, a goma elástica, desde 1760 formava um mosaico de fazendas de café, junto das outras culturas citadas e da exploração de lenha e o fabrico de carvão, resultando na devastação da floresta.

Conforme Paulo Bastos Cezar<sup>32</sup>:

“[...] O Maciço está dividido em dois complexos: a Serra da Carioca, que engloba as elevações que se sucedem ao longo do litoral desde a Pedra da Gávea até o Morro de Santa Teresa; e a Serra dos Três Rios ou da Tijuca, paralela à primeira, porém mais alta e compacta, compreendendo entre outros os Picos da Tijuca e do Papagaio, a Pedra do Conde e a Pedra do Grajaú. Entre as duas uma falha composta por dois vales, o do Rio Cachoeira, voltado para a baixada litorânea da Barra da Tijuca, e o do Rio Maracanã, seguindo no rumo Nordeste até desaguar na Baía do Rio Guanabara. A essas duas serras principais se associam elevações isoladas, como os morros do Pão de Açúcar, Saudade, Cabritos e São João, espalhados na planície da Cidade(...)”. (CEZAR, 1992: introdução)

---

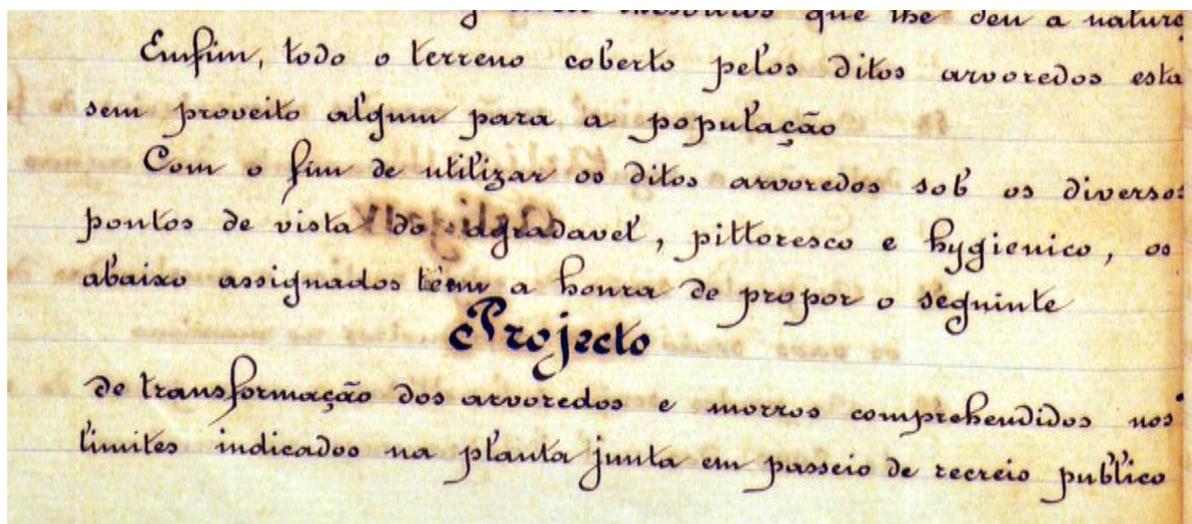
<sup>31</sup> ATALA, Fuad. Histórico. In: CENTRO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro: Governo do Estado da Guanabara/Secretaria de Economia/Departamento de Recursos Naturais, 1966.

<sup>32</sup> CEZAR, Paulo Basto; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; CALLADO, Antonio. In: Braga, Maria, coordenadora. A Floresta da Tijuca e a Cidade do Rio de Janeiro. RJ: Editora Nova Fronteira, 1992.

Com a escassez de água, a atenção voltou-se para esta região e, em 1844, contrataram-se serviços de engenharia para estudar a canalização do rio Maracanã com a desapropriação de terrenos na Tijuca, o que só nesse ano foi concretizado plenamente por toda a extensão e vertentes dos rios, Carioca e Maracanã, mandando-se refazer as áreas devastadas. Três anos depois, como resultado, aumentou quase 16.000 litros a vazão de águas do rio Carioca em consequência das práticas florestais junto as suas nascentes.

Na sequência das desapropriações de terras na região do maciço, a Floresta da Tijuca foi, no dia 11 de dezembro de 1861, instituída por decreto de D. Pedro II, e designado Manoel Gomes Archer<sup>33</sup> seu administrador.

Na contramão da preocupação do replantio da floresta, oportunistas do mercado propuseram explorar as madeiras e nascentes da Floresta da Tijuca com o objetivo de criar o bosqueamento da floresta para finalidade de fruição estética com base no higienismo então vigente. Como exemplo, o “Projecto de Koch & C. de aproveitamento de morros da cidade para passeios e ajardinamentos, construção de estradas de rodagem, pontes rusticas, kiosques, cascatas, etc.”<sup>34</sup>:



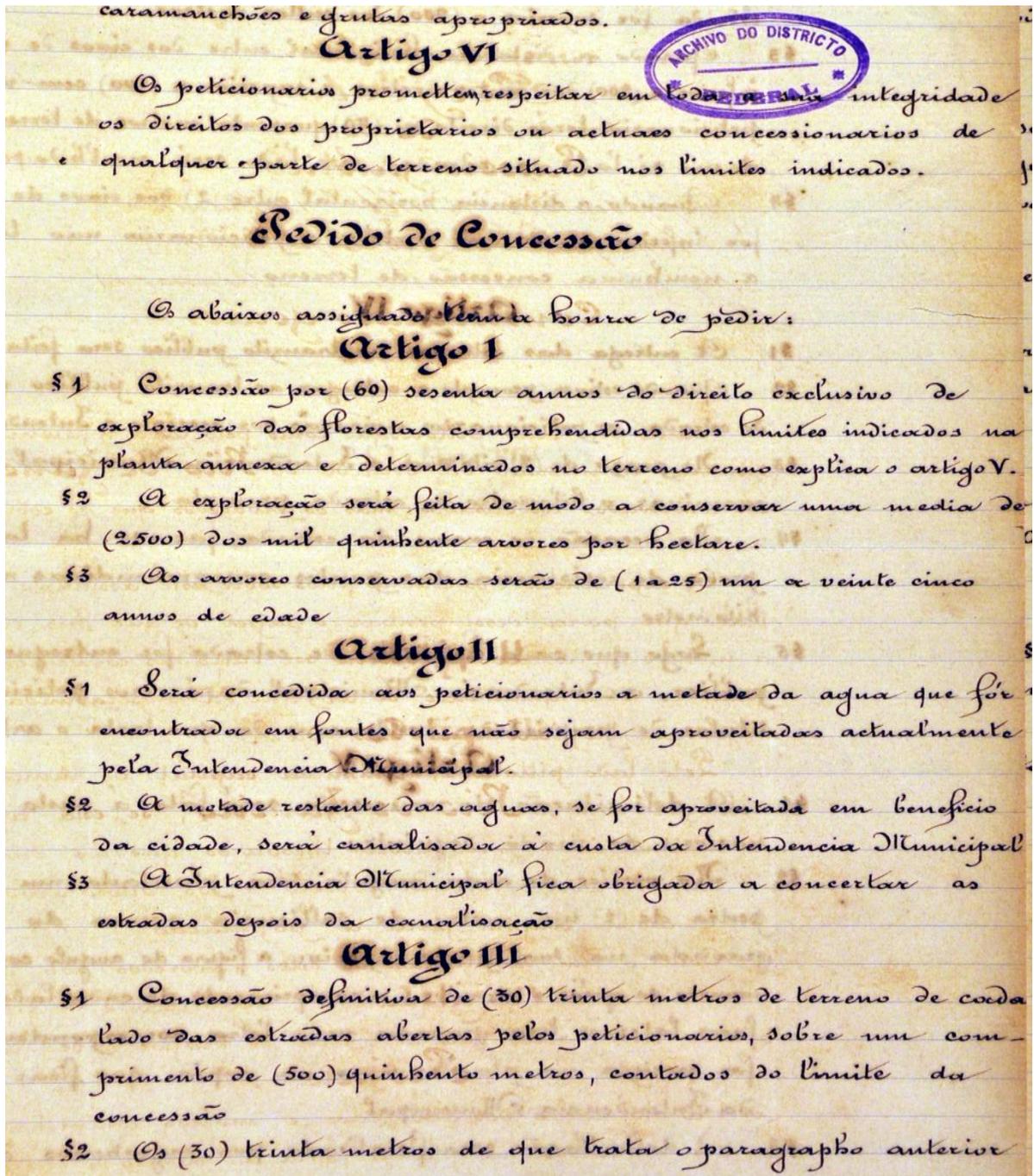
<sup>33</sup> ARCHER, Manoel Gomes. Relatório dos Trabalhos Executados na Floresta Nacional da Tijuca de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro, 1891. (Cópia fotográfica de Manuscrito original depositado na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro)

<sup>34</sup> Koch & Co. Morros da Cidade do Rio-de-Janeiro. Bosque Fluminense. Projecto de Koch & C. de aproveitamento de morros da cidade para passeios e ajardinamentos, construção de estradas de rodagem, pontes rusticas, kiosques, cascatas, etc. Rio de Janeiro, Prefeitura do Districto Federal, Archivo Municipal, 1892.

No mesmo Projecto os proponentes impõem na concessão o direito exclusivo de exploração das florestas e metade das águas, por sessenta anos, além da concessão definitiva de 30 metros do terreno nas margens das estradas.

Vê-se no Projecto que a água é um bem valioso, principalmente na área urbana, pois tem ser suficiente ao abastecimento dos diferentes usos na cidade.

Os usos, neste caso, são imediatamente vinculados, valor de uso ao valor de troca, mais que uma conotação simbólica aí se relaciona à detenção de um poder.



Nesse sentido observamos que a concessão requerida pelo Projecto não implica a transferência gratuita do bem público relativamente ao valor de troca. Entretanto, ela pressupõe o uso, com fim econômico, sem ônus ao proponente, um ardil ao arripio da denominada Lei de Terras, Lei 601, de 18 de setembro de 1850 (anexa):

“Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples

titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso (...):

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra.

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.”

A administração da Floresta da Tijuca feita pelo primeiro administrador, Major Archer, cem anos antes daquela de Castro Maya e com visão mais de engenharia, eliminava a presença humana com a finalidade de revigorar exclusivamente a natureza: floresta e água.

Isso pode ser lido na obra intitulada “A Floresta da Tijuca”<sup>35</sup>, de Raymundo Ottoni de Castro Maya, morador em terras do Parque, no qual expôs os trabalhos de remodelação do Parque Nacional da Tijuca. Iniciados em 1943 e findos em 1947, os trabalhos contaram com o apoio do prefeito da cidade, Henrique Dodsworth, amigo pessoal de Castro Maya. A linha de trabalho de Castro Maya, nessa nova visão de floresta como Parque Público, incluiu o embelezamento destinado à fruição estética e a de transformar o ambiente da floresta em área de lazer, contemplando todas as classes sociais da cidade.

A atual formulação do jargão ecológico que hoje parece novidade já vem sendo manifestada desde a época do reinado de D. Pedro II e, ainda, como se lê em 1966, Armando Salgado Mascarenhas, Secretário de Economia da cidade do Rio de Janeiro, oferece um conceito de natureza, a saber<sup>36</sup>:

“[...] O Homem, preocupado, indaga e decide sobre os caminhos a seguir. É um desses caminhos, talvez aquele que se possa considerar o inicial para todos os demais é, sem dúvida o reencontro com a Natureza: pela valorização de uma filosofia de vida adequada à condição humana, pelo despertar do interesse e do amor aos valores que ela representa e encerra. (...) O desmatamento, com todas as suas consequências, é motivo de calamidade nacional”. (MASCARENHAS, 1966: Apresentação)

<sup>35</sup> MAYA, Raymundo Ottoni de Castro. A Floresta da Tijuca. Com fotografias de Humberto e José Moraes Franceschi. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1967 (Prefácio de Henrique Dodsworth)..

<sup>36</sup> MASCARENHAS, Armando Salgado. Introdução. In: CENTRO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro: Governo do Estado da Guanabara/Secretaria de Economia/Departamento de Recursos Naturais, 1966.

A Floresta da Tijuca, como um símbolo da natureza urbana da cidade do Rio de Janeiro, é constructo perceptivo através do tempo, das muitas referências na literatura poética e científica quando as qualidades de natureza são levantadas para acrescentar e subsidiar a imagem da cidade e seu valor. Como tal, ela vem sido tratada desde a vinda dos viajantes europeus e, nesse sentido, levantada a sua beleza e funções, tais como Saint-Hilaire e Taunay e todos os outros pintores, e escritores e botânicos que a estudaram e a retrataram, formando esse constructo.

E ainda hoje, como escreveu Paulo Bastos Cezar<sup>37</sup>, a Floresta da Tijuca qualifica a cidade: “na qualidade de distinção a uma cidade que engloba praias, ilhas, montanhas e florestas, estas conferem uma aparência única ao Rio de Janeiro, pois poucas cidades convivem tão perto com a natureza, a concentração urbana de milhões de habitantes não destruiu o cenário natural como ocorreu em tantos outros lugares”. (CEZAR, 1992: introdução)

### **3.3. - A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA PELOS MORADORES DA VILA PARQUE DA CIDADE**

Na história do bairro da Gávea, notadamente do início da Vila Parque da Cidade, que se acomodou em terras da floresta, já transformada anteriormente, ocupada que fora em sucessivas levas por residências de alto padrão por agriculturas, por indústrias, finalmente, pelos que ali criaram a sua favela, descrevemos neste tópico o processo de formação desse núcleo de moradia.

Pelas entrevistas com os moradores, desde 1932, já se haviam instaladas pelo menos dez famílias, hoje contam mais de 600 casas, com a construção das primeiras habitações na área do Parque. Primeiramente, tratava-se do emprego no próprio Parque e nas fábricas da Rua Marquês de São Vicente. Esse é o primeiro momento dos três que Henri Lefebvre teorizou com os conceitos de construção do espaço: o conhecido, o percebido e o vivido. Todas essas três instâncias do conhecimento estão relacionadas com o sujeito que carrega os códigos da sociedade. Nesse aspecto do ponto de vista do indivíduo, no caso do trabalhador, o espaço conhecido é a posse imediata da terra como habitação; o percebido é recriação do

---

<sup>37</sup> CEZAR, Paulo Basto; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; CALLADO, Antônio. In: Braga, Maria, coordenadora. A Floresta da Tijuca e a Cidade do Rio de Janeiro. RJ: Editora Nova Fronteira, 1992.

espaço segundo os códigos vigentes; o vivido a sua própria e integral existência, recodificando o espaço percebido.

O ato perceptivo diferencia-se na produção do espaço conforme as qualidades e propriedades, as sociedades e as suas épocas.

Como Lefebvre explica:

“O percebido é a: base prática da percepção do mundo exterior. Já a representação dela provém de uma aquisição científica difundida com ideologias: doenças, remédios, relação do corpo com a natureza, tem a ver com a complexidade cultural variável. Especialmente, a percepção como prática do espaço, representação do espaço e espaço de representação, isto é sua triplicidade perde o seu efeito se atribuirmos a ele o estatuto de um modelo abstrato. Ou bem ela sai do concreto (e não do ‘imediat’) ou bem ela tem apenas uma importância restrita, a da mediação ideológica, entre muitas outras.

“O vivido, o conhecido, o percebido encontram-se, de sorte que o sujeito, este membro de tal grupo social poderá passar de um a outro sem ali perder-se. Sem dúvida então existe uma linguagem comum, um consenso, um código. (...) As representações do espaço são sempre penetradas do saber científico e ideológico misturados, sempre relativos e em transformação. (...)O espaço de representação se vive, se fala; existe um núcleo no centro afetivo, o ego, a cama, o quarto, a proteção, a casa – a praça, a igreja, o cemitério. O espaço de representação contém os lugares do afeto e da ação, aqueles de situações vividas, portanto implicando imediatamente o tempo. Dessa sorte, ele pode receber diversas qualificações, a direcional, a situacional, a relacional, porque é essencialmente qualitativa, fluída, dinamizada. (...) Convém não estudar apenas a história do espaço, mas a da representação do espaço assim como aquela das ligações, entre si, com a prática, com a ideologia. Uma tal história comportará então a gênese desses espaços, mas sobretudo de suas conexões, distorções, deslocamentos, interferências e de seus vínculos com a prática espacial das sociedades (modos de produção)”. (LEFEBVRE, 2000: 50-52)

Os moradores da favela, famílias de trabalhadores com e sem trabalho, apropriaram-se do espaço nesses seus três momentos; o percebido, o conhecido e o vivido. Os indivíduos não se relacionam com a floresta tal como a natureza em si, mas “como um projeto que está inserido dentro de um contexto espacial e uma textura que exige representações, as quais não se enclausuram apenas dentro do simbólico ou do imaginário.

O percebido é o momento de apropriação pura e simples do território, posse da terra.

O conhecido é o da representação do espaço para moradia, segundo as exigências da determinação de como agir – reproduzindo a relação com a cultura, com os modos exigidos da conduta, com um código dominante a seguir.

O vivido, ou espaço de representação, momento em que as demandas internas e externas se explicitam por meio da recriação das regras, ilustrado pelos depoimentos e pelas observações colhidos na pesquisa.

No Parque da Cidade, o morar unifica a necessidade vital de habitar uma casa e a convicção pessoal e coletiva de defesa do meio ambiente íntegro.

Desse modo, explicita-se o desencanto de moradores do entorno do Parque ante a derrubada de jaqueiras por obra do poder público carioca. A jaqueira é ali a árvore que produz frutos destinados ao auto consumo dos moradores, mas que também são potencialmente mercadorias, pois as jacas são vendidas nos variados mercados da cidade, podendo ser fonte de renda para as famílias do entorno do Parque.

Aí se percebe o embate entre a natureza na acepção do gestor que representa a ciência vigente contra a representação do espaço construída pelo morador seu espaço vivido, representado simbolicamente pelo próprio código apreendido. Trata-se de uma recriação das regras.

Nesse sentido, o discurso da natureza a ser preservada, isto é, o do gestor, a concebe no mesmo discurso legitimador, no passado o do higienismo que cria áreas que antes eram dirigidas ao lazer, mas também à devastação e agora com um invólucro da proteção e da restauração da flora e da fauna originais brasileiras nas áreas de conservação permanente, vai modificando o Parque com suas finalidades apropriadas pela comunidade agora em tese franqueado apenas à pesquisa, o que não ocorre atualmente.

No discurso da moradora acima citado, não é propriamente a árvore jaqueira - ou mesmo em outro fala do morador a respeito da não preservação do gramado pela autoridade gestora do Parque com o plantio de árvores ou da concepção do funcionário, elas são nativas. Não é reação a uma medida da autoridade, mas à invasão, pelo controle oficial (não apropriadamente público) do espaço natural conquistado. O Parque foi concebido pela comunidade como espaço simbólico conquistado e apropriado.

Se o fruto, a jaca, e mais do que a fruta, a própria árvore, que as pessoas da comunidade conseguem identificar como sendo uma jaqueira e não “uma árvore qualquer do mato” , se fruta e árvore têm valor simbólico é por ser produto do conhecimento vivido, conhecido e percebido dessa população.

A Vila Parque é hoje uma comunidade diferenciada das demais. Nem o esgoto está a céu aberto, nem o lixo está pelas suas alamedas (embora, não esteja regulado, como na maioria das cidades), a água está encanada, o básico de serviços públicos já chega regularmente, alguns desses, como o acesso à internet são obra da Associação. A própria localização geográfica do Parque confere essa diferenciação, como lembrado nas falas dos moradores: os “serviços naturais”, a diminuição dos efeitos da ilha de calor urbana, a melhor qualidade do ar e o lazer à porta das moradias.

Nesse aspecto, em outra fala, que vai em direção da lógica do mercado imobiliário, a mudança apontada nos dados do IBGE quanto ao número de proprietários em relação ao número de locatários, a concentração de imóveis nas mãos de uns poucos, vão alterando a sua característica histórica de moradia social.

Desse modo, o novo discurso da Associação de moradores hoje dirigida por jovens, reflete a atual conjuntura econômica do bairro: o empobrecimento generalizado, falta de emprego, principalmente, entre os mais jovens. E a proposta da atual gestão da Associação é buscar no empreendedorismo, na aproximação com futuras funções possíveis do Parque (educação ambiental, guias ecológicos), as saídas dentro da própria comunidade para a solução do desemprego. Essa solução, embora viável e desejável, não está nem um pouco na pauta dos agentes públicos.

Nas respostas dos agentes públicos ao Questionário que lhes apresentei sobre a participação prevista na Resolução da Secretaria Municipal de Áreas de Conservação nº 307, de 15 de abril de 2003 (Anexo), fica esclarecido que nenhuma medida foi tomada apesar de a participação dos moradores na gestão e no direcionamento desta estar previsto na referida Resolução, pois como sugere Marcos Cohen<sup>38</sup>, um dos princípios que viabiliza a gestão de Unidades de Conservação é a inclusão de representantes da população do entorno das UC's, em sua gestão. No capítulo seguinte traremos os dados dos questionários aplicados aos atores e observações feitas ao longo dos dois anos de acompanhamento da vida na Comunidade Vila Parque da Cidade e alterações nos instrumentos e gestão do Parque Natural Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>38</sup>Cohen, Marcos. Avaliação do Uso de Estratégias Colaborativas na Gestão de Unidades de Conservação do Tipo Parque na Cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. 2007. [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212244\\_07\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212244_07_pretextual.pdf)

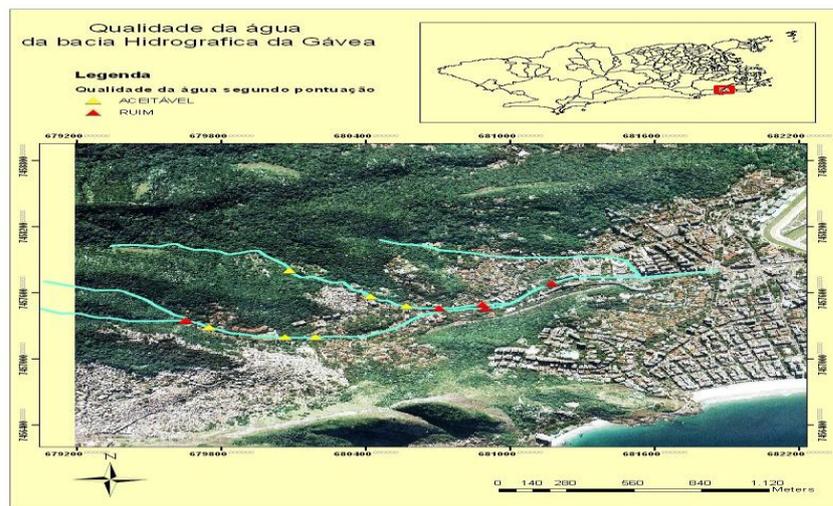
## CAPÍTULO 4 - PESQUISA NA VILA PARQUE DA CIDADE E PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CIDADE

O Parque Natural Municipal da Cidade, popularmente chamado de “Parque da Cidade” localizado em área protegida faz parte no distrito da Gávea (3, 13 ha) e parte no do Alto da Boa Vista (43,6 ha), e em área protegida por bacia, na sub-bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas (47 ha), uma das bacias é a do Rio Rainha, que corta em toda extensão área em que se localiza o Parque Natural Municipal da Cidade.

“O Rio Rainha nasce na Ponta das Andorinhas, um dos picos da Serra da Carioca, no Maciço da Tijuca, corta a Gávea e deságua no canal da Avenida Visconde de Albuquerque, no Leblon. Seu trajeto já foi outro. O Rio Rainha, que por ironia do destino, já foi chamado de Rio Branco, desembocava na Lagoa Rodrigues de Freitas, passando por toda área de mangue que era o terreno da PUC-Rio. No governo do Prefeito Carlos Sampaio, em 1920, foram feitas canalizações dos rios da Serra da Carioca, e seu destino passou a ser o canal do Leblon. “(NIMA- PUC-RJ,<sup>39</sup>)

Segundo o Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente – NIMA, o rio foi canalizado em algumas partes do bairro e testes de monitoramento da qualidade da água feitos pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - Feema, em 2005, comprovam um alto índice de contaminação do rio. A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - Cedae reconhece que a causa do problema são as ligações clandestinas de esgoto.

Mapa 7 – Rio Rainha, localização e pontos de poluição



Fonte: [http://www.nima.puc-rio.br/noticias/qualidade\\_da\\_agua\\_da\\_bacia\\_hidrografica\\_do\\_bairro\\_%20da\\_gavea\\_rj.pdf](http://www.nima.puc-rio.br/noticias/qualidade_da_agua_da_bacia_hidrografica_do_bairro_%20da_gavea_rj.pdf)

<sup>39</sup> <http://www.nima.puc-rio.br/index.php/pt/agenda-ambiental/agua/campanha-rio-rainha>

Segundo o Instituto Iguazu<sup>40</sup> a localização do Parque Natural Municipal da Cidade confronta a leste e a oeste, com o Parque Nacional da Tijuca; a nordeste, com terrenos do Jardim Botânico, especificamente o Horto Florestal; ao sul, com particulares do bairro da Gávea, instituído pelo Decreto 29.538, de 3 de julho de 2008:

*“[...] Reconhece o Parque da Cidade como Unidade de Conservação da Natureza do Município, estabelece sua denominação, delimitação e dá outras providências. (...)*

Considerando a importância do Parque da Cidade como área verde protegida, destinada ao lazer da população e à preservação de importantes fragmentos dos ecossistemas típicos da Cidade do Rio de Janeiro;

Considerando que sua área desempenha importante função de zona de amortecimento ao Parque Nacional da Tijuca e à área florestal do Jardim Botânico;

Considerando a importância histórica e paisagística da propriedade que, dentre outros, teve como proprietários Grandjean de Montigny, D. Catarina de Sena, Marquês de São Vicente e Família Guinle e se encontra tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC desde 1965;

Considerando o que determina a Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, e o Decreto Federal n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, que institui e regulamenta, respectivamente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

Considerando, por fim, o Decreto Municipal n.º 22.662, de 19 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a renominação dos Parques Municipais considerados Unidades de Conservação;

Art. 1.º Fica reconhecido e nominado o Parque Natural Municipal da Cidade, com área de 470.219m<sup>2</sup>, situado na Estrada Santa Marinha n.º 508, Bairro da Gávea, VI R.A., como Unidade de Conservação da Natureza em nível municipal, na categoria de proteção integral. (...)”

O parque está sob a tutela da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAC, sob a Gerência de Unidade de Conservação - GUC. A localização da sede administrativa é na Estrada de Santa Marinha, 505, no Bairro da Gávea, na Zona Sul da cidade.

No levantamento feito pelo Instituto Iguazu abaixo elenca a fauna e flora do Parque:

“A riqueza faunística é um reflexo das condições oferecidas pela mata e à contiguidade ao Parque Nacional da Tijuca. Os artrópodos e as aves são os grupos taxonômicos mais frequentemente observados, sendo que muitas das aves são observadas em bandos. A mastofauna é representada por: gambá (*Didelphismarsupialis*), preguiça (*Bradypusvariegatus*), que está ameaçada de extinção no Município do Rio de Janeiro, cachorro-do-mato (*Cerdocyonthous*), esquilo (*Sciurusaestuans*), mão-pelada (*Procyoncancrivorus*), gato-do-mato (*Felisyagouaroundi*), mico-estrela (*Callithixjacchus*), macaco-prego (*Cebusapella*), entre outras.

A avifauna é representada por aves ameaçadas de extinção, como as tiribas (*Pyrrhuracruentata* e *P. leucotis*), o guaxe (*Cacicushaemorrhous*), o tucano-de-bico-preto (*Ramphastosvetellinus*), o gavião-pombo (*Leucopternislacernulata* - endêmico do Sudeste) e a araponga (*Procniasnudicolis*). Também existem a maitaca (*Pionusmaximilliani*), o bem-te-vi (*Pitangussulphuratus*), a sabiá-laranjeira

<sup>40</sup>INSTITUTO IGUAÇU. Parque Natural Municipal da Cidade. <[HTTP://www.institutoiguazu.com.br/](http://www.institutoiguazu.com.br/)>

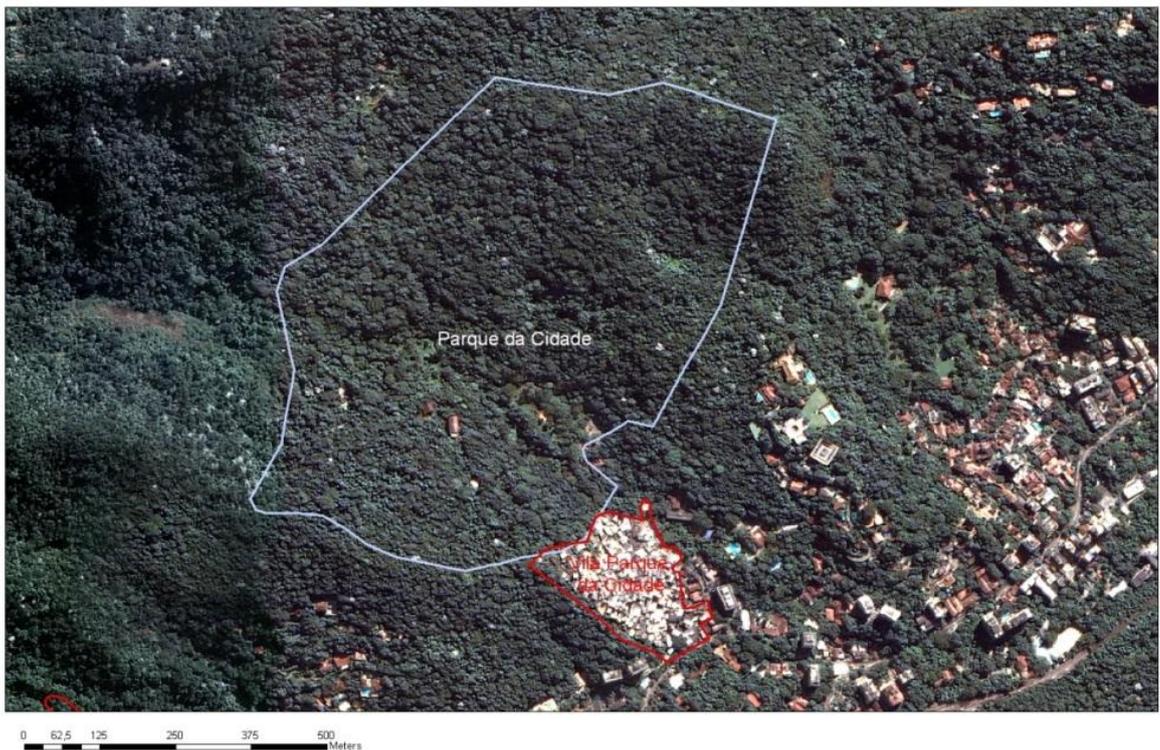
(*Turdusrufiventris*), a choquinha (*Mirmoterullaaxillaris*), as saíras (*Tangara seledon* - também ameaçada e *T. multicolor*) e o coleiro (*Sporophilacaerulescens*).

Na fauna de artrópodos observam-se a borboleta-roxa (*Epiphileorea*), as borboletas-azuis (*Morphoanaxibia*, *M. achilles*), a maria-boba (*Heliconiusethilla*), a formiga saúva (*Atta robusta* e a aranha néfila (*Nephilaclavipes*), entre outros.

Na herpetofauna encontram-se a jararaca (*Bothrops jararaca*), a jararacuçu (*B. jararacussu*), a cobra-cipó (*Chironiusbicarinatus*), o lagarto (*Tupinambisteguixim*), o lagarto-verde (*Ameivaameiva*), o sapo (*Bufo crucifer*), o sapo-de-chifre (*Proceratophrys boiei*), as pererecas (*Phyllomedusarhodeii* e *P. guttata*), e a rãzinha (*Leptodactylusnanus*), entre outros répteis e anfíbios. Das pressões antrópicas locais, ressalta-se a presença favelas nos arredores. Após o cercamento total do Parque, a caça vem diminuindo significativamente.” (INSTITUTO IGUAÇU: s.d.)

Foto 5 – Imagem da localização da área do Parque (PNMC) junto da Vila Parque da Cidade

OCUPAÇÕES IRREGULARES X ÁREAS PROTEGIDAS



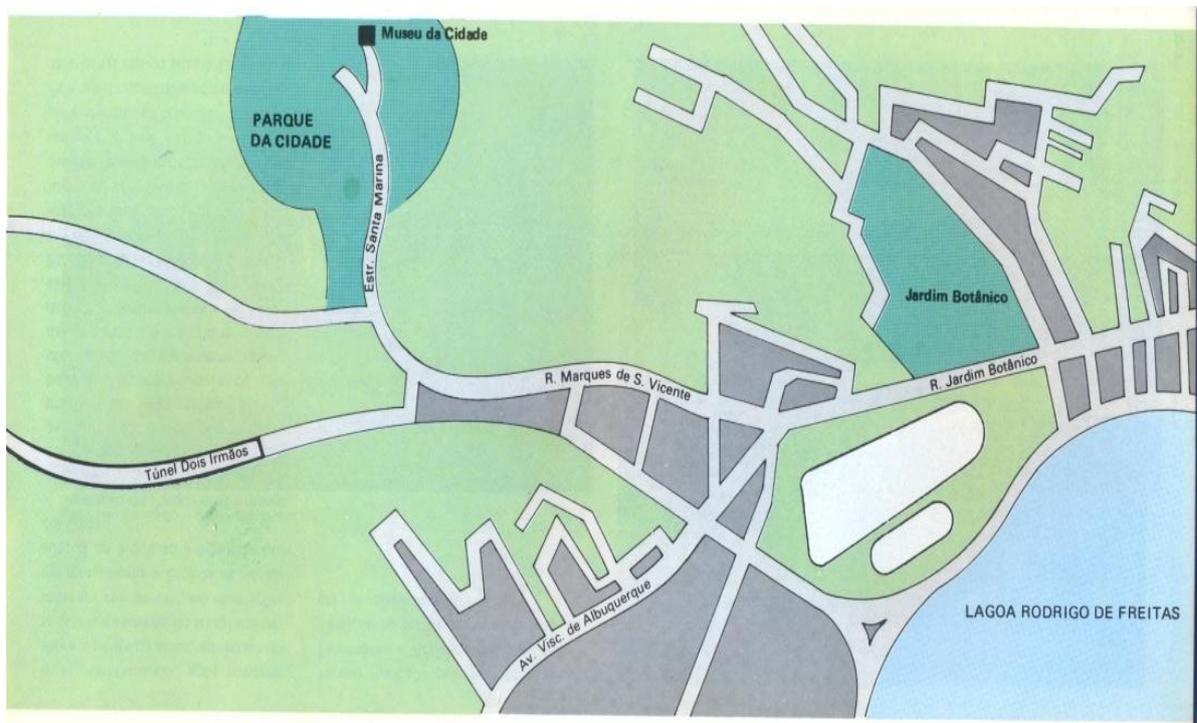
Fonte: Decreto 29.538, de 3 de julho de 2008

A seguir descrevemos a geografia da Vila Parque da Cidade com seus dados censitários.

A Comunidade Vila Parque da Cidade é vizinha do Parque Natural Municipal da Cidade, situada na Rua Santa Marinha.

Na Figura 2, datada dos anos de 1980, a localização da Comunidade foi suprimida como se não fizesse parte da área do Parque da Cidade, já existente desde os anos de 1920.

Figura 2 – Representação do Parque da Cidade na estrada Santa Marina



Fonte: Rio – Guia para uma história urbana – Projeto Rio Natureza, autores Roberto Burle Marx e José Tabacow, produção Fundação Rio – IMPRINTA, Gestão do Prefeito Júlio Coutinho (1980/83).

Conforme Tabela 9, o censo de 2010 indica a existência na Comunidade de aproximadamente 2.000 pessoas, residindo em 539 casas, quase quatro pessoas por domicílio, sendo 60% próprio e 40% de aluguel. Todas possuem serviço de água, esgoto e coleta de lixo. A renda média por família é de R\$579,00, isto é 1,13 salário mínimo.

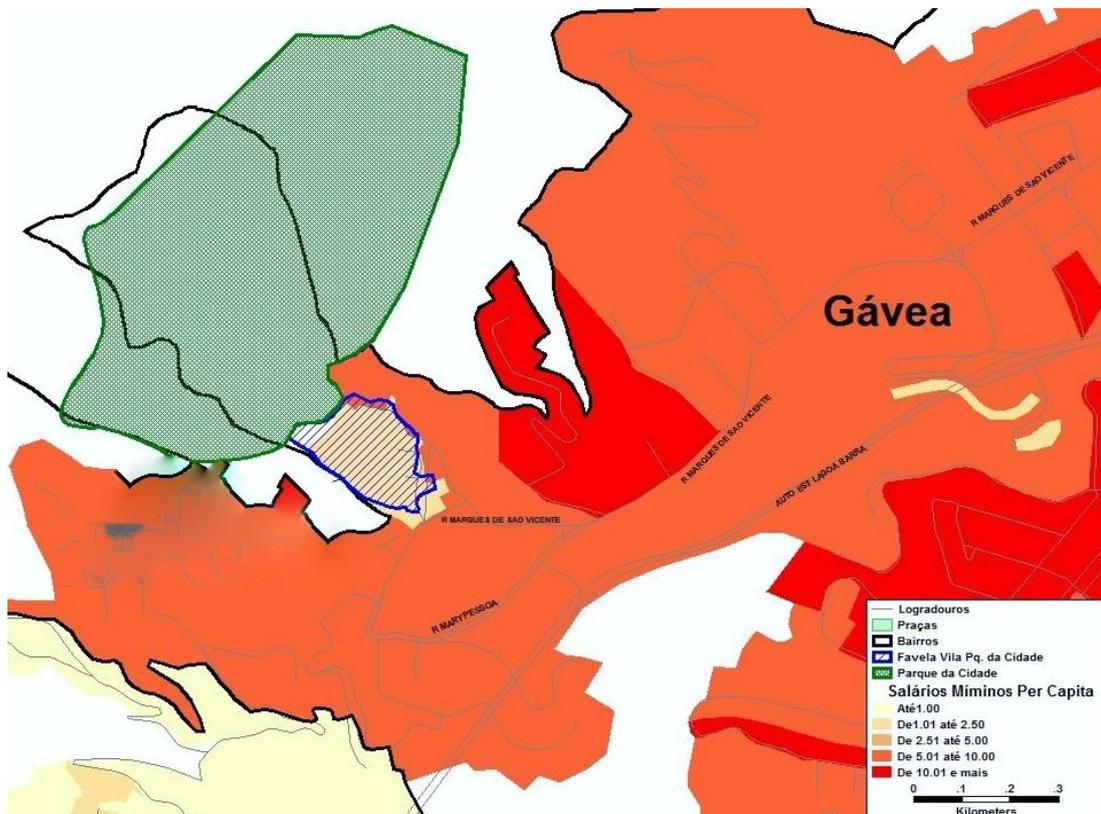
Essa realidade está representada no Mapa 7, onde podemos observar que a Comunidade é um enclave em uma área urbana cuja população representativa pertence às classes média e média alta.

Tabela 9 – Área, Número de Domicílios e População da Vila Parque da Cidade

Dados dos setores censitários que compõem a Vila Parque da Cidade 2010			
Variável		Nº absoluto	%
<b>Área em hectares</b>		4,17	
<b>Domicílios</b>	Totais	623	
	Casa	539	86,52
	Casa (vila/condomínio)	2	0,32
	Apartamento	76	12,20
	Próprios	378	60,67
	Alugados	242	38,84
	Cedidos (empregador)	1	0,16
	Cedidos (outros)	2	0,32
	Com água da rede	623	100,00
	Com esgoto da rede	623	100,00
Esgoto - fossa séptica	0	0,00	
Lixo coletado	623	100,00	
<b>População total</b>		1.924	
<b>Renda do domicílio</b>	Nominal total dos domicílios (R\$)	1.113.526	
	Per capita do domicílio (R\$)	578,76	
	Média per capita em salários mínimos	1,13	
<b>Total de responsáveis do domicílio</b>		623	
<b>Renda do responsável pelo domicílio</b>	Nominal total dos responsáveis (R\$)	593.433,00	
	Média do responsável (R\$)	952,54	
	Média do responsável em salários mínimos	1,87	

Fonte: IBGE, 2010

Mapa 8 - População total e domicílios na Comunidade Vila Parque da Cidade



Fonte: IBGE, 2010, elaborado pela autora

Seguem agora informações sobre a Pesquisa de Campo.

O Objeto empírico da pesquisa foi avaliar a convivência dos moradores da Comunidade Vila Parque da Cidade com a natureza dentro do espaço urbano.

O Método da pesquisa seguiu primeiramente as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo<sup>41</sup>, como regulamentado pela Resolução nº 196/96 da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e Regimento dos Comitês de Ética em Pesquisa da PUC-SP:

[...] "toda pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou em partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais", deve ser submetida à apreciação e acompanhamento do CEP." (Comitê de Ética, PUC SP)

O Projeto de Pesquisa e os Questionários de Pesquisa de Campo obtiveram parecer favorável com Protocolo de Pesquisa sob n. 184/2011 em junho de 2011.

Ressaltamos que na cidade do Rio de Janeiro em razão do Parque Natural Municipal da Cidade se tratar de Unidade de Conservação, possui legislação específica quanto à aprovação de pesquisa acadêmica em sua unidade definida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, pela Resolução SMAC no. 085/2001. Deste modo, a Pesquisa Científica foi autorizada pelo processo 14/000.490/2011, conforme documento anexo.

A primeira parte da pesquisa baseou-se em questionário padrão aplicado a moradores e funcionários do Parque, caracterizando o entrevistado segundo tempo de moradia na Comunidade, trabalho no Parque, e como usuário ou não do Parque e o seu entendimento e conhecimento sobre as funções ambientais da Unidade de Conservação, sua história, sua fauna e flora, etc.

Aos funcionários da administração, gestor do PNMC e gerente da SMAC, foi enviado um questionário via e-mail, como requisitado por eles.

A pesquisa foi iniciada em 24 de junho de 2011, e finalizada em junho de 2013. A metodologia teve abordagem de análise qualitativa.

---

<sup>41</sup> [http://www.pucsp.br/cometica/documentos\\_obrigatorios.html](http://www.pucsp.br/cometica/documentos_obrigatorios.html)

Foram entrevistadas 25 pessoas, representantes de famílias moradoras, sendo algumas das mais antigas, com a aplicação de questionário aberto, buscando explorar nas respostas dos entrevistados a influência de áreas verdes na melhoria da qualidade de vida das pessoas nas cidades, e a percepção que tem do Parque Natural Municipal da Cidade.

O registro das entrevistas foi primeiramente feito com anotações da pesquisadora, sem registro eletrônico ou fotográfico, com termo de consentimento assinado pelos mesmos.

Seguiram-se novas visitas já com uma abordagem mais geral: investigando os modos de convivência, expectativas, práticas sociais, atividades das associações, atividades da comunidade no Parque, participação em reuniões ou gestão do Parque confrontando com as respostas anteriormente registradas.

Para o gestor do Parque e Gerente de Unidade de Conservação da SMAC, como solicitado pelos responsáveis, foi enviado questionário para resposta.

Também, foram feitas repetidas visitas à SMAC, conversando com a Gerente e outros funcionários.

Para fundamentar a reconstrução histórica foram feitas pesquisas na Biblioteca da PUC-SP, Biblioteca Casa de Portugal de São Paulo, e, no Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional, Biblioteca do Exército, Biblioteca da PUC-Rio, Biblioteca da UFRJ-Largo de São Francisco, Biblioteca do IBGE-RJ e SP, Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, posto de saúde - UACPS Dr. Albert Sabin.

Perguntas feitas aos entrevistados:

1. Tempo como morador da Comunidade;
2. Sobre a frequência no Parque;
3. Tipo de uso do Parque;
4. Avaliação dos equipamentos;
5. Conhecimento sobre a fauna e flora;
6. Memórias passadas.

O quadro abaixo resume as falas de alguns dos entrevistados.

1. Maria Fidelis, nascida na Paraíba, casou-se com funcionário do Parque, falecido há 31 anos, mora na CVPC há 59 anos, desde 1952.

O Parque era mais limpo e mais bem cuidado.

Nos feriados vinha tanta gente que quase não se podia andar, as pessoas costumavam buscar água na bica.

Os que moravam aqui eram pedreiros, carpinteiros, jardineiros, até biólogo, como um que ficou conhecido como criador de beija-flor, casou-se com pessoa daqui, ele veio do Espírito Santo.

Como aqui as pessoas não tem terra usam e mantêm o parque como se fosse deles, mas as que não são daqui não tem ligação com o PNMC.

No parque os animais que lembra ter visto: macaco, passarinhos, preguiça, tamanduá-mirim, porco-espinho, gambá, esquilo, das árvores: jaqueira, jabuticabeira, abricó, cambucá, mangueira.

Vê como benefício morar ao lado do PNMC a saúde, nasceu na roça, tem no sangue o gosto pela terra, sempre está plantando alguma coisa, minha casa é das poucas que ainda tem área, tem jardim e horta.

2. Arthur, 16 anos, nasceu na CVPC, sempre usou o PNMC: passear de bicicleta, moto, com a cachorra, jogar bola, quando tinha 6 ou 7 anos subia nas árvores, lembra da prima que caiu da árvore, mas sem o P ficariam em casa, é um lazer muito importante principalmente para as crianças.

Seu avô e tio foram guardas do Parque, tem uma história de que tem um cemitério de escravos, tinha escravo aqui, referência à casa principal ao lado do atual museu.

No parque os animais que lembra ter visto: tucano, gavião, tatu, cotia, das árvores: mangueira, abricó, cambucá, jaca.

Vê como benefício morar ao lado do PNMC, desde pequeno vivia na natureza, sem ela não sou nada, as frutas, ouvir a voz dos bichos, minha história está ligada com o parque desde a infância, pela história, lazer, cultura, fazia piquenique com a família, desde 5/6 anos, e tinha também teatro.

Hoje frequenta o Jardim Botânico também.

3. Patrícia, 29 anos, com filho M de 8 anos, e um bebê, ela nasceu na comunidade. O PNMC já foi muito frequentado, hoje está abandonado, você tem que ir cedo, não tem iluminação, é muito escuro, falta segurança e limpeza, não vai muito, agora tem um bebê e vai mais, dar passeio, caminhada, vai ao parquinho. Quando era criança ia à cachoeira, subia nas árvores, andava de bicicleta, o meu filho mais velho também e joga bola.

Agora está abandonado, mas gosta da área verde, de ver a água da cascata caindo.

No parque os animais que lembra ter visto: mico, gambá, peixe, cobra coral e

amarela, porco espinho, das árvores: gostava de brincar com uma sementinha vermelhinha do pau-brasil, pé de jambo, cambucá, primavera, beauganville, pé de castanha, sapucaia, abricó.

Vê como benefício morar ao lado do PNMC adorava olhar o lago, tinha que ir lá para olhar, agora não tem mais. Sente a diferença quando vai ao subúrbio, Andaraí, Belford Roxo, não tem verde com estrada de terra, tem cheiro ruim de remédio, tem fábrica da Bayer, a Avenida Brasil é muito perigosa lá, pago para não ir. As pessoas percebem a falta do verde, a poluição, com as árvores você respira melhor.

4. Zeneida, do Ceará e há 30 anos mora na CVPC, tia de Patrícia frequenta o Parque quase todos os dias, gosta do verde, da natureza. Quando trabalhava não tinha muito tempo, mas mesmo assim quando tinha tempo livre levava as crianças no PNMC. Só quando está chovendo que fica todo mundo dentro de casa.

Vê como benefício morar ao lado do PNMC. Sentiria falta do Parque se mudasse daqui. Quem frequenta o Parque é porque gosta, tem uma ligação afetiva. Isso é um paraíso, ouço as pessoas falarem isso.

5. Caio e Fernando, ambos com 22 anos, amigos o primeiro veio com 1 ano de idade de São Gonçalo, e o outro nasceu na CVPC, o parque para eles representa: lazer, ar puro, frequentam praticamente todo dia, para passeio, fazem trilha até a vista chinesa, um deles pegava água com a avó.

No parque os animais que lembra ter visto: macaco, cobra, aranha, bicho preguiça, sempre teve bichos, antes tinha até peixe, das árvores: jambo, abricó, jamelão, mangueira, palmeira, pau-brasil, e outros vários tipos, mas não sabe o nome.

C.: “costumo dizer que o parque é o quintal da nossa casa”.

Participaram de limpeza no Parque, do grupo: “voluntários por natureza”, geralmente os moradores participam do mutirão de limpeza. Quando bem divulgado participam umas 80 pessoas, não menos que 40, tiramos garrafa pet, vidro, lata, peça de carro, micro-ondas, lata de tinta,

Vê como benefício morar ao lado do PNMC, a importância do Parque saúde e as lembranças que tem do lugar: F.: “verde de todo lado da selva de pedra em integração, é bonito de se ver”; C.: “lugar que não tem verde fica até feio”. Dicas para melhoria do Parque: replantio e mais cuidado. F.: gostava de andar no lago junto dos peixes, não pescava. É o homem com a natureza.

C.: “A questão de preservar é uma questão de pessoa para pessoa, mesmo sem contato com a natureza muitos pensam em preservar, outros não, aqui também.”

F.: “A presença do Parque próximo e da frequência influencia na educação do lugar.”

C.: “Vem da pessoa, de repente não teve incentivo ao longo da vida, ... palestras. A área verde pode não incentivar, o ser humano é um bicho estranho.”

F.: “Antigamente o pessoal cuidava mais, pois estava mais perto, hoje a criança brinca mais com vídeo game, no concreto. Os jovens aqui brincam com tudo, lanhouse, mas porque faz parte.”

6. Margarida tem 50 anos está na CVPC há 14 anos, vem de Rio Bonito, região dos

Lagos a 15 km de Saquarema. Me dedico aos filhos, depois que casei não trabalhei mais.

Sobre o uso do Parque: ultimamente não tenho frequentado muito, mas já usufruí muito, quando meus filhos eram pequenos, iam jogar bola, empinar pipa, subir nas árvores. Quem é que não quer morar perto de um parque. O PNMC tem o respeito da comunidade, e nos somos respeitados pelos gestores. Todos cuidam e guardam o parque.

É ativa na associação, na política local, cobra atuação dos grupos que entram e saem das gestões da associação: ligação com o poder público, é a associação que faz os contatos.

No parque os animais que lembra ter visto: cobra, tatu, a note, macaco, qualquer hora todo mundo coloca comida para eles, o que não é muito bom, tem preguiça, ela vai até o finalzinho do galho da umbaúba, fica balançando, mas não quebra, meu marido o Manoelzinho, se pudesse morava dentro da floresta, das árvores: acha bonita mas não entende, tem primavera, ipê de todas as cores, meu pai plantava ipê para cabo de enxada, é madeira dura. A maioria respeita a natureza, se fosse em outro lugar haveria casa por todo lugar, é porque tem pulso forte, tanto dos próprios moradores que vigiam, já teve caso de alguém cortar uma árvore e ser multado. O acesso da comunidade pelo PNMC é um direito de ir e vir, é o único acesso para levar alguém doente, o Parque é o acesso.

Se não tivesse o Parque o que faria com o filho, é distração, lazer, é o foco da gente, não temos área de lazer na comunidade, só o campinho. Só se a pessoa for muito ignorante não gosta do Parque. Todos trabalham durante a semana, saem cedo e chegam tarde, mas todo fim de semana vão lá bater uma bola.

Vê como benefício morar ao lado do PNMC: o Rio é muito quente e aqui tem o frescor, saúde, meu filho era alérgico, depois que mudei para cá do Vidigal (lá é frio), não tem poluição, não tem poeira, tudo é molhadinho aqui, com água a vontade. Tem um cano enorme lá em cima no Parque. Na Rocinha tem muitos casos de tuberculose, é muito fechada, a gente ouve muito isso, tem muitos becos, não é arejado. Toda comunidade é fechada, com as casas grudadas, já pensou se não tivesse a floresta, eu não sinto calor aqui. Aqui é uma comunidade privilegiada se desocupa uma casa hoje já tem 2 ou 3 para alugar.

7. Vera.: 72 anos, nasceu na comunidade a mãe é capixaba e o pai português, formaram família com onze filhos, seis morreram de sarampo, e aqui os outros cinco cresceram, não tem muita recordação do Parque porque a mãe não deixava que frequentassem. A mãe lavadeira lavava roupa no rio. Antigamente tinha poucas casas era uma chácara. Às vezes levava visita para passear no PNMC, visitar o museu, sempre existiram lagos e bicas.

Das árvores lembra: do pau-brasil e do jambo. Dos benefícios que vê no parque: o turismo e a beleza. No verão, quando falta água, vamos ao Parque apanhar água para tomar banho.

8. Andreia filha de Vera: aprendi muita coisa das árvores com a minha mãe, ela é que não lembra mais. Quando eu tinha 7 anos fez um book meu, com fotos tiradas no Parque, nas pedras, muitas pessoas vinham para tirar fotos, de casamento, usando a

paisagem do Parque de fundo, muitas novelas foram gravadas como: “Anos Rebeldes”, “Escrava Isaura”, “Uma Rosa com Amor”.

Passei a minha infância no Parque, nadava no riozinho, pescava girino, peixinho, minhoca.

Andreia costumava andar pelo museu, vendo as estátuas, ouvindo as histórias fantasiosas de almas penadas, de escravos, muitos ouviam sons, viam vultos, o carro do pai desceu sozinho, fazendo as curvas, sem bater. Por ser floresta ter ligação com o universo, com imaginação, com folclores, distraiam as crianças com essas histórias; mas na realidade a gente acredita e já presenciou algumas histórias reais.

Lembro também das fugas das crianças para o rio, para pegar frutas, jambo, jamelão, abricó, aproveitando a ausência da mãe.

No parque os animais que lembra ter visto: cobra, pato, ganso, cisne, macaco, mico, tem à beça, arara, tucano.

Foi vice-presidente da associação de moradores vila parque da cidade, ela foi remodelada na sua gestão, em 2004, com o “Projeto Bairrinho”, reivindicaram saneamento e educação. Foi construído o CEMASI – Centro de Assistência Social, conseguiram a concessão para uso do prédio que não estava terminado para creche, conseguiram terminar a obra e fundaram o “Projeto Parque Vivo”, esse nome vem das crianças que dão vida ao Parque, nós trabalhamos com educação, lazer e esporte (balé, capoeira, dança, reforço escolar, com uma biblioteca), além de um espaço para a terceira idade, grupo Girassol. Buscamos integrar a CVPC à Rocinha.

9. Larissa filha de Andreia tem 13 anos, quase não frequenta o Parque porque está perigoso, mas tem fotos lindas no Parque, não parece que é esse Parque. É perigoso, mas bonito. “Não tenho nojo de insetos e de animais peçonhentos, quero ser bióloga, usaria mais o Parque se tivesse mais segurança”.

10. Carla está há 14 anos na CVPC veio de Santa Rita da Floresta, próximo ao Cantagalo, Petrópolis, o que mais a chama a atenção são os pássaros, também vai ao Parque fazer caminhadas e piqueniques, gosta do cano, leva as crianças para tomar banho. Em 1988, uma cabeça d'água destruiu a cachoeira, hoje tem canos.

Mora na parte de baixo é mais valorizada, pelos serviços, net, jornal (em cima é considerada área de risco e os serviços não são prestados) correios, a conta de luz, por exemplo, eles deixam todas as correspondências na V. que distribui para todo mundo. A comunidade está dividida em baixo, meio e alto.

Foi diretora na Associação, como sugestão de melhoria ao Parque: não entrada de cachorro; mais segurança da guarda municipal e guarda florestal, pois o PNMC é muito grande e liga Tijuca e Jardim Botânico, sendo muito perigoso pela extensão.

11. Igor nasceu na CVPC, não frequenta muito o PNMC, só quando criança, já participou de Projetos para conhecer a mata do Jardim Botânico, para as pessoas terem contato direto com a natureza. No PNMC não se sente muito seguro tem muitas entradas e saídas a solução seria mais guardas municipais, florestal.

12. Valmir 18 anos, há 16 anos mora na CVPC, a avó morava aqui, não tinha muita casa, havia mais mato. Brincava muito no Parque, agora não frequenta mais, só de vez em quando, não como antes, está muito perigoso, abandonado, de dia e de noite

não há segurança. No parque os animais que lembra ter visto: bicho preguiça, tem muitos pássaros, tucanos, tem muito, aves vários tipos, além das cobras e aranhas, tem medo dos peçonhentos, mas nunca foi de matar; das árvores: muita diversidade, como mangueira, jaqueira, jambo, só tem 4 acha, gosta muito, não conhece muito os nomes, acha todas muito bonitas, gosta muito, brincava quando criança de subir nas árvores, esconde-esconde e bola. Vê como benefício morar ao lado do PNMC, a qualidade do ar, atração turística pela paisagem: cachoeira e lago que secou. Sabe que existe o Projeto Parque vivo que coleta animais vivos e espécies de plantas para demonstração, dentro do Parque como se fosse um horto para mostrar para as pessoas, têm fotos, eu nunca participei. Muita gente da comunidade frequenta e cuida do Parque, é parte da Mata Atlântica e deve ser preservado. Sugestão de melhoria: Ter mais segurança, ter bastante projetos.

13. Antônio Carlos: O Parque era limpinho, o lago para você, “o que os olhos veem o coração sente!”, os lagos eram lindos, mas agora o bacana desvia a água lá em cima. No parque os animais que lembra ter visto: macaco prego, tatu; das árvores: goiabeira, cambucá, jaca, jambo perto do museu, fruta não faltava. Vê como benefício morar ao lado do PNMC o ar, água, descansar, como se tivesse uma varanda universal, quem valoriza o lugar não estraga, em Bangú no tempo de calor você fritava ovo no asfalto, tem até corredor de frescor de água para tentar amenizar, pega trem todo dia como lata de sardinha, qual a natureza que conhece? Tem que ter memória boa do lugar, senão você não valoriza. Antes era muito legal, quando era mais novo, fui muito caseiro, passei minha infância e adolescência aqui no Parque, tinha muita brincadeira, os piqueniques eram frequentes. Havia segurança no Parque, todos se conheciam, era *muito família*, o adulto sabe até onde vai, mas a criança não, perde a liberdade. Não dá para achar que a associação ou a presidência do Parque é que tem que adivinhar o que precisamos. Quando faltava água aqui a gente pegava água da bica no Parque, eram filas e filas.
14. Alzira: Ninguém dá valor ao Parque, a comunidade não dá valor, cachorro entra faz cocô. A comunidade cresceu muito e está crescendo, dá medo. Antigamente não entrava cachorro, não podia jogar bola na grama. Esse Parque lotava há mais de trinta anos. Tinha que ter eventos para atrair as pessoas, teatro, música, chamar a comunidade para mostrar o Parque. Falta o respeito. As pessoas não sabem que tem valor. No parque os animais que lembra ter visto: mico, eles aparecem na comunidade, as pessoas estão dando pão para os macacos, das árvores: toda criança que sobe numa árvore muda a vida, fica alegre e feliz. Vê como benefício morar ao lado do PNMC: ar puro, limpo, play, museu (embora fechado), caminhadas (para as pessoas andarem), eventos. Eu não vivo sem o verde do Parque, mas o objetivo das pessoas é outro, vem por lazer, passear, com cachorro, brincar. O parque não aumenta o grau de percepção, quase nada. Da história: o Casarão que tinha lá em cima tinha 15 funcionários que moravam na casa, O Estado mandava alimento, dinheiro. O lago era limpo, um espelho, aí a comunidade vai crescendo e vão tomar banho no lago, morreu gente e não trataram mais. Passou para o Parques e Jardins, depois para o município, usavam para guardar caminhões e distribuir as pessoas que trabalhavam nas ruas. Tenho pena do gestor. Se tiver segurança, mantido limpo, e com o lago cheio vem mais de 100 pessoas da rocinha.
15. Salvadora, 94 anos, nunca foi ao Parque, trabalhou muito, agora tem que cuidar do

irmão que está doente. Tem uma vida para dentro de casa para a família. Lembra que antigamente todo casamento acabava no Parque para uma foto, ou um aniversário feito no Parque, havia muito uso. Aos 34 anos veio para a comunidade, aos 14 anos saiu de Campos para o Rio. O custo de vida está muito alto no Rio de Janeiro. Questionou o que a pesquisa fará para o futuro da comunidade? O que tem para o futuro?

16. René 40 anos, nascido na comunidade, a prefeitura poderia cuidar mais do Parque, falta segurança, está poluído. No parque os animais que lembra ter visto: cobra esquivo, tucano, bastante passarinho, das árvores: comia fruta, qualquer fruta que quisesse. Vê como benefício morar ao lado do PNMC Piquenique, passeio, colégios podem usar, é um lazer gratuito. A comunidade já usou muito a cachoeira, os dois lagos que agora estão secos, eram limpos, depois criou limbo e até prendeu um menino. Os quiosques eu não sei para que servem estão sem uso.
17. Nicolau mais de sessenta anos, veio para a comunidade em 1960, morava num barraco, depois com o Brizola (primeiro mandato) houve uma anistia, trouxe melhorias e saneamento. Há 10 – 15 anos atrás as pessoas frequentavam muito o Parque, que pertenceu ao Marquês de São Vicente e depois ao Guinle que não pagou impostos atrasados entregando a propriedade para a Prefeitura que transformou em Parque. No parque os animais que lembra ter visto: macaco prego, mico estrela, acabou a comida do Parque, eles vêm para a comunidade procurar alimento, das árvores: cambucá, manga, caqui, bananal que faz divisa com o Parque Dr. Ciro. Vê como benefício morar ao lado do PNMC passeio, lagos (hoje secos), museu (hoje fechado), mina (verificar se está contaminada), falta segurança geral, poucas pessoas utilizam o Parque hoje, é a Era do Celular, acaba prejudicando a vivência do indivíduo, antigamente as crianças inventavam brinquedo até com tampa de lata, hoje brincam com celular e computador, a TV aprisiona as crianças.
18. Rodrigo e Thiago, jovens parte da nova gestão da associação querem desenvolver trabalho com o parque com a comunidade para que conheçam as trilhas, posteriormente desenvolver turismo ecológico, cachoeiras e trilhas. O Parque passou por um período difícil depois das mortes que ocorreram as pessoas deixaram de frequentá-lo. A PUC está com um projeto de despoluição do rio. Veem o Parque possibilidades para os jovens se incluírem no mercado, criando possibilidades de trabalho, além de revigorar o lazer.
19. Suzi moradora há 30 anos casou com filho de um guarda do Parque, frequentadora assídua, diz que todos os seus filhos frequentam o Parque, ela caminha todos os dias, a qualidade de vida é o maior ganho de morar ao lado do Parque.
20. Fátima: Moradora de uma das casas dentro do Parque, mora com a filha, minha família veio da roça, quando era pequeno vivi em local deserto, “verde”, tinha árvores frutíferas, criava galinha. Hoje não se pode sentar na sombra de uma árvore, quando a criança é criada em um ambiente natural ela vai sentir falta disso, é a diferença de alguém que mora em prédio. Sei diferenciar as plantas e árvores com o tempo a gente vai aprendendo sobre as ervas medicinais, frutíferas, não sabe diferenciar as exóticas das nativas. As crianças sentem falta de subir numa árvore, correr. O Parque não é para todos. Na comunidade da Zona Norte as pessoas te olham diferente se leva seu filho para o Parque. A pior coisa já foi feita o desmatamento. Já viu no Parque preguiça, tucano, cobra, pica-pau, outro que parece

uma galinha, macaco, mico. Sugestão: cada mês fechar uma rua, propor brincadeira para todas as crianças. A gente tem que começar a aprender a respeitar, como o exemplo do carnaval, todo mundo se mistura, eventos em espaços da rua, da praça, como a grande da General Osório. Um espaço para as crianças aprenderem a plantar, a conviver e respeitar, estarem juntas. O futuro depende de ações para interagir as pessoas entre as classes e criar ações para o meio ambiente.

21. Marta, Agente Ambiental mudou-se para a comunidade há 19 anos com o primeiro marido, já falecido, comprou a casa de um ex-cunhado, na década de 70. O parque era lindíssimo era território da Globo, o Museu da cidade usado como cenário de 70 a 90, depois mudou-se para o Projac em Vargem Grande. O parque tem uso diário para esporte, corrida. O Parque é importante não só para a comunidade como para todo o entorno. A mata que emenda com os outros parques é o pulmão. Onde não tem Parque, ou mata as pessoas não tem visão bonita, não respiram. A minha mãe mora na Penha você sente que vivem num forno. Aqui as noivas subiam e tiravam fotos, a calda emendava com o reflexo na água. Estamos precisando de segurança. São as áreas verdes que dão qualidade de vida. Conhece bem o Parque, mas não tem muito conhecimento sobre as árvores e animais precisam de mais informação para poder passar para as pessoas, para as crianças da comunidade e escolas do entorno.
22. Solimar, guarda municipal do Grupamento de Defesa Ambiental - GDA, as pessoas por si só não tem noção exata da importância do Parque querem se divertir, mas não pensam nos problemas que podem causar, como a vida com cachorro. As crianças, mesmo as que nasceram aqui não tem consciência, tivemos um Projeto Viva Bem: Proteja a Natureza, fazíamos caminhadas e depois conversávamos. O Leandro foi uma criança que participou do Projeto e hoje é um educador ambiental e faz parte da associação de moradores. Hoje temos 14 casas dentro do Parque de funcionários ou ex-funcionários, tem ainda a servidão para o sitio do Raul Canto e Melo. Se não fiscalizar, se não conscientizar as pessoas acabam com tudo, pensam no momento. Qualquer Parque pode ser bem aproveitado para o bem estar, mas tem que ter investimento, mão de obra da comunidade para envolvê-la nos problemas, por exemplo, se alguém precisando de um cabo de enxada vem no Parque e tira uma árvore. Os guardas não têm como se comunicar dentro do Parque, o efetivo já é pequeno não temos como agir numa emergência, isso é de conhecimento da gestão e da Secretaria.
23. Queiroz, guarda municipal do Grupamento de Defesa Ambiental - GDA, quem trabalha em Parques tendo conhecimento maior para passar para as pessoas se conscientizarem seria melhor pois tem contato com a população. A maior parte das pessoas está consciente da poluição do gás carbônico, falta também os políticos também entrarem no problema. Magalhães, Collor, quanto de mata eles destruíram, não há interesse econômico em preservar. No Parque faltam cursos, plantios, etc. Esse Parque já foi melhor, as pessoas da comunidade sentem a diferença de tratamento do Parque.
24. J. Herculano, guarda municipal do Grupamento de Defesa Ambiental - GDA só depois que vim trabalhar no Parque comecei a perceber, ter consciência dos benefícios da natureza. O clima é importante, se não fosse a floresta da Tijuca o clima seria insuportável sobreviver no Rio, tem que ter arborização. A globalização

traz informação para todos em todas as mídias. As secretarias alternando o interesse, uma é mais interessada outra não. Em 2000 participou de um curso do GDA de formação de 3000hs, depois quase não teve cursos, não tiveram investimento. O ser humano quer se livrar do lixo (sem educação). Se não tiver educação ambiental não adianta nada, o Parque é usado de forma mal educada, lixo, cachorro, depredação. Os funcionários gostavam de ter pequenos cursos para poder dar informações mais seguras, até para passar o que aprenderam aos visitantes.

25. Joelton, limpador da COMURB benefícios do Parque: ar, sombra, frutas. Quando eu vim para essa função fiquei mais consciente. A educação no Parque, a conscientização é a única maneira de mudar a atitude das pessoas, não tem como impor uma legislação sem que haja consciência. Até o Waltinho que nasceu aqui é um exemplo disso. Não há invasão no Parque porque há fiscalização e apoio e troca de favores é o que conquista as pessoas.

26. Ricardo, gestor do Parque que tem 47 hectares, temos problemáticas como:

1. plantas exóticas: frutíferas, as jaqueiras principalmente e outras; leucenas, utilizadas para reflorestamento das áreas degradadas há 20 anos.
2. Animais silvestres exóticos como o macaco estrela e outras que são deixados com facilidade no Parque por sua característica física (pouca utilização) pela sua natureza, como uma unidade de conservação não pode ser um parque de fluxo de pessoas diariamente facilitando a soltura de animais (exóticos). Essa é uma preocupação de Unidades de Conservação em geral por causar:
  - Dano à biodiversidade
  - Transmissão de doenças aos animais nativos
  - Outros (?)
3. Resistência das pessoas do entorno, da administração em geral, manutenção dos costumes, independente da legislação em relação à Unidade de Conservação e suas exigências para se manter como tal. Por exemplo: uso de estacionamento para visitantes, não dos moradores da comunidade; e dos animais domésticos.

Na Comunidade Vila Parque da Cidade há aproximadamente 10 mil pessoas de moradores.

As práticas são de uso como se fosse um Parque público. As pessoas que moram próximo ao Parque o tratam como fundo de quintal, uma facilidade de acesso pode ser traduzida como sentimento de posse de área contígua, não percebe os limites territoriais.

Sobre a percepção da importância dos espaços verdes públicos: Não favorece à percepção estar morando ao lado do Parque, muitas vezes pode até agir desfavoravelmente pela proximidade e facilidade. Pessoas que não tem acesso fácil podem valorizar mais esses ambientes.

Diretrizes:

A gestão atual quer aproximar a comunidade da Unidade de Conservação.

Interagir com a comunidade

Obrigação da Unidade de Conservação, do Parque divulgar, informar sobre o que é uma Unidade de Conservação. A informação é a forma mais eficaz de preservação, de conscientização, pois as pessoas não tem consciência, não diferenciam a Unidade de Conservação dos Parques Urbanos.

...Acredita que a nomenclatura de parque para a Unidade de Conservação é prejudicial ao entendimento das pessoas.

Outros relatos:

Moradores da Rocinha 3 jovens, uma moça e dois rapazes: comentaram sobre a diferença de qualidade da saúde entre as comunidades, na Rocinha apresenta casos de tuberculose, oque não acontece na Vila Parque pela sua situação geográfica, a primeira como uma bacia, a segunda menor mais arejada, a primeira muito grande e volume maior de construção e pessoas.

Alex Virgínio Chagas, segurança da PUC, 28 anos trabalhando na PUC e 60 anos morador da Rocinha, outro morador da rocinha que ficou de encontrar fotos do início da ocupação da rocinha e região.

Segue abaixo na integra o Questionário dirigido ao Gestor.

Questionário dirigido ao Gestor da Unidade de Conservação, "Parque Natural Municipal da Cidade". Pesquisa Científica autorizada pelo  
Processo: 14/000.490/2011

Ao Gestor do Parque da Cidade  
Encaminhamento de Questionário Acadêmico  
Cenário:

Avaliação da pesquisa realizada com moradores da Comunidade Vila Parque da Cidade com mais de 10 anos de convívio com o Parque:

1º. Verificou-se que os entrevistados têm conhecimento e envolvimento com o Parque, revelado pelo reconhecimento da fauna e flora local, pelo uso não apenas como usuários, mas com uma intimidade que revela um apreço, uma ligação com o espaço que ultrapassa os limites funcionais das áreas verdes, seja nos fins esportivos, lazer, eventos, etc., ou em relação às amenidades provenientes desses espaços: pelo frescor, ar puro, ou beleza cênica, uma vez que o Parque é a continuidade de suas casas, pensada como um quintal, utilizando as próprias palavras dos entrevistados.

2°. Verificou-se principalmente nas entrevistas com os funcionários do Parque da Cidade uma mudança de hábito e postura frente a observar e manter essas áreas limpas, de um simples exemplo de deixar de atirar um papel pela janela de um ônibus, até dar valor a uma árvore e a um animal de maneira diferente das experimentadas antes dessa proximidade diária pelo trabalho, valorizando esse espaço do parque ou de qualquer outro espaço público verde.

3°. Verificou-se que esses funcionários e moradores querem ajudar mais no contato com os visitantes, mas se sentem com pouco conhecimento para tanto, informaram que se sentiriam mais úteis na manutenção e divulgação do Parque se tivessem mais informação sobre sua fauna e flora, e tivessem inclusive recursos como mapas, ou folders.

4°. Verificou-se que os moradores e usuários são unânimes em alegar que há necessidade de maior segurança, desde comunicação interna dos seus funcionários como no uso de rádios para se comunicarem dentro do Parque uma vez que as distâncias são grandes, sugerem até a presença da polícia para inibir ações das que se tem tido notícia nos últimos anos, como estupros, mortes roubos e assaltos.

5°. Verificou-se que jovens que passaram por atividades educativas quando crianças com um dos próprios funcionários, em um projeto de educação ambiental, hoje são claros na postura e defesa do Parque e na influência sobre como pensam sobre a relação dos espaços verdes e a população da cidade, tanto na sua importância local como de uma maneira geral pela influência positiva em sua formação (Esses jovens estão sem colocação no mercado de trabalho, e poderiam ser aproveitados em programas de formação e apoio à gestão).

6°. Verificou-se que a figura do gestor é bem reconhecida pela população local, reconhecendo a dificuldade de recursos experimentada, além da problemática que envolve a área.

Assim, pude avaliar que a população do entorno quer participar da problemática do Parque, quer mais segurança para frequentar, quer ver os lagos dos peixes novamente cheios e limpos quer programas educativos, para conhecer e criar conhecimento e talvez possibilidade de trabalho.

Assim, gostaria que esse questionário sugerido abaixo fosse interpretado como uma contribuição para essa mesma população, para que percebam o nível de envolvimento e dificuldades enfrentada pelo gestor do Parque e participem com ele na sua melhoria.

Note-se que essas informações e a sua sistematização deverão necessariamente passar pela aprovação do entrevistado.

Assim, seguem as questões e agradeço outras informações que queira acrescentar para enriquecer a pesquisa.

### **Questionário:**

#### **1)Desde quando ocupa o cargo de Gestor de Unidade de Conservação?**

Ocupo a função de Gestor do Parque Natural Municipal da Cidade, desde a publicação no Diário Oficial, no dia 30 de julho de 2010.

**2)Já ocupou outro cargo de gestão de Parque? Qual? Poderia elencar pontos positivos e negativos para o sucesso de uma gestão?**Sim. Atuo no exercício da função de Gestor desde a nomeação, em outubro de 2003. Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos de outubro de 2003 a dezembro de 2007, Parque Natural Municipal de Marapendi de fevereiro de 2008 a abril de 2009, Parque Natural Municipal da Catacumba julho de 2008 a julho de 2010.Atualmente Parque Estadual da Chacrinha ,desde julho de 2010 e o Parque Natural Municipal da Cidade, desde julho de 2010 até o presente momento.

#### **Pontos Positivos:**

- a)Determinação de resolver os problemas;
- b)Saber ouvir , fazer os reajustes,quando necessários;
- c)Conhecer os problemas da Unidade;

- d) Planejar para implantar as melhorias necessárias, após ter ouvido as pessoas do local, tirando as conclusões, depois das observações realizadas;
- e) Trazer a equipe para colaboração da gestão;
- f) Ter humildade e procurar conhecer bem o local onde atua;
- g) Trabalhar sempre em equipe;
- h) Ser sempre transparente nas colocações;
- i) Trabalhar com a legislação vigente;
- j) *Feedback*, junto aos visitantes;
- k) Saber delegar e cobrar responsabilidade;

**Pontos Negativos:**

- a) Demora de outros órgãos em resolver os problemas do local;
- b) Infraestrutura precária;
- c) Falta de pessoal de apoio técnico e administrativo;
- d) Não ter recursos financeiros para pequenas despesas, a fim de agilizar o andamento do serviço;
- e) Falta um planejamento para melhor qualificar o Gestor, como participação em Seminários, Congressos e Cursos de Aperfeiçoamento no decorrer do ano, com recursos da Secretaria;
- f) Falta de implantação do Conselho Consultivo e Plano de Manejo;
- g) Reduzido efetivo de guarda, para um melhor controle da segurança do local;
- h) Educação ambiental mais qualificada, voltada para as Unidades de Conservação e entorno dela;
- i) Não termos um Centro de Visitantes apropriado para exposição e um pequeno auditório;
- j) Falta de câmaras, para um melhor controle do Parque.

Questionário dirigido ao Gestor da Unidade de Conservação, “Parque Natural Municipal da Cidade”. Pesquisa Científica autorizada pelo  
Processo: 14/000.490/2011

**3) No caso específico do Parque da Cidade e a Lei 9.985/2000 que regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, inc. I, II, III, e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, favor avaliar mediante um percentual qualificando os objetivos elencados no artigo 4º. da referida Lei, e se acreditar pertinente :**

**OBS.: Informo que modifiquei o ano de 2008, para 2010, quando assumi em 10 agosto.**

Artigo 4º.	2010 (%)	Hoje (%)	Ações em fase de execução e propostas:
a) Contribuição à preservação e restauração da diversidade (I e III)	50	60	Manejo de exóticas em execução. Propostas: Termos uma biodiversidade na medida do possível, totalmente recuperada com recursos financeiros e humanos.
b) Proteção espécies ameaçadas (II)	50	60	Ronda permanente dos GDAs (Grupamento de Defesa Ambiental) proposta: 1) Aumento do efetivo da guarda na medida do possível. 2) Fazer um inventário da fauna do local.
c) Proteção paisagens naturais e de beleza cênica (VI)	50	70	Ronda permanente. Proposta: recuperação do lago, que ora se encontra assoreado, e um salva vidas, para evitar possíveis acidentes, como acontecido no passado .
d) Proteção Características relevantes Geográficas e Culturais (VII)	60	70	Ronda permanente dos Gda's (Grupamento de Defesa Ambiental) Proposta: 1) Aumento do efetivo da guarda na medida do possível. 2) Em execução a recuperação do Museu Histórico da Cidade.
e) Proteção Recursos naturais (rios, riachos...) (VIII e XIII)	50	70	Ronda permanente . Proposta: recuperação do lago, que ora se encontra assoreado, e um salva vidas, para evitar possíveis acidentes, como acontecido no passado .
f) Promoção princípios e práticas de conservação (V)	50	70	O Parque se situa num bairro nobre da Cidade, queé a Gávea. Atualmente tentamos a revitalização do mesmo, através da troca da antiga sinalização por uma mais atualizada, proporcionando imagem mais agradável. Proposta: Termos um espaço de lazer com uma programação cultural permanente.

Questionário dirigido ao Gestor da Unidade de Conservação, "Parque Natural Municipal da Cidade". Pesquisa Científica autorizada pelo  
Processo: 14/000.490/2011

---

g) Proporcionar meios e incentivo a pesquisa, estudo, monitoramento (X)	40	75	Atualmente, é feita a divulgação junto ao meio acadêmico, órgãos, em congressos, seminários e palestras. Procura-se oferecer oportunidades às pessoas interessadas no projeto, como Voluntário por Natureza, da SMAC. Divulgando o incentivo pelas pesquisas de campo, onde é importante este estudo, pois proporciona melhor conhecimento a quem pesquisa e ao local.
---	----	----	--

Questionário dirigido ao Gestor da Unidade de Conservação, "Parque Natural Municipal da Cidade". Pesquisa Científica autorizada pelo  
Processo: 14/000.490/2011

h) Valorização econômica do Parque (XI)	50	75	O Parque se situa num bairro nobre da Cidade, que é a Gávea. Atualmente tentamos a revitalização do mesmo, através da troca da antiga sinalização por uma mais atualizada, proporcionando imagem mais agradável. Proposta: Recuperação total do mesmo, tendo possíveis parceiros interessados na revitalização. Oferecendo oportunidades para desenvolver atividades juntamente com a comunidade, onde a participação delas no processo é fundamental, para que tenhamos êxito e uma valorização pertinente ao espaço.
i) Favorecimento à educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico	50	85	Feito atualmente a divulgação no meio acadêmico, da existência do espaço para pesquisas e desenvolvendo caminhadas ecológicas com alunos, juntamente com a educação ambiental, em que, vivencia-se, no local, a biodiversidade. Proposta: Termos turismo de aventura no espaço onde possamos desenvolver melhor a educação ambiental, com filmes, palestras e brincadeiras ecológicas. Isto fará com que tenhamos uma interatividade com a comunidade, inclusive, desenvolvendo um projeto de aproveitar para monitores de trilha, com total segurança que, ora, apresenta a região, em virtude da implantação da UPP da Rocinha a ser instalada.

4) Sugerindo agora avaliar as diretrizes elencadas no artigo 5º. da referida Lei, e se acreditar pertinente :

Artigo 5º.	2010 (%)	Hoje (%)	Ações em fase de execução e propostas dependendo futuras, explicitar:
a) Salvar o patrimônio biológico (I)	50	60	Na medida do possível, são feitas rondas. Proposta: Termos um quadro de inventário do local.
b) Envolver a sociedade estabelecimento e revisão da política nacional de UC (II)	40	75	Foram feitas reuniões envolvendo diversas Secretarias Municipais, outros órgãos e Associações de Moradores, pertencentes à UC. Proposta: Criação do Conselho Consultivo e Plano de Manejo, para que todos possam participar ativamente das decisões. Previsão para 2012.

Questionário dirigido ao Gestor da Unidade de Conservação, "Parque Natural Municipal da Cidade". Pesquisa Científica autorizada pelo  
Processo: 14/000.490/2011

c)Assegurar participação efetiva da população na criação, implantação e gestão da UC (III)	40	75	Foram feitas reuniões envolvendo diversas Secretarias Municipais, outros órgãos e Associações de Moradores, pertinentes à UC. Proposta: Criação do Conselho Consultivo e Plano de Manejo, para que todos possam participar ativamente das decisões. Previsão para 2012.
d)Buscar apoio e cooperação de ONG's , empresas e pessoas físicas nas atividades que envolvem a UC (IV)	40	75	Atualmente é desenvolvida participação junto com universidades, escolas, Associações, e orientação sobre o que é uma Unidade de Conservação. Proposta: intensificar cooperação com parcerias para desenvolver demandas reprimidas do local. Tais: 1)Folheteria/brinde; 2) Trilha/guia/ sinalização para deficientes visuais; 3) Quadra multiuso; 4) Câmara no Parque; 5) Educação ambiental; 6) Recuperação da sede (cupins); 7) Anfiteatro/recuperação; 8) Desassoreamento/salva vidas; 9) Monitores para trilhas; 10) Centro de visitantes; 11) Nascente (revitalização/verificação da manutenção/desvio); 12) Turismo de aventura.
e)Incentivar as populações locais estabelecerem e administrarem a UC (V)	0	0	Formação, criação e implantação do Conselho Consultivo e Plano de Manejo.
f)Assegurar a sustentabilidade econômica da UC (VI)	0	0	Atualmente não temos recursos próprios. Tudo depende da SMAC. Proposta: Termos parcerias com empresas que possam colaborar com desenvolvimento de projetos, para conseguirmos sustentabilidade econômica.
g)Permitir uso da UC (VII)	0	0	Atualmente autorizo utilização para piqueniques , aniversários, visitas educacionais e acompanhamento pesquisas acadêmicas autorizadas pela Gerência. Proposta: Desenvolver projetos de ecoturismo, para interagir comunidade Vila Parque da Cidade e Sociedade Civil.

Questionário dirigido ao Gestor da Unidade de Conservação, "Parque Natural Municipal da Cidade". Pesquisa Científica autorizada pelo  
Processo: 14/000.490/2011

h)assegurar gestão da UC integrada com entorno (VIII)	40	60	Atualmente é feita através de participações em reuniões com Associações de Moradores e demais Órgãos, expondo os problemas pertinentes do local. Proposta: Só teremos efetividade da participação do entorno, quando tivermos a criação do Conselho Consultivo, podendo a sociedade participar ativamente para colaborar com o local, nos seus problemas e soluções.
i)Considerar condições e necessidades e adaptação para uso sustentável dos recursos naturais (IX)	0	30	Rio Rainha. Proposta: Recuperação da captação usada para o abastecimento da comunidade e dependências do parque.
j)garantir alocação de recursos necessários para gerir e atingir objetivos (XI)	10	20	Atualmente as melhorias são feitas através de medida compensatória e com serviços de manutenção predial executados pela COMLURB, , pois não temos recursos próprios. Proposta: Termos parcerias para podermos gerir as condições adequadas de uma Unidade de Conservação.
k)buscar autonomia administrativa e financeira da UC (XII)	0	20	A autonomia é limitada por serviços e destinação de medidas compensatórias. Proposta: Propor a criação de concessão de serviços através do Plano de Manejo, através de parcerias com a iniciativa privada.
l)proteção de grandes áreas, pela integração: zonas de amortecimento, corredores...	0	0	Atualmente ainda estamos elaborando um projeto de criação de diversos corredores, que encontra-se em fase de discussão de uma minuta de Decreto Municipal.. Proposta: Criação de Conselho Consultivo e o do Plano de Manejo, para que possamos delimitar este espaço, estudo do local, com pesquisadores de todas as áreasacadêmicas, desenvolvendo assim, um estudo detalhado de todo espaço do Parque, zonas de amortecimento e corredores ecológicos com o PNT.

**5) Qual o conceito de desenvolvimento sustentável utilizado especificamente para o caso dos recursos naturais do Parque e como ele pode ser promovido localmente?**

O local é rico em dados históricos/geográficos e tem potencial para turismo de aventura. Poderíamos ganhar, principalmente com a reforma do Museu Histórico da Cidade, que deverá apresentar um boom de atividades culturais. Terá, inclusive, uma cafeteria.

O local oferece oportunidades de contemplação cênica, vista para a praia do Leblon, Cristo Redentor, Vista Chinesa e uma fauna/flora de grande valor. Tem também, um rio que nasce no local, o Rio Rainha.

**6) Quais são as diretrizes que estão orientando as gestões atuais dos parques, existe já alguma medida em decorrência da Rio +20? Qual o destaque dos Parques como pontos turísticos nos eventos internacionais: Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas? A Vila Parque da Cidade poderia ser contemplada junto desse programa para definir possibilidades de negócio sustentável e melhoria da segurança, por exemplo?**

No momento que eu saiba, ainda não. Falta mais clareza neste procedimento, por parte da SMAC. Sua beleza cênica, sua biodiversidade, sua localização dentro de uma área urbana. Estivemos reunidos com a Associação de Moradores da Vila Parque da Cidade (Leandro vice presidente) e a Escola Parque, situada na Gávea, para realizarmos juntos: Parque, Escola Parque e Associação, atividades lúdicas para Rio+20, palestras, exposição e comemoração dos 20 anos da Escola Parque, tendo aí, uma programação bem diversificada, com Educação Ambiental, teatro, balé, Mai Tai do Projeto Parque Vivo da Comunidade.

**7) Como os atores envolvidos percebem os esforços do gestor do Parque? Quais poderiam ser as medidas para expor e comprometê-los em buscar seguir os objetivos e diretrizes do SNUC?**

Difícil responder a pergunta, pois existem contradições, o que é natural, devido ao abandono e omissão do poder público nos anos anteriores, uma vez que, o que era errado antes, tornou-se certo hoje. Exatamente devido ao descaso, trabalho com a legislação pertinente e em vigor, informando e orientando. Venho desenvolvendo um trabalho de revitalização do local e de ordem dentro da Unidade, para que tenhamos num futuro próximo um local com segurança, lazer, atividades culturais, sem animais domésticos, com estacionamento privativo para os visitantes, o que não ocorre hoje, pois o mesmo é utilizado pelos moradores, sobrando poucas vagas para aqueles visitantes. Faço diversas reuniões com as secretarias municipais, subprefeitura, VI RA (Região Administrativa) e com a Associação de Moradores da Vila Parque e a Amagávea, e, demais convidados, expondo sempre os problemas enfrentados no dia a dia, tornando-os públicos e transparentes, para facilitar a cobrança das regras estabelecidas, facilitando assim, a solução de pendências.

O trabalho é desenvolvido com a participação de todos. Isto é gestão participativa e democrática.

**8) Observando a pesquisa de doutorado de Marcos Cohen ([http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212244\\_07\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212244_07_pretextual.pdf)) sobre gestão de UCs do Rio de Janeiro, podemos dizer que os Conselhos Consultivos são importantes para uma gestão mais consolidada das UCs, mas quando observamos as atas de reuniões não vemos tanto envolvimento da população do entorno nas sugestões e decisões da gestão das UCs, avalie e responda quando achar pertinente as questões sugeridas pelo autor, caso não tenha sido ainda respondida:**

**“...Enquanto a diretriz II, de caráter mais genérico, trata da política nacional de unidades de conservação, a diretriz V tem um caráter mais terceirizante e as diretrizes III e IV colocam de maneira implícita a responsabilidade dos órgãos gestores das unidades de conservação pela elaboração de estratégias que garantam a participação da sociedade nessa gestão (aqui denominada gestão participativa), ou seja, de estratégias colaborativas, num conceito mais amplo.**

**Na verdade, o SNUC cria dois instrumentos de gestão das unidades de conservação do tipo parque que embutem este tipo de estratégia: o Conselho Consultivo e o Plano de manejo elaborado a partir de contribuições da sociedade, embora, no caso de parques, a participação da sociedade não seja obrigatória durante a elaboração do Plano de manejo.**

**Com base nessas duas diretrizes para a colaboração e nos objetivos propostos pelo SNUC e considerando ainda os problemas já mencionados da gestão de unidades de conservação do tipo parque em meio urbano, algumas questões emergem naturalmente.**

**1. Quais as dificuldades em atingir as diretrizes e os objetivos propostos no SNUC?**

De fato, o que o autor colocou, na maioria das vezes, é exatamente o que ocorre, pois já vivenciei isto na preparação da formação do Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos nos anos de 2005 e 2006, quando Gestor na época (2003 a 2007) e tivemos um progresso neste processo, pois conseguimos que fosse aprovado na Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro, um Pouso (posto para atender à Comunidade Chácara do Céu, que faz limite com este local). Foi criado para orientar os moradores quanto à não permissão de novas edificações horizontais e verticais, reforma de residências e circulação de caminhão transportando material de construção, só sendo permitida com a colaboração da Secretaria Municipal de Urbanismo, com análise prévia para autorização.

É importante sim o Conselho Consultivo, pois juntos, Unidade de Conservação e Sociedade Civil, bem selecionado e paritário, e, bem conduzido pelo Gestor da Unidade, só oferece ganhos para todos, fortalecendo a Gestão, dividindo responsabilidades com todos os atores participantes do processo democrático.

**2. Quais são as estratégias colaborativas, ou não, usadas pelos órgãos responsáveis e pelos gestores dos parques para atingir seus objetivos?**

A estratégia a ser usada é a de se preparar adequadamente, conhecendo as dificuldades que o desafio apresenta, pois é necessário conhecer bem a dimensão dos fatos e apresentar a realidade dos problemas, para que todos tenham a oportunidade de votar consciente, dando um passo importante para o fortalecimento da UC.

**3. Quais são as estratégias, colaborativas ou não, usadas pelos diversos grupos de atores sociais envolvidos para atingir seus objetivos?**

Participação nas convocações de reuniões, eventos sociais, culturais, para melhor compreensão do contexto do local, interagindo assim, com a gestão do Parque.

**4. Qual seria a configuração estratégica resultante da interação dos atores sociais com o gestor e entre si: colaboração total, colaboração parcial, outras?**

De acordo com o temas e com os interesses do momento, ele poderá ser parcial ou total.

**5. É possível identificar qual das configurações estratégicas resultantes**

**consegue atingir de maneira mais efetiva os objetivos de conservação de unidades de conservação do tipo parque propostos de pelo SNUC?**

É com a participação de todos, no processo da formação do Conselho Consultivo e da implantação do mesmo, para obtermos uma Unidade de Conservação forte e preparada para superar os desafios existentes, visando solucionar os problemas.

## **6. Que outros fatores são determinantes para o sucesso ou fracasso da gestão de uma unidade de conservação urbana?**

O conceito Unidade de Conservação no Brasil é novo. Surgiu com a criação da legislação federal de 2000. O SNUC foi fortalecido com o Decreto nº 4320.

O processo é lento, pois depende, ainda, das duas partes: Poder Público e Sociedade Civil, de um caminho para um amadurecimento da participação de todos. Construindo com sabedoria, um Conselho Consultivo, onde todos os atores conhecedores de seus direitos e deveres, pode superar as adversidades e chegar quase ao consenso.,

Fatores determinantes para o sucesso ou fracasso da gestão de uma U.C. é saber enfrentar com determinação, conhecer os problemas da mesma, ter conhecimento da legislação vigente, estar qualificado e procurar junto com a equipe de trabalho encontrar soluções e saber ouvir e aceitar críticas e sugestões, fazendo os ajustes quando necessário. Somente assim, com profissionalismo, podemos tentar chegar à excelência de uma Unidade de Conservação.

## **7. Como as diversas estratégias, colaborativas ou não, utilizadas pelos responsáveis pela gestão dos parques e pelos atores sociais interessados afetam a implantação de uma gestão participativa e efetiva à luz das diretrizes e objetivos do SNUC? ...**

Depende dos interesses dos atores no processo, pois é necessário dialogar sempre para que não haja dúvidas e apresentar transparência dos fatos.

E finalmente pergunto:

## **9) Como a associação de moradores e outras sociedades civis estão se envolvendo com a vida administrativa do Parque da Cidade?**

Através das reuniões para as quais são convocadas, eventos sociais e culturais, quando existentes e no dia a dia da gestão.

Na análise do resultado da pesquisa realizada com moradores com o Parque, verificou-se que:

1°. Os entrevistados têm conhecimento e envolvimento com o Parque, revelado pelo reconhecimento da fauna e flora local, pelo uso não apenas como usuários, mas com uma intimidade que revela um apreço, uma ligação com o espaço que ultrapassa os limites funcionais das áreas verdes, seja nos fins esportivos, lazer, eventos, etc., ou em relação às amenidades provenientes desses espaços: pelo frescor, ar puro, ou beleza cênica, uma vez que o Parque é a continuidade de suas casas, pensada como um quintal, utilizando as próprias palavras dos entrevistados.

2°. Os funcionários do Parque da Cidade avaliaram uma mudança de hábito e postura frente a observar e manter essas áreas limpas, de um simples exemplo de deixar de atirar um papel pela janela de um ônibus, até dar valor a uma árvore e a um animal de maneira diferente das experimentadas antes dessa proximidade diária pelo trabalho, valorizando esse espaço do parque ou de qualquer outro espaço público verde.

3°. Esses funcionários e moradores querem ajudar mais no contato com os visitantes, mas se sentem com pouco conhecimento para tanto, informaram que se sentiriam mais úteis na manutenção e divulgação do Parque se tivessem mais informação sobre sua fauna e flora, e tivessem inclusive recursos como mapas, ou folders.

4°. Os moradores e usuários são unânimes em afirmar que há necessidade de maior segurança, desde comunicação interna dos seus funcionários como no uso de rádios para se comunicarem dentro do Parque uma vez que as distâncias são grandes, sugerem até a presença da polícia para inibir ações das que se tem tido notícia nos últimos anos, como estupros, mortes roubos e assaltos.

5°. Os jovens que passaram por atividades educativas quando crianças com um dos próprios funcionários, em um projeto de educação ambiental, hoje são claros na postura e defesa do Parque e na influência sobre como pensam sobre a relação dos espaços verdes e a população da cidade, tanto na sua importância local como de uma maneira geral pela influência positiva em sua formação (Esses jovens estão sem colocação no mercado de trabalho, e poderiam ser aproveitados em programas de formação e apoio à gestão).

6°. A figura do gestor é bem avaliada pela população local, reconhecendo a dificuldade de recursos experimentada, além da problemática que envolve a área.

Assim, pude avaliar que a população da Comunidade quer participar da vida do Parque, quer mais segurança para frequentar, quer ver os lagos dos peixes novamente cheios e limpos quer programas educativos, para conhecer e criar conhecimento e talvez possibilidade de trabalho.

Analizamos, por outro lado, as respostas dos moradores, e encontramos uma incidência a qual foi dividida em três categorias ou variáveis de expectativas das pessoas sobre o Parque, onde se percebe como significativa a possibilidade do Parque prover:

1. Trabalho indireto, pela aquisição de conhecimento técnico-científico, com cursos de qualificação sobre a fauna e flora, e outros conhecimentos técnicos envolvendo educação ambiental, e fatos históricos do local; e, direto no aproveitamento de moradores para suprir cargos, tais como: agentes ambientais, educadores ambientais e guias;

2. Conservação, nesse aspecto foi estabelecido pelos moradores como fundamental a conservação do Parque quanto aos seus equipamentos e atrativos: cachoeira (bica d'água), reativar os lagos com água e peixes, limpeza, e segurança;

3. Frequência, nesse aspecto os moradores tem uma área de lazer e de uso imediato, como para estacionar seus veículos, como passagem para alcançar as casas que ficam mais no alto, cortando caminho, assim é uma área de grande interesse de usos, se não é mais utilizado é pela falta de conservação, que acreditam que se houvesse mais segurança no seu sentido amplo, e demais cuidados, o Parque será bem mais usado pelos moradores da Comunidade, e por outros visitantes.

Por outro lado, na resposta do Gestor da Unidade de Conservação às questões apresentadas, analisamos que ela sinaliza uma clara intenção da gestão do Parque em contrapartida às expectativas levantadas pelos moradores, porém muito distante de se tornar real em virtude da falta de verbas próprias às finalidades sugeridas e de empenho dos superiores.

## CONCLUSÕES

Dos dados analisados no capítulo 2 verificamos que, em que pese o expressivo adensamento de áreas específicas seja no Estado do Rio de Janeiro, seja na sua Metrópole, ou seja, no espaço específico da Comunidade Vila Parque da Cidade a conclusão é a de que existe uma relação entre o movimento populacional e aquele ditado pelas exigências do capital (isto é, a segmentação das classes sociais no espaço urbano).

Por outro lado, verifica-se uma ausência de planejamento espacial que contemple os direitos conquistados e expressos na Constituição Federal no artigo 3º e no artigo 5º, incisos XXII a XXIV: garantindo o direito de propriedade, sua função social de garantir moradia para a população necessitada; e, além disso a garantia a um ambiente ecologicamente equilibrado contemplada no artigo 225.

Assim, analisamos o movimento induzido pelos grandes projetos estatais e privados: polos industriais ou projetos de expansão imobiliária, para onde as massas populacionais são atraídas sem que haja a contrapartida de planos que as contemple, porém, concretamente produzem suas vidas recriando os espaços, em geral seguindo um movimento circunstancial.

Nesse aspecto o movimento espacial da cidade é previsível, é rígido, em relação às determinações do capital, porém nem sempre seguindo a lógica dos urbanistas, mas ao mesmo tempo um movimento aberto.

Lembrando ainda que podemos ver os números de aumento do PIB, de arrecadação tributária que não se conjugam para diminuir a atual perversa concentração de renda e aumento da pobreza, e as más condições de infraestrutura e garantias ambientais.

Talvez o único gráfico que transmitisse a realidade seria uma curva de distribuição ascendente entre aumento de investimento versus aumento da pobreza, tais como a ficção mercadológica, como anunciado por David Harvey<sup>42</sup> na exemplificação gráfica no livro “Condição pós-Moderna” (HARVEY, 1992: 298).

Os gráficos indicam a existência de uma correlação positiva entre ganhos especulativos e endividamento.

---

<sup>42</sup> HARVEY, David. Condição Pós Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

O espaço onde as favelas estão confinadas é infinitamente menor que a ocupação em favor das classes dominantes. Como se vê no Mapa da localização da Comunidade, essa heterogeneidade de classe é enorme. Ao lado de mansões da velha e da nova “aristocracia” da cidade vivem alguns milhares de pobres em situação às vezes de absoluta carência.

Avaliamos que o problema ambiental provocado pela localização inadequada das favelas tem no processo geral de problemas ambientais uma importância relativamente pequena e induzida.

Além do desflorestamento, a poluição que afeta o rio Rainha, pode ser talvez devida aos despejos eventuais de esgoto das mansões e moradias em prédios da classe média, e também as instituições públicas e privadas, e a Favela da Rocinha. É fato que todas as moradias da Comunidade Vila Parque da Cidade possuem encanamento de esgoto, segundo sabemos ao mar.

A conclusão a tirar é concorrem todos juntos para idêntico prejuízo ambiental, ao contrário do que se propaga pela percepção do senso comum que faz recair sobre as Favelas a responsabilidade absoluta desses prejuízos.

Conclui-se que há muito que se estudar sobre o que foi apontado nos dados encontrados na pesquisa direcionando o aprofundamento dos problemas levantados e outros envolvidos nesses mesmos temas.

## REFERÊNCIAS

- ABUJAMRA, Wilson. A realidade sobre o problema FAVELA. São Paulo: Bentivegna Editora, 1967.
- ANDREATTA, Verena. Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no Século XIX. Rio de Janeiro; apresentação Manuel Herce Vallejo - Rio de Janeiro: MauadX, 2006.
- ALFONSIN, Betânea e FERNANDES, Edésio. Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006
- BERQUE, Augustin. Histoire de l’habitat ideal. De l’Orient vers l’Occident. Paris: Éditions du Félin, 2010.
- BERQUE, Augustin; CONAN, Michel; DONADIEU, Pierre; LASSUS, Bernard; ROGER, Alain. Cinq Propositions pour une Théorie du Paysage. Seyssel: Editions Champ Vallon, 1994.
- BESSE, Jean-Marc. Ver a terra: ensaios sobre a paisagem. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BÓGUS, Lúcia Maria Machado e PASTERNAK, Suzana (org.). Como anda São Paulo. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009.
- BURTON, Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. Apresentação e Notas de Mário Guimarães Ferri. Tradução de David Jardim Junior. São Paulo: Livraria Itatiaia Editora Ltda./Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- CARDOSO, Elizabeth Dezouart, pelo Grupo de Pesquisa em Habitação do Solo Urbano – PUR – UFRJ. História dos Bairros - memória urbana – TIJUCA. Rio de Janeiro – João Fortes Engenharia, Index Editora, 1984.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re)produção do Espaço Urbano. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1994.
- CASCINO, Fabio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio de. Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências: São Paulo (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.
- CENTRO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro: Governo do Estado da Guanabara/Secretaria de Economia/Departamento de Recursos Naturais, 1966.
- CLAVAL, Paul. Terra dos Homens: a geografia. Tradução Domitila Madureira –São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi. Direito da Cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- CULLER, Jonathan. As idéias de Barthes, tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- CUNHA, Sandra Baptista da Cunha e GUERRA, Antonio José Teixeira (organizadores). A Questão Ambiental: diferentes abordagens. 7ª. Edição – Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2012.
- CRULS, Gastão. Aparência do Rio de Janeiro. Edição do IV Centenário, Vol. 1; prefácio Gilberto Freire, 3ª. Edição, rev. e acresc. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1965.

- DALLARI, Adilson Abreu e SARNO, LIBÓRIODI, Daniela Campos. Direito urbanístico e ambiental. 2ª. edição revista. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.
- DAVIS, Mike. Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles. Tradução de Renato Aguiar e Marco Rocha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Tradução e notas Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro; Livraria Martins Fontes, Linoart Ltda, s.d.
- DUARTE, Cristiane Rose; SILVA, Osvaldo Luiz; BRASILEIRO, Alice. Favela, um bairro. Proposta Metodológica para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: Pro-Editores, 1996.
- ENGERMANN, C. Consumo de recursos florestais e produção de açúcar no período colonial: o caso do Engenho de Camorim (RJ). In: OLIVEIRA, R. R. (org.) As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- FARAH, Ivete. Poética das árvores urbanas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.
- FERNANDES, Neusa e COELHO, Olinio Gomes P.: História e Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- Ferry, Luc. A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- FUAD, Atala, Histórico. IN CENTRO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro: Governo do Estado da Guanabara/Secretaria de Economia/Departamento de Recursos Naturais, 1966.
- GARDINGO, Mariana de Faria; SILVEIRA, Maíra Leão; FIGUEIREDO, Fernanda ; HOELZ, Cristina . Qualidade da água da Bacia Hidrográfica do bairro da Gávea / RJ, NIMA-PUC, 2010.
- GASPAR, Cláudia Braga e BARATA, Carlos Eduardo. De engenho a jardim: memórias históricas do Jardim Botânico. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2008.
- GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre e SOARES, Beatriz Ribeiro. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, vol. 1, no. 1, Rio Claro, SP, Brasil, 2003.
- GONÇALVES, Ayrton Luiz (Org.). Barra da Tijuca, de rua em rua. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2005.
- GRUPO DE PESQUISA EM HABITAÇÃO DO SOLO – PUR – UFRJ. História dos bairros: Tijuca. Rio de Janeiro: Index Editora / João Fortes Engenharia, 1984.
- GUERRA, Antonio José Teixeira e COELHO, Maria Célia Nunes (org.). Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da Cunha (organizadores). Impactos ambientais urbanos no Brasil. 9ª. Edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

- HAMMES, Valéria Sucena. Construção da proposta pedagógica. Coleção Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, vol. 01 – EMBRAPA. São Paulo: Globo, 2004.
- Hammes, Valéria Sucena. Sociedade e Natureza, IN Julgar-Percepção do impacto ambiental, Coleção Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, vol. 04 – EMBRAPA. São Paulo: Globo, 2004.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança Cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 22ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- HARVEY, David. O Enigma do capital e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peshanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- HARVEY, David. Social justice and the city. Revised Edition. Georgia: The University of Georgia Press, Athens & London: 2009.
- HARVEY, David. Espaços de esperança. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012
- HEGEL, George Wilhem Friedrich. Curso de estética: o belo na arte. São Paulo: MartinsFontes, 2009.
- HOUGH, Michael. Naturaleza y ciudad: planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.
- HUMBERT, Georges Louis Hage. Direito urbanístico e função socioambiental da propriedade imóvel urbana. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- KOWARICK, Lúcio, coordenador / Clara Ant.. (et al).. As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. 2ª edição rev. e atual. - Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.
- KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil – São Paulo: Editora 34, 2009.
- KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo. São Paulo: Novos percursos e atores, sociedade, cultura e política. São Paulo: Editora 34: Centro de Estudos da Metrópole, 2011.
- LADEIRA, Maria Inês. Espaço Geográfico Guarani – Mbya: significado, constituição e uso. Maringá, PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e o Brejo. Serviço Gráfico do IBGE, 1945.
- LANGER, S. Feeling and Form: A Theory of Art. New York, 1953.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. 4e.Édition, Paris: Anthopos, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. Espace et politique. 2e.Édition, Paris: Anthopos, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. Le droit à la ville. 3e. édition Paris: Anthopos Ed Economica, 2009.
- Lefebvre, Henri. O Direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas.

- LITTLE, Paul E. Org. Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.
- MACHADO, José de Paula. Parque Nacional da Tijuca. Rio de Janeiro: Agir, 1992.
- MACHADO, Irene. Escola de Semiótica, A experiência de tártu-moscou para o estudo da cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- MANGUEL, Alberto. Lendo imagens: uma história de amor e ódio. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- MARREY, Luiz Antônio Guimarães, Procurador Geral de Justiça: Ministério Público do Estado de São Paulo; BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos e, Procurador de Justiça – Coordenador; SÍCOLI, José Carlos Meloni, Promotor de Justiça; SALVINI, Paulo Roberto, Promotor de Justiça: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente. Manual Prático da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente: São Paulo Edusp, Editora Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial, 1997.
- MARX, Roberto Burle e TABACOW, José. Rio natureza: guia para uma história urbana, Fundação Rio, Rio de Janeiro: composição e impressão Imprinta.
- MASCARENHAS, Armando Salgado. Apresentação. In: CENTRO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro: Governo do Estado da Guanabara/Secretaria de Economia/Departamento de Recursos Naturais, 1966.
- MATHEWS, Eric. Compreender Merleau-Ponty; tradução Marcus Penchel. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.
- MAYA, Raymundo Ottoni de Castro. A Floresta da Tijuca. Com fotografias de Humberto e José Moraes Franceschi. (Prefácio de Henrique Dodsworth). Rio de Janeiro - Edições Bloch, 1967.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. III Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do NAU/UFES, Estudos e Pesquisas em Psicologia, v.7, n.2, Rio de Janeiro, 2007.
- MENEZES, Pedro da Cunha e: O Rio de Janeiro na rota dos mares do sul. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2007.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MENDOZA, Josefina Gomes, JIMÉNEZ, Julio Muñoz y CANTERO, Nicolás Ortega. El pensamiento geográfico. 2ª. edición corregida y aumentada, Madrid: Alianza Editorial, S. A., , 2002
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 21ª. ed., São Paulo: Annablume, 2007.
- MORAES, Maria Cândida. Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. 2ª.edição Petrópolis, RJ; Editora Vozes, 2008.
- MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia; ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 1ª. Edição, São Paulo: Contexto, 2008.
- MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação. v 2: São Paulo: Contexto, 2009.

- MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras. v 3: São Paulo: Contexto, 2010.
- MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica. 2ª. Edição. São Paulo: Contexto, 2012.
- MORRIS, William. Notícias de lugar nenhum ou uma época de tranquilidade: tradução Paulo Cézár Castanheira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- NATUREZA, Centro de Conservação da Floresta da Tijuca. Departamento de Recursos Naturais do Estado da Guanabara, Diretor Dr. Francisco Carlos Iglésias de Lima - Rio de Janeiro, 1966.
- NAZARIO, Luiz (org). A cidade imaginária. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- NÖTH, Winfried. A semiótica no século XX – São Paulo: Ed. Annablume, 1996.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de e CEZAR, Paulo Bastos. A Floresta da Tijuca e a Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Mata Atlântica, Paleoterritórios e História Ambiental. Ambiente e Sociedade, vol. X, nº 2, julho-dezembro de 2007, páginas 11-23.
- ORTIZ, Renato. Um outro território: Ensaio sobre a Mundialização. Olho d'água: agosto, 2003.
- PAULET. Jean-Pierre. Manuel de Géographie Urbaine. Colléction U Géographie. 3ªÉdition. Paris: Armand Colin, 2009/2010.
- PIGNATARI, Décio. Semiótica & Literatura: icônico e verbal, Oriente e Ocidente. 2ª edição rev. e ampl.. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- PRADO, Regis Luiz. Crimes contra o ambiente: anotações à Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: doutrina, jurisprudência, legislação. 2ª. ed. revista, atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.
- PEIRCE, Sanders Charles. Semiótica. Tradução José Teixeira Coelho Netto: São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- PIVELLI, V.R. Diagnóstico de Pesquisa em Ecologia de Paisagens no Brasil, 2005.
- POLITZER, Georges; BESSE, Guy e CAVEING, Maurice. Princípios fundamentais de filosofia. Coleção de estudos sociais e filosóficos. São Paulo: Editora Fulgor, 1962.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros Rurais Paulistas. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 1973.
- READ, Herbert. A Educação pela Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RIBEIRO, Wagner Costa (Org). Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009.
- RIZEK, Cibele Saliba. Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v18 (51), 2003.
- ROSENAU, Helen. A cidade ideal: evolução arquitectónica na europa. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

- RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Martins; Ed da Universidade de São Paulo, 1972.
- RUSSELL, Bertrand. História da filosofia ocidental. 1º. Tomo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- RUSSELL, Bertrand. O elogio ao ócio (tradução Pedro Jorgensen Júnior). 2ª. ed., Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- RYKWERT, Joseph. A Idéia de Cidade. a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo (tradução Margarida Goldszajn e AnatFalbel). São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de São Paulo e resumos das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguay. Tradução, prefácio e notas de Rubens Borba de Moraes: São Paulo, Livraria Martins Editora, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.
- SANTAELLA, Lucia. O que é semiótica. 3ª.edição: São Paulo - Editora Brasiliense, 1985.
- Santaella, Lucia & Nöth, Winfried. Imagem: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras Ltda., 1999.
- Santaella, Lucia. A Teoria Geral dos Signos. São Paulo: Pioneira, 2000.
- Santaella, Lucia. Semiótica aplicada. São Paulo: Cengage, 2000.
- SANTAELLA, Lucia. O método anticartesiano de C.S.Pierce. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós- moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- Santos, Douglas. A Reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: UNESP, 2002.
- SANTOS, Milton. A metamorfose do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Paulo Ferreira. Formação de cidades no Brasil Colonial. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Iphan, 2008
- SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória (tradução Hildegard Feist). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SECCHI, Bernardo. A Cidade do século vinte (tradução e notas Marisa Barda). São Paulo: Perspectiva, 2009.
- SEGAWA, Hugo. Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.
- SERPA, Ângelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. São Paulo: GEOUSP, Espaço e Tempo, 2004.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação: sujeito e história. São Paulo: Editora Olho d`Água, 2001.

- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21ª. edição, rev. e ampl. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- SIQUEIRA, Josafá Carlos de. A Flora do campus PUC – Rio. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo: Manual de Direito Ambiental. 6ª.edição ver. atual. e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.
- SOJA, Edward W. Postmetropolis: critical studies of cities and regions. Oxford/Malden: J.Wiley/BlackwellPublishers, 2000.
- SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. 2ª. ed., Tradução Vera Ribeiro; revisão técnica Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, Demétrius Coelho. O Meio Ambiente das Cidades: São Paulo - Editora Atlas, 2010.
- TANGARI, Vera Regina. Espaços livres públicos como espaços museográficos. A arquitetura dos espaços musicológicos do ponto de vista expográfico, 2005.
- TOBLER, W. Geographic area and map projection. Geographical Review, no. 53, 1963, pp. 59-78.
- VARELA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. Maré: vida na Favela. Fotografias de Pedro Seiblit. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- VAZ, Lilian Fessler; ANDRADE, Luciana da Silva; GUERRA, Max Welch (orgs.). Os espaços públicos nas políticas urbanas: estudos sobre o Rio de Janeiro e Berlim. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v 1 e 2. 3ª. edição. Brasília: DF; Editora Universidade de Brasília, 1994.
- WILHEIM, Jorge. Cidades: o substantivo e o adjetivo. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- WYLIE, John. Landscape. USA and Canada, first published by Routledge an imprint of the Taylor & Francis, 2007.
- WORSTER, D. Para uma história ambiental. Estudos históricos, vol.4, n.8, 1991, pp. 198-215.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). Um século de Favela. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- ZUCCONI, Guido. A Cidade do Século XIX (tradução e notas Marisa Barda). – São Paulo: Perspectiva, 2009.

### **WEB: REVISTAS; PDF; OUTROS**

Bezerra, Tatiana Marcela de Oliveira e Feliciano, Ana Lícia Patriota e Alves, Ângelo Giuseppe Chaves. Percepção ambiental de alunos e professores do entorno da Estação Ecológica de Caetés – Região Metropolitana do Recife-PE. Universidade Rural de Pernambuco, Biotemas, 21 (1): 147-160, março de 2008, ISSN 0103 – 1643  
<http://www.biotemas.ufsc.br/volumes/pdf/volume211/p147a160.pdf>

BITETI, Mariane de Oliveira.

[http://www.bddd.ndc.uff.br/tde\\_arquivos/26/TDE-2009-04-29T130635Z-1930/Publico/2005%20M%20Mariane%20de%20Oliveira%20Biteti.pdf](http://www.bddd.ndc.uff.br/tde_arquivos/26/TDE-2009-04-29T130635Z-1930/Publico/2005%20M%20Mariane%20de%20Oliveira%20Biteti.pdf)

BRAGA, Rhalf Magalhães.

[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp22/Artigo\\_Rhalf.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp22/Artigo_Rhalf.pdf)

BRITO, Maria CcíliaWey de. Apontamentos sobre a biologia da conservação. [http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/Biologia%20Conservacao\\_MCeilia.pdf](http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/Biologia%20Conservacao_MCeilia.pdf)

CATALÃO, Igor. Crítica bibliográfica de Edward W. Soja Postmetropolis: criticalstudiesofcitiesandregions.

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/575/606>

CEZAR, Paulo Bastos. Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes. (Coleção “Estudos Cariocas”, nº 20020201). Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2002.

[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2403\\_Evolução%20da%20população%20de%20favelas%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2403_Evolução%20da%20população%20de%20favelas%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf)

COHEN, Marcos. Avaliação do Uso de Estratégias Colaborativas na Gestão de Unidades de Conservação do Tipo Parque na Cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2007. [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212244\\_07\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212244_07_pretextual.pdf)

COSTA, Simone S. T. Introdução à Economia do Meio Ambiente. Revistas Eletrônicas da PUC do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. [ <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/276/225> ]

DINIZ Filho, Luis Lopes. Os equívocos da Noção de “Regiões”: crítica ao conceito de transferência geográfica de valor de Edward Soja. <http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/152/132>

Gomes, Marcos Antônio Silvestre e Soares, Beatriz Ribeiro. A VEGETAÇÃO NOS CENTROS URBANOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESPAÇOS VERDES EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS. Universidade Federal de Uberlândia, Revista de Estudos Geográficos, Rio Claro, 1(1): 19-29, Junho, 2003 (ISSN 1678—698X) [www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm)

GONÇALVES, Adelaide. As comunidades utópicas e os primórdios do socialismo no Brasil. Universidade Federal do Ceará, no. 2, revistaE-topia, 2004. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10561.pdf>.

HARVEY, David (sobre). <http://davidharveyemportugues.blogspot.com.br/>

<http://newleftreview.es/search/hybrid?query=harvey%2C+david>

HOGAN, Daniel Joseph. Indicadores Sócio-demográficos de Sustentabilidade. [http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao\\_urbanas/02\\_pronex\\_15\\_Indicadores\\_SocioDemograficos.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao_urbanas/02_pronex_15_Indicadores_SocioDemograficos.pdf)

INSTITUTO IGUAÇU. Parque Natural Municipal da Cidade. <[HTTP://www.institutoiguacu.com.br/](http://www.institutoiguacu.com.br/)>

ISARD, W. Location and Space Economy. New York, 1956. [http://archive.org/stream/locationspaceeco00isar/locationspaceeco00isar\\_djvu.txt](http://archive.org/stream/locationspaceeco00isar/locationspaceeco00isar_djvu.txt)  
[http://www.cerum.umu.se/digitalAssets/57/57525\\_isard-obituary.pdf](http://www.cerum.umu.se/digitalAssets/57/57525_isard-obituary.pdf)

ISNARD, H. "L'Espace géographique", Annales de Géographie, n.462. [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo\\_0003-4010\\_1975\\_num\\_84\\_462\\_19700](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1975_num_84_462_19700)

METZGER, Jean Paul. O que é ecologia de paisagens? Biota Neotropica Vol I <http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/fullpaper?bn00701122001+pt>

NOGUEIRA-NETO, Paulo. A erradicação da Miséria: um Problema Ambiental Central. Revista do Instituto de Estudos Avançados, 6(15), 1992. (<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a08.pdf>)

PEGOLO, L.C.N.C e DEMATTÊ, M.E.S.P. Estudo sobre as principais praças de Jaboticabal e Taquaritinga. Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Rio Claro, 2002. HolosEnvironment, (CD\_ROM) v.2, n.1. – p.106 – p.123.

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/holos/article/view/1606/1368>.

SARTI, Antônio Carlos. Reflexões conceituais para a definição de um parque urbano para Rio Claro. Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Rio Claro, 2002. HolosEnvironment, (CD\_ROM) v.2, n.1, p.138-155.

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/holos/article/view/1261/1085>.

Silva, Elionalva Sousa. Coordenadora do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Legado Social dos XV Jogos Pan – Americanos Rio 2007: Diagnóstico Social e Esportivo de 53 Favelas Cariocas.

<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/04e3877d1c06cddaf96d26d9d7b67ebf.pdf>

SOUZA, G.O.C. Construção de um indicador socioambiental: o exemplo do município de São Paulo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 61-79, jan./mar. 2006. <http://www.seade.gov.br>; <http://www.scielo.br>

VARGAS, G. M. Território e Natureza. II Encontro da Associação nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2004. [<http://login.passport.net/ui/login.srf?lc=1046&id=2>

<http://recantodasacacias.wordpress.com/2011/07/17/a-historia-da-gavea/> Acesso em 12-07-2012

[http://robertoargento.blogspot.com.br/2009/05/historia-dos-bairros-do-rio-de-janeiro\\_14.html](http://robertoargento.blogspot.com.br/2009/05/historia-dos-bairros-do-rio-de-janeiro_14.html) Acesso em 2/7/12

## ANEXOS

DECRETO Nº 22.662, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2003. *Dispõe sobre a renomeação e a gestão dos parques públicos municipais, considerados como Unidades de Conservação, segundo a Lei nº 9.985, de 18/07/00 e Decreto nº 4.340, de 22/08/02 e dá outras providências.*

RESOLUÇÃO SMAC Nº 307, DE 15 DE ABRIL DE 2003. *Determina a forma de Gestão dos Parques Naturais Municipais - Unidades de Conservação e de Gestão de Áreas Verdes, Praças e Parques e divulga Manual de Gestão Ambiental para as Unidades de Conservação.*

DECRETO Nº 29538, DE 3 DE JULHO DE 2008. *Reconhece o Parque da Cidade como Unidade de Conservação da Natureza do Município, estabelece sua denominação, delimitação e dá outras providências.*

DECRETO Nº 30.031, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2008. *Dispõe sobre a criação dos Conselhos das Unidades de Conservação do Município do Rio de Janeiro, define sua composição, as diretrizes para seu funcionamento e dá outras providências.*

DECRETO Nº 30.181, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2008. *Institui a regulamentação para o acesso, visitação e atividades nas Unidades de Conservação de Proteção Integral sob tutela da SMAC.*

AUTORIZAÇÃO da Gerência de Unidade de Conservação da Secretaria Municipal de Áreas de Conservação para realização de Pesquisa no Parque natural Municipal da Cidade.

REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA de Manuscrito original depositado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – “Morros da Cidade do Rio-de-Janeiro. Bosque Fluminense. Projecto de Koch & C. de aproveitamento de morros da cidade para passeios e ajardinamentos, construção de estradas de rodagem, pontes rusticas, kiosques, cascatas, etc.” Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, Archivo Municipal, 1892.

REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA de Manuscrito original depositado na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro - Relatório dos Trabalhos Executados na Floresta Nacional da Tijuca de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro, 1891, de Manoel Gomes Archer.

APRESENTAÇÃO da proposta de gestão da Associação de Moradores da Vila Parque da Cidade



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**DECRETO Nº 22.662, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2003**

*Dispõe sobre a renomeação e a gestão dos parques públicos municipais, considerados como Unidades de Conservação, segundo a Lei nº 9.985, de 18/07/00 e Decreto nº 4.340, de 22/08/02 e dá outras providências.*

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei n.º 9.985, de 18/07/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 4.340, de 22/08/02 que regulamenta artigos da Lei do SNUC, em seu art. 3.º, estabelece que a denominação de cada Unidade de Conservação deverá basear-se, preferencialmente, na sua característica natural mais significativa, ou na sua denominação mais antiga, dando-se prioridade, nesse último caso, às designações indígenas ancestrais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n.º 016/92 - Plano Diretor, art. 128, inciso II, onde fica determinado que o programa de controle e recuperação das Unidades de Conservação compreenderá a edição de normas específicas para controle de usos e atividades nas mesmas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2.º, inciso XII, da Lei 2.138 de 11/05/94, criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, que determina que no exercício de sua competência, caberá a mesma propor a criação das Unidades de Conservação instituídas pelo Município e implementar sua regulamentação e gerenciamento;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5.º da Lei 2.707 de 11/12/98 e no art. 2.º (Anexo II) do decreto "N" 17.312 de 25/01/99, onde fica determinada competência à Gerência de Gestão das Unidades de Conservação - GUC da SMAC para elaborar programas e projetos relativos à implantação, recuperação e manutenção das Unidades de Conservação de acordo com as necessidades identificadas pelos Escritórios Técnicos Regionais, bem como articular com estes o desenvolvimento de programas de co-gestão para as Unidades de Conservação;

CONSIDERANDO a necessidade da SMAC, através da Gerência de Gestão das Unidades de Conservação - GUC de implementar os planos de manejo e/ou regulamentos de usos em Áreas Naturais Protegidas da Cidade;

CONSIDERANDO, por fim, o Grupo de Trabalho estabelecido na Resolução SMAC n.º 286 de 21 de novembro de 2002 que concluiu o relatório "Plano Geral de Gestão dos Parques Naturais Municipais, Áreas Verdes, Praças e Parques Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro".

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam renomeados e discriminados, no Anexo Único, os parques municipais, que de acordo com a Lei n.º 9.985, de 18/07/00, art.11, § 4.º passam a ser intitulados Parques Naturais Municipais, devido as suas características paisagísticas e culturais relevantes na Cidade e que cumprem o objetivo básico de preservação de ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Art. 2º Os parques naturais municipais descritos no Anexo Único, terão sua gestão coordenada pela SMAC, através da Gerência de Gestão das Unidades de Conservação - GUC. Parágrafo único. Os parques, anteriormente citados, cujas gestões encontram-se sob a coordenação da Fundação Parques e Jardins - FPJ e Fundação RIOZOO, passarão as ser coordenados pela SMAC, a medida que existam recursos para a mesma, atendendo às prioridades, com relação às maiores carências infra-estruturais e quanto à recuperação ambiental.

Art. 3º Entende-se por gestão a conservação, a recuperação, o manejo, a direção e o controle do uso dos recursos naturais e da infra-estrutura de funcionamento das Unidades de Conservação.

Art. 4º Os parques municipais e demais áreas verdes da cidade não citados neste Decreto terão sua gestão coordenada por seu órgão de tutela, cabendo a este desenvolver estudos para a elaboração de regulamentos de uso e/ou planos de gestão destas áreas.

Art. 5º Qualquer denominação ou alteração de denominação de Unidades de Conservação Municipais deverá ser precedida de parecer favorável da SMAC, por possuir esta, a tutela das mesmas.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 2003 - 438.º de Fundação da Cidade.

CESAR MAIA

**ANEXO**

Parques Naturais Municipais sob gestão da SMAC

<i>Nome anterior à Lei do SNUC</i>	<i>Denominação atual</i>
Bosque da Freguesia	Parque Natural Municipal da Freguesia
Parque Arruda Câmara (Bosque da Barra)	Parque Natural Municipal Bosque da Barra
Parque da Cidade (Parque da Gávea)	Parque Natural Municipal da Cidade
Parque Darke de Mattos	Parque Natural Municipal Darke de Mattos
Parque Marcos Tamoyo (Parque da Catacumba)	Parque Natural Municipal da Catacumba
Parque Municipal Fonte da Saudade	Parque Natural Municipal Fonte da Saudade
Parque Municipal José Guilherme Merquior	Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior
Parque Municipal Ecológico da Prainha	Parque Natural Municipal da Prainha
Parque Municipal Ecológico de Marapendi	Parque Natural Municipal de Marapendi
Parque Municipal Fazenda do Viegas (EXCLUÍDO <sup>1</sup> )	Parque Natural Municipal Fazenda do Viegas (EXCLUÍDO <sup>1</sup> )
Parque Professor Melo Barreto	Parque Natural Municipal Professor Melo Barreto
Parque Natural Municipal Sergio Bernardes	Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sergio Bernardes
<i>Parques naturais municipais já renomeados</i>	<i>Denominação atual</i>
Parque Natural Municipal da Serra da Capoeira Grande	Mantenha-se o nome
Parque Natural Municipal de Grumari	Mantenha-se o nome
Parque Natural Municipal do Mendanha	Mantenha-se o nome
Parque Natural Municipal Chico Mendes	Mantenha-se o nome

D.O.RIO de 20.02.2003, republicado em 07.04.2003.

<sup>1</sup> O Parque Natural Municipal Fazenda do Viegas foi reclassificado como Parque Urbano Fazenda do Viegas e excluído do Anexo por força da LEI N.º 4.552 DE 17 DE JULHO DE 2007.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

### RESOLUÇÃO SMAC Nº 307, DE 15 DE ABRIL DE 2003

*Determina a forma de Gestão dos Parques Naturais Municipais - Unidades de Conservação e de Gestão de Áreas Verdes, Praças e Parques e divulga Manual de Gestão Ambiental para as Unidades de Conservação.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO o relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho criado pela Resolução SMAC n.º 286, 21 de novembro de 2002;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 22.662, de 19 de fevereiro de 2003 que dispõe sobre a renomeação e a gestão dos parques públicos municipais, considerados como unidades de conservação, segundo a lei n.º 9.985, de 18/07/00 e o Decreto n.º 4.320, de 22/08/02;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a forma de Gestão dos Parques Naturais Municipais - Unidades de Conservação a ser executada sob a coordenação da SMAC, que exercerá sua fiscalização através da Gerência de Unidade de Conservação - MA/CRA/GUC e de Gestão de Áreas Verdes, Praças e Parques a ser executada sob a coordenação e fiscalização da Fundação Parques e Jardins.

Parágrafo único - Entende-se por coordenação da gestão, o seu planejamento, a elaboração dos projetos e sua fiscalização.

Art. 2º Os projetos e termos de referência para a contratação de serviços relativos à gestão dos Parques Naturais Municipais - Unidades de Conservação, de que trata o artigo anterior, deverão contemplar, no mínimo, as seguintes diretrizes contidas nos programas e sub-programas abaixo e que encontram-se detalhadas no Manual de Gestão Ambiental em Anexo:

I - Programa de Conservação e Recuperação dos Recursos Naturais:

- Sub-programa de manutenção, conservação e recuperação da vegetação;
- Sub-programa de manejo e reforço de espécies da fauna autóctones;
- Sub-programa de tratamento fitossanitário e controle de vetores;
- Sub-programa de combate à erosão e recuperação do solo;
- Sub-programa de recomposição paisagística do ambiente natural;
- Sub-programa controle de espécies botânicas e zoológicas nativas e exóticas;
- Sub-programa de acompanhamento da dinâmica hidrológica e climática;
- Sub-programa de corredores de habitats;
- Sub-programa de prevenção e combate a incêndios.

II - Programa de Uso Público

- Sub-programa de fomento ao voluntariado
- Sub-programa de implantação, conservação e manutenção de trilhas ecológicas;
- Sub-programa de sinalização interpretativa e educativa;
- Sub-programa de fomento à pesquisa;
- Sub-programa de divulgação e promoção;
- Sub-programa de estruturação, manutenção de apoio e orientação ao visitante;
- Sub-programa de controle da visitação;
- Sub-programa de capacitação das equipes técnicas;
- Sub-programa de educação ambiental.

III - Programa de Infra-Estrutura e Equipamentos

- Sub-programa de aparelhamento e instalações;
- Sub-programa de manutenção e conservação do espaço público.

IV - Programa de Segurança

Art. 3º Os projetos e termos de referência para a contratação de serviços relativos à gestão de Áreas Verdes, Praças e Parques deverão observar, no mínimo, as seguintes diretrizes contidas nos programas e sub-programas abaixo:

I - Programa de Manutenção e Instalação de Equipamentos

II - Programa de Conservação da Arborização e Canteiros

III - Programa de Uso Público

- Sub-programa de regulamentação de uso;



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

- Sub-programa de educação ambiental;
- Sub-programa de fomento ao voluntariado;
- Sub-programa de sinalização interpretativa e educativa;
- Sub-programa de fomento à pesquisa;
- Sub-programa de divulgação e promoção;
- Sub-programa de estruturação e manutenção de apoio ao visitante;
- Sub-programa de controle da visitação;
- Sub-programa de capacitação das equipes técnicas.

IV - Programa de Conservação do Espaço Público

V - Programa de Segurança

Art. 4º O Programa de Segurança para os Parques Naturais Municipais, bem como para as Áreas Verdes, Praças e Parques deverá ser elaborado com o apoio da Coordenadoria Militar do Gabinete do Prefeito, conforme determina o Decreto n.º 19.393, de 1º de janeiro de 2001, que dispõe sobre a contratação de serviços de vigilância e segurança pela Administração Municipal.

Art. 5º O sub-programa de educação ambiental para Parques Naturais Municipais, bem como para as Áreas Verdes, Praças e Parques deverá incluir levantamento histórico, geográfico, ambiental e social das áreas; identificação do seu potencial ambiental (restinga, manguezal, mata atlântica, fauna, flora etc); levantamento, identificação e contatos com escolas, instituições e comunidades locais para divulgação do trabalho e estabelecimento de possíveis parcerias; programação, divulgação e realização mensal de atividades de Educação Ambiental; agendamento de visitas com a logística necessária; criação/produção de materiais educativos (cartilhas, folders, painéis, faixas, etc) e avaliação das atividades desenvolvidas.

Art. 6º A SMAC, a partir da avaliação de seus técnicos, poderá definir outras diretrizes para atender especificidades de determinada Unidade de Conservação, assim como a Fundação Parque e Jardins, da mesma forma, para as Áreas Verdes, Praças e Parques.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2003 - 438º ano de fundação da Cidade

**MANUAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARA PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS UNIDADES DE  
CONSERVAÇÃO  
ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 307 DE 15 DE ABRIL DE 2003.**

**I - INTRODUÇÃO:**

A evolução urbana das cidades aconteceu e acontece até hoje através da divisão de grandes propriedades em parcelas menores que por sua vez, são mais uma vez subdivididas. Tal processo, às vezes incentivado por políticas públicas de implantação de infra-estrutura ou transportes por exemplo, também conta com o impulso gerado pela taxaço da propriedade que induz, ou ao seu aproveitamento econômico, ou ao seu desmembramento e parcelamento. Para a regularização desses processos de divisão de terras, a legislação federal determina critérios de parcelamento e obriga - na maioria dos casos - a que o parcelador ou proprietário doe à municipalidade, as áreas destinadas às vias públicas e ainda, lotes destinados a equipamentos públicos e lazer, dentre eles, as praças.

Dessa forma, mais que um trabalho de planejamento geral das Cidades, as praças e canteiros ajardinados de vias, são - na maioria das vezes - resultados do próprio processo de crescimento urbano. Ainda assim, este mesmo crescimento urbano, ora regulado, ora ocorrendo de forma ilegal, avança muitas vezes sobre áreas das cidades onde ainda existem importantes remanescentes dos ecossistemas originais da região e, para salvaguardar tal patrimônio, necessário para garantir a perpetuação de espécies da flora e fauna e ainda, o bem-estar público, compete aos governos impor limites ao crescimento estabelecendo restrições à ocupação urbana, através da fiscalização e também pelo estabelecimento de Unidades de Conservação.

Em resumo, vemos que as áreas verdes das Cidades - de forma geral - surgem dentro de um processo de expansão urbana, ou como forma de controle deste processo.

Compete, portanto, às administrações municipais, a organização desses processos objetivando que a implantação e a conservação dessas áreas aconteça de modo continuado, impedindo os possíveis impactos de sua degradação.

**2- CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS COMO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:**

A Cidade do Rio de Janeiro é detentora de vastas áreas verdes consideradas praças, parques e Unidades de Conservação. Como exposto anteriormente, tais áreas foram sendo formadas durante o processo de expansão da Cidade e, a partir de 1992, com a edição da Lei Complementar n.º 16 (Plano Diretor), ficou estabelecida a classificação e a metodologia de criação das Unidades de Conservação.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

A partir daí, todas as áreas criadas com o objetivo de proteção ao meio ambiente ficaram claramente classificadas como Unidades de Conservação, porém, grandes áreas verdes previamente existentes na Cidade, muitas delas estabelecidas sem nenhum instrumento legal de criação, precisam ser classificadas como Unidades ou caracterizadas como praças ou “parques urbanos”.

Em 18 de Julho de 2000, com a edição da Lei Federal n.º 9.985 e, recentemente, com sua regulamentação através do Decreto Federal n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, a categorização das Unidades de Conservação ficou mais clara através do estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC – que incumbiu os diversos entes da federação - união, estados e municípios - a se adequarem ao novo sistema.

No caso específico dos Parques, o SNUC dispõe que eles devem ter “como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” Ficou ainda definido que, quando criados pelos Municípios, os Parques deverão receber a denominação de Parques Naturais Municipais. (Lei n.º 9.985/00 - Art. 11)

É com base nos dois instrumentos legais acima mencionados, que o Município do Rio de Janeiro através do Decreto n.º 22.662, de 19 de fevereiro de 2003, classifica as áreas conforme o quadro abaixo, ressaltando que, por não se enquadrarem na definição legal supracitada, grandes áreas verdes da Cidade e mesmo alguns parques históricos, como por exemplo a Quinta da Boa Vista e o Aterro do Flamengo, não são incluídos na classificação de Unidades de Conservação da Cidade do Rio de Janeiro.

Parques Naturais Municipais

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A. Denominação atual	B. Endereço
Parque Natural Municipal da Freguesia	Av. Tenente Coronel Muniz Aragão - Freguesia
Parque Natural Municipal Bosque da Barra	Av. das Américas, Km 6 - Barra da Tijuca
Parque Natural Municipal da Cidade	Estrada Santa Marinha, 505 - Gávea
Parque Natural Municipal Darke de Mattos	Praia José Bonifácio (final) - Ilha dePaquetá
Parque Natural Municipal da Catacumba	Av. Epiácio Pessoa, 3.000 - Lagoa
Parque Natural Municipal Fonte da Saudade	Rua Sacopã e Rua Vitória Régia, s/ n.º - Lagoa
Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior	Rua Sacopã e Rua Vitória Régia, s/ n.º - Lagoa
Parque Natural Municipal da Prainha	Av. Estado da Guanabara, s/ n.º - Prainha
Parque Natural Municipal de Marapendi	Av. Alfredo Balthazar da Silveira, 635 - Recreio dos Bandeirantes
Parque Natural Municipal Fazenda doViegas	Rua Marmiari, 221 - Senador Camará
Parque Natural Municipal Professor Melo Barreto	Via Parque, s/ n.º - Barra da Tijuca
Parque Natural Municipal do Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes	Rua Aperana (final) - Leblon
Denominação Mantida	
Parque Natural Municipal da Serra da Capoeira Grande	Rua Sapucaí Mirim, s/ n.º - Guaratiba
Parque Natural Municipal de Grumari	Av. Estado da Guanabara, s/ n.º - Grumari
Parque Natural Municipal do Mendanha	Estrada da Caixinha (final) - Bangu
Parque Natural Municipal Chico Mendes	Av. Jarbas de Carvalho, 679 - Recreio dos Bandeirantes

3 - JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem por finalidade planejar, promover, coordenar, fiscalizar, licenciar, executar e fazer executar a política municipal de meio ambiente, em coordenação com os demais órgãos do Município, sendo que à Gerência de Gestão de Unidades de Conservação compete, especificamente, a coordenação da gestão dessas Unidades. Para planejar as ações relativas à gestão das áreas verdes, praças, parques e Unidades de Conservação da cidade do Rio de Janeiro foi criado o Grupo de Trabalho através da Resolução SMAC n.º 286, de 21 de novembro de 2002, que classificou os serviços necessários à gestão dessas áreas em forma de subprogramas, dentro dos programas de conservação e recuperação de recursos naturais; uso público; infra-estrutura e equipamentos; manutenção e instalação de equipamentos; conservação da arborização e canteiros; conservação do espaço público e segurança. Assim sendo, o presente Manual de Gestão Ambiental agrupa e detalha as diretrizes mínimas dos programas e subprogramas relativos aos serviços envolvidos na gestão dos Parques Naturais Municipais - Unidades de Conservação a serem executados, licitados e/ou contratados a partir desta data.

4 - DESCRITIVO DAS DIRETRIZES DE GESTÃO PARA TODOS OS PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS:  
PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS:



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

- Sub-programa de manutenção, conservação e recuperação da vegetação;
- Sub-programa de manejo e reforço de espécies da fauna autóctones;
- Sub-programa de tratamento fitossanitário e controle de vetores;
- Sub-programa de combate à erosão e recuperação do solo;
- Sub-programa de recomposição paisagística do ambiente natural;
- Sub-programa controle de espécies botânicas e zoológicas nativas e exóticas;
- Sub-programa de acompanhamento da dinâmica hidrológica e climática;
- Sub-programa de corredores de habitats;
- Sub-programa de prevenção e combate a incêndios;

1.1 - Serviços de manutenção, conservação e recuperação da vegetação / Combate à erosão e recuperação do solo / Recomposição paisagística do ambiente natural:

1- A monda (remoção de espécies invasoras), incluindo o sistema radicular, em áreas ajardinadas será realizada sempre antes do corte e com recolhimento dos resíduos (destinados à compostagem).

2- O corte mecanizado ou com ferramentas manuais, de herbáceas ou das espécies que compõem os canteiros, inclui a varredura e recolhimento dos resíduos.

Durante este serviço, serão utilizadas telas com malha de no máximo 1cm<sup>2</sup>, com 1m de altura, apoiadas em montantes móveis ou outro elemento, para a proteção do transeunte.

3- O Fornecimento e plantio de mudas de herbáceas, arbustos e arbóreas, para recuperação de áreas ajardinadas, será realizado conforme as perdas de cada local, que ocorrerão ao longo do ano, em conformidade com os critérios exigidos e aceitos pela técnica agrônômica e manejo de Unidades de Conservação, realizando-se, anteriormente ao plantio, o revolvimento do solo, calagem e adubação da área.

Todos os serviços deverão ser previamente aprovados pela Fiscalização do Parque.

4- A preparação do solo para plantio será realizada da seguinte forma:

- Inicialmente deverá ser efetuada uma limpeza geral de toda área, arrancando-se as ervas daninhas e a vegetação invasora pela raiz.

- Eliminadas as ervas daninhas o terreno precisará ser totalmente revirado atingindo-se uma profundidade média de 0,20m. Poderá ser utilizada enxada rotativa somente nos casos em que a declividade assim o permitir, guardando-se os devidos cuidados para não produzir focos erosivos e sempre mediante autorização da Fiscalização do Parque.

- Depois deverá ser feita a quebra dos torrões, ao mesmo tempo em que se retiram as raízes e restos de entulhos, tais como plásticos, pedras, etc., efetuando-se, concomitantemente, o nivelamento do terreno.

5- O plantio das mudas herbáceas será realizado da seguinte forma:

- Após o preparo do solo, deverão ser colocadas passarelas de tábuas ou tiras de compensado, por onde transitarão os carrinhos transportando as mudas, para que não haja pisoteio, nem formação de trilhas sobre a terra já nivelada. Sobre estas passarelas é que deverão trabalhar os plantadores;

- O Plantio das mudas de forração deve ser iniciado no extremo final da área a ser ajardinada, com os plantadores caminhando de costas em direção ao ponto de início do jardim. Assim, possibilita-se um trabalho mais rápido, tanto pela facilidade de movimentos, quanto pelo campo visual da área plantada;

- As mudas de forração serão plantadas com espaçamento de 20cm, sem nenhuma sobreposição;

- Feito o plantio das mudas de herbáceas, cumpre aplicar uma rega abundante, tal como chuveiro fino, sobre toda a área, aplicando-se cerca de 10 l/m<sup>2</sup>.

6- Para o plantio de árvores será observado o seguinte:

- A altura de fuste das mudas poderá variar de 0,30 a 2,20 m, de acordo com a necessidade a ser determinada pela Fiscalização do Parque;

- As mudas deverão estar envasadas em latas ou sacos plásticos, em bom estado fitossanitário, bem como apresentar sistema radicular desenvolvido e equilibrado; raiz pivotante ou principal sem defeito, copa bem formada e boa estrutura lenhosa na região do colo; não serem estioladas; ter ramos laterais uniformemente distribuídos e folhas de coloração normal; estar isentas de doenças e pragas;

- As covas deverão ter as seguintes dimensões: 0,40 x 0,40 x 0,40m (comprimento, largura e profundidade). Essas dimensões poderão ser alteradas conforme necessidade a ser definida Fiscalização do Parque.

- O substrato para o plantio deverá ser composto por uma mistura da terra original, retirada da abertura da cova, acrescida de fertilizantes, na proporção definida mediante a análise prévia do solo, feita por laboratório oficial e datada de no máximo 12 meses anteriores a sua apresentação, e aprovada pela Fiscalização;

- As mudas a serem plantadas nas covas deverão ser desnavasadas e ficar com o colo (ou coleto) nivelado à superfície do solo;

- Após o plantio da muda, de sua fixação e da amarração de seu tutor, será exigido, a critério da Fiscalização do Parque, o plantio de espécies de forração no entorno da muda (gola), com uma densidade média de 25 mudas por m<sup>2</sup>;



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

- Deverão ser usadas para o tutoramento da muda, estacas de madeira ou bambu de no mínimo 0,025m de espessura, com engastamento no solo e altura livre adequados, proporcionais à altura da respectiva muda;
- A amarração da muda no tutor deverá ser feita com barbante de sisal ou tiras finas de borracha em três pontos distintos do tronco, em forma de "8" deitado e deverá ser mantida bem assentada nos primeiros 30 (trinta) dias;
- O responsável pelo plantio cuidará da muda até seu efetivo vingamento que, dependendo da espécie, poderá ser superior a 60 (sessenta) dias e nunca superior a 90 (noventa) dias, ficando responsável também pelo replantio e pelos tratamentos culturais e fitossanitários.

7- O Fornecimento de terra preta, tanto para plantios novos quanto para reforma de áreas ajardinadas, somente será aceito quando dentro do padrão de qualidade definido pela Fiscalização do Parque, sendo vedada a do tipo "turfa".

8 - A irrigação das herbáceas, incluindo as de forração, deverá ser realizada durante todo o ano, na frequência estipulada pela Fiscalização do Parque que não poderá ser inferior a 5l/m<sup>2</sup>/dia.

9 - A rega das árvores deverá ser feita diariamente, durante os primeiros 30 dias após o plantio das mudas e nunca será inferior a 10 litros/muda de árvore ou arbusto/dia.

10 - Nas áreas já plantadas a rega deverá ser feita de acordo com a necessidade identificada pelos técnicos responsáveis pelo serviço, em comum acordo com a Fiscalização do Parque.

11 - A manutenção e recomposição de áreas ajardinadas serão realizadas de acordo com o estabelecido na memória de cálculo, e com a definição da Fiscalização do Parque, considerando a catação manual de lixo em toda a área; corte de folhas e ramos secos; a retirada de parasitas e o recolhimento dos resíduos e replantios eventuais. Sempre que houver necessidade do controle de parasitas e pragas, o Responsável Técnico pelos serviços deverá submeter seu planejamento à prévia aprovação da Fiscalização do Parque.

12- O Fornecimento das mudas, para eventuais substituições, ocorrerá por conta do responsável pelo plantio, nas quantidades e espécies determinadas pela Fiscalização do Parque, conforme memória de cálculo.

13 - As nascentes e córregos, quando houver, deverão ser protegidos e sinalizados contra o uso indevido, através de cercamento físico, conforme determinação da Fiscalização do Parque.

1.2 - Serviços de manejo e reforço de espécies da fauna autóctones:

1 - Os animais silvestres apreendidos ou recuperados encaminhados para relocação e/ou reintrodução no Parque deverão ser acompanhados de laudo de exame clínico ou de triagem prévia emitido por médico veterinário devidamente habilitado.

2 - Colocação de tela galvanizada, revestida de PVC (malha 6cm), na parte frontal do Parque, conforme memória de cálculo, para conter invasões e fuga de animais para a estrada, conforme determinação da Fiscalização do Parque, incluindo substituição de mourões danificados.

3 - Os animais silvestres só poderão ser manejados após supervisão veterinária e aprovação da Fiscalização do Parque.

1.3 - Serviços de tratamento fitossanitário e controle de vetores / Controle de espécies botânicas e zoológicas nativas e exóticas:

1 - A retirada de galhos secos e parasitas deverá ser realizada, recolhendo-se o material resultante, conforme necessidade e determinação da Fiscalização do Parque.

2 - A utilização de produtos químicos no controle de ervas invasoras, pragas entomológicas e/ou possíveis doenças fitopatogênicas somente poderá ser feita com a expressa autorização da Fiscalização do Parque.

3 - O controle dos espécimes da fauna, considerados vetores ou pragas, deverá seguir as procedências e técnicas aconselhadas para cada grupo zoológico e dependerá de autorização expressa e específica da Fiscalização do Parque.

1.4 - Serviços de prevenção e combate a incêndios:

1 - Deverá ser feita a manutenção periódica de aceiros, bem como deverá estar sempre disponível no Parque, equipamentos para combate rápido aos incêndios florestais - com bombas costais e abafadores - de acordo com a memória de cálculo.

2 - A equipe técnica responsável pelos serviços, em caso de incêndio na Unidade de Conservação, fica incumbida de acionar o Grupamento do Corpo de Bombeiros local e todas as instituições necessárias para o controle do incêndio e suas consequências, bem como, de comunicar imediatamente à Fiscalização do Parque .

**PROGRAMA DE USO PÚBLICO:**

- Sub-programa de fomento ao voluntariado;
- Sub-programa de implantação, conservação e manutenção de trilhas ecológicas;
- Sub-programa de sinalização interpretativa e educativa;
- Sub-programa de fomento à pesquisa;
- Sub-programa de divulgação e promoção;
- Sub-programa de estruturação, manutenção de apoio e orientação ao visitante;
- Sub-programa de controle da visitação;
- Sub-programa de capacitação das equipes técnicas.
- Sub-programa de educação ambiental;

**II.1 - Serviços de implantação, conservação e manutenção de trilhas ecológicas:**

I - Implantação, conservação e manutenção das trilhas:



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

- A implantação e conservação das trilhas compreenderão o nivelamento do terreno (piso) longitudinalmente e/ou transversalmente ao traçado, contenção do solo nas laterais, recuperação e limpeza da drenagem, poda de galhos vivos sobre o traçado, corte de árvores e galhos mortos, bem como remoção dos resíduos, de acordo com a orientação da Fiscalização do Parque;
- A remoção de obstáculos sobre o traçado e o recobrimento de raízes expostas (erosão) provocados por deslizamentos ou queda de árvores, ocorrerá conforme necessidade e determinação da Fiscalização do Parque.
- Interdição e eliminação de atalhos existentes, formando depósito de galhos, folhas e outros materiais, de acordo com a orientação da Fiscalização do Parque;
- Construção, e conservação e manutenção periódica das pontes de madeira, guarda-corpos e outros meios de contenção;

**II.2 - Serviços de controle da visitação:**

- 1 - Para o bom funcionamento do Parque, o portão de entrada e a visitação pública deverão ser controlados de acordo com a determinação da Fiscalização do Parque.
- 2 - Os espaços públicos devem ser vigiados por pessoal treinado com o objetivo de orientar o uso, de forma a preservar o meio ambiente e o patrimônio público.
- 3 - Deverão ser mantidos dois vigias, 24h por dia no Parque, atendendo ao zelo dos equipamentos e utensílios do Parque, bem como dar apoio aos serviços de controle, necessários ao bom funcionamento da Unidade de Conservação, conforme determinação da Fiscalização do Parque.

**II.3 - Serviços de estruturação, manutenção de apoio e orientação ao visitante / Sinalização interpretativa e educativa:**

- 1 - Confeção e instalação de placas de orientação e educativas, bem como substituição daquelas que estejam danificadas, conforme determinação da Fiscalização do Parque;
- 2 - As placas de sinalização deverão ser mantidas, incluindo-se a limpeza e eventual substituição das placas danificadas, de acordo com o quantitativo determinado pela memória de cálculo.
- 3 - As placas a serem instaladas e/ou substituídas deverão seguir o padrão SISTRILHA e a programação destas, feitas segundo projeto da Gerência de Unidade de Conservação - GUC, divididas em totem informativo, placa direcional e placa educativa, conforme quantitativo determinado pela memória de cálculo.
- 4 - O material de divulgação e educativo referente ao Parque e a temas pertinentes, deverá ser organizadamente distribuído.
- 5 - Deverá ser providenciado o agendamento, orientação e condução dos visitantes por trilhas ecológicas, conforme programação determinada pela Fiscalização do Parque.

**II.4 - Serviços de divulgação e promoção**

- 1 - Condução de eventos técnicos e comemorativos no Parque, organizados pela equipe técnica da SMAC, respeitando-se suas normas e regulamentos.

**III - PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS:**

- Sub-programa de aparelhamento e instalações;
- Sub-programa de manutenção e conservação do espaço público

**III.1 - Serviços de aparelhamento e instalações**

- 1 - Deverão ser disponibilizados e providenciado o aparelhamento do parque com os equipamentos mínimos para execução dos serviços, constantes da listagem abaixo:
  - 01 (um) computador - 700 MHz com 1,0 GHz, HD 30 GB, 516Mb de memória, drive de CDR-ROM, placas de vídeo (32 bits), som (tipo Live), estabilizador e caixas acústicas;
  - 01 (um) monitor colorido 15" SVGA;
  - 01 (um) scanner (modelo 3.300);
  - 01 (uma) impressora colorida deskjet (modelo 930);
- 2 - Os equipamentos acima listados deverão estar sempre presentes no parque e em perfeitas condições de uso.
- 3 - Deverão estar disponíveis, também, sempre que necessário aos serviços do Parque:
  - 01 (um) veículo de serviço 1.0, quatro portas, tipo sedan;
  - 01 (um) caminhão tanque (pipa);
  - 01 (um) caminhão basculante (8m<sup>3</sup>);
  - 01 (uma) motosserra
- 4 - O veículo deverá estar identificado com o logotipo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do Parque Natural Municipal ao qual estiver servindo, a ser definido pela SMAC e ter no máximo 3 (três) anos de uso para veículo de serviço e 5 (cinco) para os demais;
- 5 - Os veículos deverão estar à disposição do parque diariamente (exceto quando liberado pela Fiscalização), devidamente abastecidos e com a manutenção em dia, podendo ser, no caso do veículo de serviço, utilizado para transporte da equipe técnica e para apoio de qualquer atividade pertinente aos serviços do Parque, inclusive reuniões.

**III.2 Serviços de manutenção e conservação do espaço público:**



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

1 - A capina da área ensaiada será realizada de acordo com o estabelecido na memória de cálculo e com a definição da Fiscalização. Os serviços deverão ser realizados de forma que a área capinada seja totalmente limpa, recolhendo-se os resíduos provenientes.

2 - Capina em beiral de área pavimentada, a cada dois meses, removendo-se os resíduos produzidos.

3 - A varredura em áreas de uso intensivo, pavimentado e ensaiadas será realizada conforme necessidade de cada local, na frequência determinada pela Fiscalização do Parque, incluindo o recolhimento dos resíduos.

4 - O aparo manual dos bordos das áreas com herbáceas e de uso intensivo, será realizado observando-se a medida máxima de espaçamento de 3cm até o meio-fio ou cordão de concreto, com recolhimento dos resíduos.

5 - A catação de papéis e demais resíduos (lixo) em todas as áreas ajardinadas, será realizada na frequência estabelecida na memória de cálculo, porém sujeita às alterações definidas pela Fiscalização.

6 - A limpeza de caixa de ralo e desobstrução de seus ramais, bem como de caixas de gordura, fossas sépticas e sistema de esgotamento sanitário será realizada preventivamente, durante todo o ano, na frequência mínima definida pela Fiscalização, que não poderá ser inferior a uma vez por mês. O material resultante deverá ser recolhido e descartado em local apropriado, conforme determinação da Fiscalização do Parque.

7 - A retirada de material proveniente de limpeza das vias de circulação, área de encontro, prédios, etc., deverá ser realizada todos os dias da semana ou de acordo com a necessidade determinada pela Fiscalização do Parque. O transporte do material deverá ser feito diretamente para o vazadouro oficial ou local que a Fiscalização do Parque determinar, sendo vedada a descarga em logradouro público ou área devoluta.

8 - O Serviço de limpeza será realizado conforme determinação da Fiscalização do Parque, abrangendo:

- Recolhimento de lixo das lixeiras que será realizado diariamente, de segunda a domingo, inclusive feriados.
- Aos sábados, domingos e feriados deverá ser realizada a catação de papéis/lixo das principais áreas de visitação do Parque e outras definidas pela Fiscalização do Parque.
- Coleta seletiva e transporte de lixo de todos os setores.
- Limpeza das redes de drenagem e de águas pluviais.
- Limpeza de todas as dependências prediais, inclusive dos banheiros públicos.
- Fornecimento de insumos básicos para os lavatórios e banheiros (sabão e sabonetes em barra e/ou líquidos; esponjas; palha de aço; papel higiênico; papeltoalha; e etc.).

9 - A repintura sobre madeira e ferro será realizada uma vez por ano, nos brinquedos e equipamentos, conforme necessidade e determinação da Fiscalização do Parque, constando de lixamento, limpeza, duas demãos com zarcão e duas de esmalte sintético.

10 - A pintura em concreto com tinta PVA será realizada nas áreas e quantidades relacionadas na memória de cálculo, considerando-se o preparo da superfície a ser pintada na cor a ser indicada, de acordo com a necessidade e a determinação da Fiscalização do Parque.

- Em relação ao preparo da superfície, deverão ser aplicadas, previamente, duas demãos de massa corrida, com desempenadeira de aço e espátula. Após secagem da última demão deverá ser procedido o lixamento e posteriormente aplicadas duas demãos de tinta plástica à base de PVA para acabamento.

11 - Quanto às pinturas, todas as superfícies a serem pintadas deverão ser cuidadosamente limpas, isentas de poeira, gorduras e outras impurezas e somente poderão receber a tinta quando estiverem completamente secas e a execução se dará da seguinte forma:

- A superfície a ser pintada deverá sofrer uma limpeza preliminar pelo lixamento a seco com lixa fina e remoção do pó da lixa. Em seguida, aplica-se uma demão de tinta isolante com a utilização de trincha com posterior lixamento e limpeza. Após este procedimento, serão aplicadas duas demãos de tinta de acabamento;
- Para superfícies em madeira, a base será massa corrida com acabamento em tinta a óleo;
- Para superfícies metálicas a tinta base será zarcão com acabamento em tinta esmalte sintético;
- O preparo de superfícies novas para recebimento de pintura consiste na raspagem, limpeza, demão de impermeabilizante, aplicação de massa corrida plástica e lixamento;
- A alvenaria de tijolo maciço receberá, conforme especificado no projeto, uma pintura ou envernizamento, aplicado em duas demãos após lixamento e estucamento.

12 - Demolição das estruturas em alvenaria, ainda existentes em locais inadequados, tais como: manilhas, diques e cisterna, incluindo a retirada do entulho e recuperação do ambiente e outras conforme determinação da Fiscalização do Parque.

13 - Será executada pavimentação de saibro silto-arenoso, nas áreas especificadas pela Fiscalização do Parque, em camadas de 10cm, medida após compactação, inclusive espalhamento e rega, caso seja necessário.

- Deverá ser observada a drenagem do terreno mantendo-se declividades adequadas para o perfeito escoamento das águas pluviais, a fim de evitar erosões e lixiviamento do saibro;
- A compactação do pavimento de saibro deverá ser executada mecanicamente, quando possível, com a utilização de placas vibratórias.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

14 - Manutenção e monitoramento dos poços (tipo semi-artesiano) com tubulações necessárias, para abastecimento do Parque, com encerramento definitivo das captações de nascentes e córregos.

15 - Serviço de apoio à administração e supervisão dos serviços de conservação e manutenção do espaço público, áreas ajardinadas e recursos naturais.

#### **5. NORMAS EXECUTIVAS (ABNT):**

5.1 - Os serviços executados no Parque serão norteados pelas recomendações, Projetos de Norma e Normas Executivas de ensaios e de construção da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), relativas a todos os serviços contidos neste Manual de Gestão.

5.2 - Nos casos onde a ABNT for omissa serão utilizadas as normas americanas da ASTM, devidamente avaliadas pela Fiscalização do Parque.

5.3 - Serão mantidas no local de serviço, cópias de todas as normas pertinentes aos serviços a serem executados no Parque.

#### **6 - DOS CRITÉRIOS DE SIMILARIDADE DOS SERVIÇOS**

6.1 - Todo e qualquer material, produto a granel, embalado ou em lotes de fornecimento industrial ou não, a ser empregado na execução dos serviços deverá ser de primeira qualidade, garantidos pelo fabricante ou fornecedor em conformidade com as normas brasileiras da ABNT e especificações dos serviços, sendo rejeitados aqueles que não se enquadrarem nas especificações existentes.

6.2 - Poderão ser aceitos materiais similares aos especificados desde que previa e formalmente aprovados pela Fiscalização do Parque, após consulta a respeito da possibilidade de sua utilização, sendo obrigatória a demonstração de similaridade do material ou equipamento proposto mediante a apresentação prévia de laudos comprobatórios de ensaios de conformidade e testes de qualificação e resistência recentes, de empresa ou institutos idôneos e reconhecidos pela Fiscalização do Parque.

6.3 - Documentos fiscais de aquisição ou compra poderão ser aceitos pela Fiscalização do Parque mediante a comprovação de origem e qualificação dos materiais, produtos ou serviços executados.

#### **7 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:**

7.1 - Quaisquer outros pontos omissos nestas especificações que eventualmente venham a ocorrer serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

7.2 - As pessoas que trabalharem no Parque deverão utilizar uniformes padrão da Prefeitura (conforme determinado pela Fiscalização do Parque), além de utilizarem os equipamentos de proteção individual adequados as suas funções;

7.3 - Durante a execução dos serviços deverão ser instalados elementos de sinalização (cavaletes, cones, balizadores, tela de proteção, etc.) necessários à identificação e proteção do local;

7.4 - Os serviços deverão ser executados em atendimento à programação do Parque e da Gerência de Unidades de Conservação, ficando aberto ao público de terça a domingo, das 08:00 às 17:00 e de 08:00 às 18:00 durante o horário de verão, em todos os dias da semana, inclusive feriados.

7.5 - Todo material recolhido e não reaproveitado no Parque deverá ter como destino os vazadouros oficiais da COMLURB, exceto o material orgânico oriundo da vegetação que deverá ser conduzido para a compostagem, reciclagem, ou para recompor a serrapilheira nas áreas naturais;

7.6 - Deverá ser mantido no Parque, um livro denominado "Diário de Serviço" preenchido pelo Responsável Técnico, em três vias legíveis, onde será anotado, discriminadamente, e diariamente, os serviços executados no dia, condições do tempo, efetivo diário de mão-de-obra utilizado, equipamentos importantes e quaisquer outras anotações julgadas oportunas tais como: produção do dia, serviços efetuados, locais, e fatos dignos de nota. A Fiscalização do Parque terá a propriedade e o livre acesso direto a este livro, podendo também nele escrever tudo que julgar necessário, a qualquer tempo;

7.7 - Deverá ser mantido um livro denominado "Livro de Registro da Visitação", na Sede do Parque, que será destinado ao registro dos visitantes. Este livro será preenchido pelo visitante, acompanhado por um funcionário, devendo conter espaço para nome do visitante, telefone de contato, documento de identificação, órgão expedidor e espaço adicional para suas opiniões. A Fiscalização do Parque terá a propriedade e o livre acesso a este livro, podendo também nele escrever tudo o que julgar necessário, a qualquer tempo.

7.8 - Fica expressamente proibida a guarda, condução, soltura ou introdução de exemplares da fauna exótica no Parque;

7.9 - A capacitação da equipe técnica dos trabalhadores do Parque será realizada pelos técnicos da SMAC

7.10 - Nos casos em que a Fiscalização do Parque entenda necessário para proteção de seus recursos naturais, bem como para segurança de seus usuários poderá, mediante autorização do Secretário Municipal de Meio Ambiente, ser temporariamente fechado ao público, sem prejuízo ou interrupção dos serviços nele executados.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

7.11 - Os serviços não detalhados neste Manual, bem como o Programa de Segurança, os serviços de educação ambiental, acompanhamento da dinâmica hidrológica e climática e de corredores de habitats, serão discriminados nos respectivos Termos de Referências de gestão de cada Parque, de acordo com suas especificidades.

*D.O. RIO de 16.04.2003.*



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**DECRETO Nº 29538, DE 3 DE JULHO DE 2008**

*Reconhece o Parque da Cidade como Unidade de Conservação da Natureza do Município, estabelece sua denominação, delimitação e dá outras providências.*

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, tendo em vista o que consta do processo administrativo n.º 14/000.581/2008,

Considerando a importância do Parque da Cidade como área verde protegida, destinada ao lazer da população e à preservação de importantes fragmentos dos ecossistemas típicos da Cidade do Rio de Janeiro;

Considerando que sua área desempenha importante função de zona de amortecimento ao Parque Nacional da Tijuca e à área florestal do Jardim Botânico;

Considerando a importância histórica e paisagística da propriedade que, dentre outros, teve como proprietários Grandjean de Montigny, D. Catarina de Sena, Marquês de São Vicente e Família Guinle e se encontra tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC desde 1965;

Considerando o que determina a Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, e o Decreto Federal n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, que institui e regulamenta, respectivamente, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

Considerando, por fim, o Decreto Municipal n.º 22.662, de 19 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a renominação dos Parques Municipais considerados Unidades de Conservação;

DECRETA

Art. 1.º Fica reconhecido e nominado o Parque Natural Municipal da Cidade, com área de 470.219m<sup>2</sup>, situado na Estrada Santa Marinha n.º 508, Bairro da Gávea, VI R.A., como Unidade de Conservação da Natureza em nível municipal, na categoria de proteção integral.

Parágrafo único. A delimitação do Parque Natural Municipal da Cidade é aquela que acompanha o presente Decreto na forma de seu Anexo Único, conforme escritura pública de venda datada de 9 de setembro de 1939.

Art. 2.º Caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente — SMAC a tutela e a gestão do Parque Natural Municipal da Cidade.

§ 1.º Em função do seu caráter histórico, por seu limite com Unidade de Conservação Federal, pela tutela exercida pelo órgão estadual do patrimônio cultural e pela importância da área como local de lazer, o Parque Natural Municipal da Cidade deverá dispor de Conselho Consultivo constituído por órgãos públicos, por organizações da sociedade civil e por representantes da população residente na área de abrangência, sendo presidido por representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 2.º O Plano de Manejo para o Parque Natural Municipal da Cidade deverá dispor sobre sua zona de amortecimento, seu zoneamento e programas de manejo.

Art. 3.º São objetivos do Parque Natural Municipal da Cidade:

I — preservar, proteger e recuperar os ecossistemas existentes no local;

II — promover o desenvolvimento de programas de educação ambiental e pesquisa científica;

III — garantir espaços verdes e livres para a promoção do lazer, da recreação e do ecoturismo em área urbana.

Art. 4.º Ficam estabelecidas como normas de uso do Parque Natural Municipal da Cidade:

I — A visitação será de terça a domingo no horário de 8h a 17h e até às 18h no período de vigor do “horário de verão”;

II — O portão do Parque ficará obrigatoriamente fechado nos dias e horários não permitidos para visitação;

III — Dependerão de autorização prévia da SMAC os eventos ou filmagens comerciais a serem realizados no Parque;

IV — Os moradores ainda residentes no interior do Parque, bem como seus veículos, deverão ser cadastrados junto à administração do Parque;

V — O Museu Histórico da Cidade cadastrará seus funcionários lotados no Parque, devendo encaminhar listagem à administração do Parque;

VI — Os animais domésticos pertencentes aos moradores que ainda residem no interior do Parque devem permanecer em suas residências, sendo permitido o trânsito somente para utilizar o acesso de entrada e saída do Parque, e deverão ser conduzidos por seus proprietários por meio de coleira, caixa de transporte ou gaiola.

Art. 5.º Ficam estabelecidas as seguintes proibições de uso no interior do Parque Natural Municipal da Cidade:

I — o trânsito ou passeio de animais domésticos, mesmo em gaiolas, caixas de transporte ou no interior de veículos;

II — a entrada, saída ou permanência de pessoas e veículos não cadastrados fora do horário de visitação;

III — o consumo de bebida alcoólica;

IV — estacionar fora das áreas especificamente designadas para este fim;





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**DECRETO Nº 30.031, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2008**

*Dispõe sobre a criação dos Conselhos das Unidades de Conservação do Município do Rio de Janeiro, define sua composição, as diretrizes para seu funcionamento e dá outras providências..*

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante do processo administrativo n.º 14/001.454/2007,

considerando o disposto no inciso III do art. 5.º da Lei Federal n.º 9.985, de 18/07/2000, que estabelece como diretriz do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal n.º 9.985, de 2000, que determina que as unidades de conservação da natureza deverão dispor de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários, quando for o caso, e da população residente;

considerando o disposto nos arts. 17 a 20 do Decreto Federal n.º 4.340, de 22/08/2002, que regulamenta a Lei n.º 9.985, de 2000, no que concerne aos Conselhos das Unidades de Conservação;

considerando a Deliberação CONSEMAC n.º 043, de 14/02/2008, que dispõe sobre a criação dos Conselhos das Unidades de Conservação do Município do Rio de Janeiro;

DECRETA

Art. 1.º As Unidades de Conservação Municipais terão um Conselho, instituído por Resolução da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 1.º Os Conselhos das Unidades de Conservação Municipais do grupo de proteção integral serão paritários e terão caráter consultivo, de acordo com o previsto na Lei Federal n.º 9.985, de 2000, e no Decreto Federal n.º 4.340, de 2002.

§ 2.º Os Conselhos das Unidades de Conservação Municipais do grupo de uso sustentável serão paritários e terão caráter deliberativo, na forma deste Decreto.

Art. 2.º Quando existirem Unidades de Conservação Municipais com perímetros próximos, justapostos ou sobrepostos, poderá ser reconhecida, mediante Resolução da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a formação de um Mosaico, de forma a otimizar a gestão e a proteção das Unidades de Conservação.

§ 1.º O Mosaico deverá dispor de um Conselho de Mosaico, com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das Unidades de Conservação que o compõem.

§ 2.º A composição do Conselho de Mosaico é estabelecida na mesma Resolução que institui o Mosaico e deverá obedecer, em sua composição e funcionamento, aos mesmos critérios estabelecidos neste Decreto.

§ 3.º O Conselho de Mosaico terá como presidente um dos chefes das Unidades de Conservação que o compõem, o qual será escolhido pela maioria simples de seus membros.

Art. 3.º As Unidades de Conservação de Proteção Integral, cujo Conselho terá caráter consultivo, terão as seguintes atribuições:

I — elaborar seu Regimento Interno no prazo de noventa dias, contados a partir da data da sua instalação;

II — acompanhar a elaboração, implantação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, garantindo seu caráter participativo e sugerindo ações para seu aperfeiçoamento;

III — buscar a integração da unidade de conservação com as demais áreas protegidas do seu entorno;

IV — estimular a articulação dos órgãos públicos, organizações da sociedade civil, população residente e do entorno, e iniciativa privada, para a concretização dos planos, programas e ações de proteção, recuperação e melhoria dos recursos e serviços ambientais existentes;

V — avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor;

VI — opinar sobre a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII — acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII — manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

IX — propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno da unidade;

X — auxiliar na captação de recursos complementares para a efetiva implantação do Plano de Manejo e otimização dos serviços ambientais e usos permitidos na unidade;

XI — avaliar as propostas encaminhadas por pessoas físicas ou jurídicas que manifestem interesse em desenvolver atividades não previstas pelo Plano de Manejo, quando houver, ou que não disponham de normas específicas;

XII — opinar sobre a elaboração de normas administrativas da unidade de conservação, com base na legislação ambiental específica, bem como na realidade socioambiental do seu entorno, visando ordenar o uso público e as atividades de pesquisa científica;

XIII — sugerir diretrizes e acompanhar a aplicação na unidade dos recursos oriundos de compensação ambiental.

Art. 4.º Os Conselhos das Unidades de Conservação de uso sustentável terão caráter deliberativo, com as seguintes atribuições, além daquelas estabelecidas no art. 3.º:

I — apreciar, em caráter preliminar, propostas e projetos de uso e ocupação do solo no interior da unidade;

II — manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação específica afeta à Unidade;

III — avaliar e deliberar sobre as propostas encaminhadas por suas Câmaras Técnicas, quando houver;

IV — deliberar sobre a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

V — deliberar, em caráter preliminar, e acompanhar a aplicação na unidade dos recursos oriundos de compensação ambiental.

Art. 5.º Os Conselhos das Unidades de Conservação Municipais serão constituídos por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, paritariamente, que possuam atuação direta ou indireta na unidade de conservação ou em sua zona de amortecimento:

Parágrafo único. Os Conselhos terão um mínimo de oito e um máximo de dezesseis membros, sendo a primeira composição definida pelo órgão gestor, podendo ser revista pelo Regimento Interno.

Art. 6.º Para compor o Conselho, as organizações da sociedade civil devem comprovar sua existência jurídica, mediante apresentação de registro e Estatuto que comprove que seus objetivos são compatíveis com os da unidade de conservação.

Art. 7.º A implantação dos Conselhos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente se dará em cinco etapas:

I — convocação pública, pelos melhores meios, das instituições públicas e privadas com atuação direta ou indireta na área da unidade ou na sua zona de amortecimento, quando houver;

II — realização de reuniões públicas com o conjunto dos atores interessados, para o aprofundamento das informações e discussões sobre a formação, composição e participação no Conselho;

III — qualificação e seleção das instituições que farão parte do Conselho, com indicação formal de dois representantes por instituição, titular e suplente, de acordo com os seguintes critérios:

a) atuação da instituição na unidade de conservação e/ou na sua zona de amortecimento;

b) motivação da instituição em fazer parte do Conselho;

c) representatividade da instituição no segmento da qual faz parte;

d) justificativa da candidatura, considerando os critérios de participação, definidos pelo art. 17 do Decreto Federal n.º 4.340, de 2002;

IV — oficialização do Conselho, mediante Resolução da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com a nomeação das instituições, as quais terão quinze dias úteis para indicarem seus representantes, titular e suplente;

V — capacitação das instituições-membro do Conselho, objetivando:

a) reforçar o papel do Conselho na gestão da unidade e suas atribuições;

b) nivelar a informação dos membros no que se refere aos objetivos e à gestão da unidade;

c) fortalecer entre os membros o caráter participativo e democrático, sob o qual se deve pautar a atuação do Conselho.

Art. 8.º O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado de relevante interesse público, não acarretando ônus para o Município.

Art. 9.º Os Conselhos das Unidades de Conservação terão a seguinte estrutura:

I — Plenário;

II — Presidência;

III — Secretaria Executiva.

§ 1.º O Plenário será composto por todas as instituições nomeadas como membros do Conselho.

§ 2.º A Presidência será ocupada pelo gestor da unidade de conservação.

§ 3.º A Secretaria Executiva será ocupada por uma das instituições integrantes do Conselho, eleita pelos próprios membros.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Art. 10. As reuniões dos Conselhos das Unidades de Conservação serão públicas, com pautas preestabelecidas no ato da convocação, que deverá ser amplamente divulgada, com antecedência mínima de sete dias.

Art. 11. Compete ao Presidente do Conselho:

I — representar o Conselho;

II — convocar e presidir as reuniões;

III — exercer o voto de desempate;

IV — convocar as reuniões extraordinárias, quando julgar necessário ou sempre que lhe for requerido por, no mínimo, um terço dos membros do Conselho;

V — credenciar pessoas ou instituições para participar das reuniões, como convidados, com direito a voz, porém, sem direito a voto;

Art. 12. Compete à Secretaria Executiva:

I — secretariar e assessorar o Presidente durante as reuniões;

II — adotar as medidas necessárias ao funcionamento do Conselho e dar encaminhamento às suas manifestações, sugestões e propostas;

III — dar publicidade às proposições do Conselho;

IV — substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 13. Compete aos membros do Conselho:

I — discutir e votar as matérias que lhes forem submetidas;

II — apresentar propostas e sugerir temas para apreciação;

III — pedir vistas de documentos, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento Interno;

IV — solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias, justificando o pedido formalmente;

V — propor a inclusão de matéria na ordem do dia, bem como a priorização de assuntos dela constantes, de acordo com o Regimento Interno;

VI — indicar pessoas ou instituições para participar das reuniões, como convidados, com direito a voz, porém, sem direito a voto.

Art. 14. O Conselho poderá instituir Câmaras Técnicas para dar suporte a seu funcionamento, das quais farão parte especialistas e representantes de outras instituições que não compõem o Conselho.

Parágrafo único. As Câmaras Técnicas terão sua composição e atribuições definidas pelo Plenário, podendo ser permanentes ou temporárias, e serão coordenadas por um membro do Conselho.

Art. 15. Os Conselhos das unidades de conservação já existentes na data de publicação deste Decreto terão o prazo de cento e vinte dias para se adequarem às diretrizes ora fixadas.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2008 — 444.º ano da fundação da Cidade.

CESAR MAIA

*D.O.RIO de 11.11.2008.*



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

### DECRETO Nº 30.181, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2008

*Institui a regulamentação para o acesso, visitação e atividades nas Unidades de Conservação de Proteção Integral sob tutela da SMAC.*

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante do processo administrativo n.º 14/001.229/2006,

Considerando a necessidade de garantir a preservação da biodiversidade da mata Atlântica e de ecossistemas associados, tendo por base o desenvolvimento sustentável, o que pressupõe respeito às gerações futuras e ao limite de uso de recursos naturais;

Considerando a necessidade de contribuir para promover a integração de políticas nacionais, estaduais e municipais visando à proteção e à recuperação da mata Atlântica;

Considerando o disposto na Lei Federal n.º 9.985, de 2000, que estabelece a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza — SNUC;

Considerando o disposto no art. 2.º, XII, da Lei n.º 2.138, de 11 de maio de 1994 — criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente — SMAC, onde fica determinado que no exercício de sua competência caberá à SMAC propor a criação de unidades de conservação instituídas pelo Município e implementar sua regulamentação e gerenciamento;

Considerando o disposto no Decreto n.º 22.662, de 19 de fevereiro de 2003, que renomeou os parques públicos municipais considerados como unidades de conservação, segundo a Lei Federal n.º 9.985, de 2000, e o Decreto Federal n.º 4.340, de 2002;

DECRETA

Art. 1.º Fica instituída a regulamentação para o acesso, a visitação e o desenvolvimento de atividades dentro das unidades de conservação da natureza de proteção integral, conforme definidas nos arts. 8.º, 9.º, 10, 11, 12 e 13 da Lei Federal n.º 9.985, de 2000.

§ 1.º As unidades de conservação de proteção integral ficam abertas à visitação pública de 8h a 17h, inclusive sábados, domingos e feriados, exceto às segundas-feiras, quando estarão fechadas para o planejamento e a execução de serviços de conservação das áreas verdes e dos espaços públicos, manutenções da infra-estrutura predial e para os serviços referentes ao manejo da biota local.

§ 2.º Durante a vigência do horário de verão, as unidades de conservação de proteção integral permanecerão abertas para a visitação das 8h às 18h.

§ 3.º Caberá ao titular da SMAC alterar os horários de visitação estabelecidos neste Decreto, nos casos devidamente justificados.

Art. 2.º Fica proibido nas unidades de conservação de proteção integral sob tutela da SMAC:

I — entrar com armas de fogo, garrafas de vidro, facões, foices, machados ou quaisquer outros materiais perfurocortantes;

II — circular ou permanecer em áreas não destinadas à visitação pública sem autorização;

III — entrar e permanecer com roupas de banho nas unidades de conservação que não possuam áreas destinadas ao banho público;

IV — entrar em trajes de banho, ou sem camisa, nas instalações prediais de quaisquer unidades de conservação;

V — guardar ou armazenar equipamentos, instrumentos ou quaisquer objetos e materiais sem autorização prévia da administração da unidade de conservação;

VI — realização de bicicross, motocross e rally;

VII — o trânsito de bicicletas, exceto nas unidades de conservação com ciclovia ou pista destinada para este fim;

VIII — estacionar qualquer tipo de veículo, inclusive bicicletas, fora dos locais previamente definidos, sem autorização prévia;

IX — o tráfego de veículos motorizados sem a devida autorização;

X — depositar lixo e qualquer tipo de resíduo fora dos recipientes apropriados;

XI — entrar com equipamentos para camping ou acampar fora de áreas permitidas sem autorização;

XII — caçar, pescar, capturar animais, montar armadilhas, coletar plantas ou subprodutos vegetais, exceto para fins de pesquisas previamente autorizadas;

XIII — alimentar ou molestar os animais silvestres;



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

- XIV — abrir trilhas e “picadas” ou alterar as existentes, sem prévia autorização;
  - XV — realizar pesquisas científicas sem a devida autorização;
  - XVI — introduzir espécies animais ou vegetais sem autorização;
  - XVII — entrada e permanência de animais domésticos, de espécies exóticas ou silvestres, mesmo sob contenção de guias, gaiolas ou dentro de veículos;
  - XVIII — prática comercial sem a devida autorização dos órgãos competentes;
  - XIX — prática de oferendas religiosas;
  - XX — banhar-se, lavar objetos, reter, desviar ou captar água de qualquer corpo d’água natural ou artificial, usá-lo para outros fins sem a devida autorização ou fora de locais permitidos;
  - XXI — utilizar sabonete, xampu, óleo, creme e similares, mesmo nos locais onde o banho é permitido;
  - XXII — realização de qualquer evento, filmagens e fotografias com fins comerciais sem a devida autorização;
  - XXIII — realização de visita guiada, ou de grupos com número igual ou superior a trinta pessoas, sem agendamento prévio;
  - XXIV — praticar esportes, atividades recreativas e de lazer fora de áreas permitidas ou destinadas para estas finalidades;
  - XXV — fazer churrasco e piqueniques fora de locais permitidos;
  - XXVI — fazer fogueiras, despejar brasas, provocar ou atear fogo na vegetação;
  - XXVII — utilizar aparelhos sonoros fora dos locais permitidos;
  - XXVIII — promover cantorias com uso de instrumentos musicais, exceto em locais permitidos ou destinados para este fim;
  - XXIX — utilizar brinquedos com motor em lagos, lagoas e rios.
- Art 3.º As autorizações para uso das unidades de conservação serão expedidas pela SMAC.
- Art. 4.º O não-cumprimento das normas estabelecidas no art. 2.º sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei Federal n.º 9.605, de 1998.
- Art. 5.º Fica revogado o Decreto n.º 20.358, de 7 de agosto de 2001.
- Art. 6.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2008 — 444.º ano da Fundação da Cidade

CESAR MAIA

*D.O. RIO de 03.12.2008.*



**Coordenadoria de Recuperação Ambiental**  
**Gerência de Gestão de Unidades de Conservação**  
Av. Afonso Cavalcanti, 455/1253. Cidade Nova, Rio de Janeiro, CEP 20211-110  
Tel. 2976-2134/2976-1258

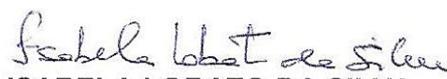
### AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA

A Gerência de Gestão de Unidades de Conservação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, através da RESOLUÇÃO SMAC n.º 085/2001, autoriza a realização da pesquisa científica descrita abaixo:

1. **NÚMERO:** 06 / 2011  
2. **PROCESSO:** 14/000.490/2011  
3. **SITUAÇÃO:** Autorização inicial  
4. **DATA DA EMISSÃO:** 22.06.2011  
5. **DATA DA VALIDADE:** 21.06.2012  
6. **INSTITUIÇÃO:** Programa de Estudos de Pós-Graduados em Geografia – PUC SP  
7. **PESQUISADOR:** Suzana Silveira Gnaccarini (11) 5533-7448 e (11) 9293-8661; sugn@terra.com.br  
8. **TÍTULO DO PROJETO:**  
Os espaços verdes abertos na cidade: uma dimensão da percepção, qualidade de vida e da sustentabilidade das cidades.  
9. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:** Parque Natural Municipal da Cidade.  
10. **ÁREAS DO CONHECIMENTO:** ( ) Botânica; ( ) Educação Ambiental; ( ) Ecologia; ( x ) Geografia; ( ) Geologia; ( ) Saúde; ( ) Veterinária; ( ) Zoologia; ( ) Outra.  
11. **TAXONS DE INTERESSE (ordem ou família):** -----  
12. **COLETA DE AMOSTRAS:** ( ) Sim; ( x ) Não; ( ) Indivíduos; ( ) Partes, tecidos ou subprodutos.  
13. **QUANTIDADE PREVISTA (por táxon):**  
14. **DESTINO DO MATERIAL:** ( ) Própria instituição; ( ) MNRJ; ( ) JBRJ; ( ) Outra.  
15. **MARCAÇÃO E SOLTURA:** ( ) Sim; ( x ) Não.  
16. **USO DE ARMADILHAS:** ( ) Sim; ( x ) Não.  
17. **EQUIPE (integrantes):**  
18. **VEÍCULOS (estacionamento permitido dentro da UC):** Quantidade ( 0 ); Placas: -----

**RESTRICÇÕES:** Não danificar a vegetação local; não inserir espécies vegetais e animais estranhos aos ecossistemas; não atear fogo ou utilizar produtos e metodologias em desacordo com a autorização; manter as características topográficas da área; não erigir construções de caráter "permanente"; manter os níveis de ruído de acordo com a Lei 3268/01; não impedir o acesso às praias.

O pesquisador deverá entregar uma cópia desta autorização nas Unidades de Conservação em que irá atuar, bem como apresentar a Gerência relatórios trimestrais de andamento e cópias de todos os produtos relativos à pesquisa.

  
**ISABELA LOBATO DA SILVA**  
Gerente – MA/CPA/GUC  
Matr. n.º 11/179.245-6



46-3-66

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL



ARCHIVO MUNICIPAL

Morros da cidade  
do Rio-de-Janeiro

Bosque Fluminense

Projecto de Koch & C. de apro-  
veitamento de morros da cidade  
para passeios e ajardinamen-  
tos, construcção de estradas de  
rodagem, pontes rusticas, kios-  
ques, cascatas, etc.

1892

5 ff numeradas á machina

Fevereiro, 1918

*J.B.*  
*1*  
*31.12.92*

*Jardim*  
*Gardmann*

Ilustre Cidadão  
Prefeito do Distrito Federal 1º

DO DISTRITO FEDERAL



Os abaixo assignados,  
Koch & Companhia, vem  
apresentar-vos o plano e  
proposta juntas sobre o apro-  
veitamento das matas que  
circundam a Cidade do  
Rio de Janeiro, solicitando-  
vos digneis attender aos  
suplicantes

Petição deferimento  
Rio de Janeiro 31 de  
Dezembro 1892  
Koch & Cia



*H*

2  
Criação de estradas de rodagem  
Construção de pontes rústicas, kiosques, cascatas 8ª & 9ª.

## Condições gerais



### Artigo I

- §1 As estradas de rodagem abertas pelos peticionarios serão construidas em terreno natural e terão (8) oito metros de largura.
- §2 O declive maximo das estradas sera de (3/100) tres centimetros por metro.
- §3 As estradas serão unicamente destinadas ao tranzito das carruagens de molas.
- §4 Os peticionarios encarregam-se da conservação das ditas estradas, salvo o caso em que, por ordem superior, for permittido o tranzito nellas a carruagens de carga. Neste caso, será responsavel pela conservação das estradas a autoridade que tiver assignado a ordem.
- §5 A illuminação fica a cargo da Intendencia Municipal, assim como as despesas de recalçamento das estradas depois da canalização.

### Artigo II

Os boeiros serão cobertos e feitos de alvenaria ordinaria.

### Artigo III

- §1 As nascentes d'agua existentes serão conservadas e, havendo necessidade, melhoradas.
- §2 Os peticionarios obrigam-se a não alterar a canalização já existente.
- §3 Onde for possivel, serão creados reservatorios de forma rustica, destinados a regularisar o escoamento das aguas.

### Artigo IV

- §1 As pontes serão de estylo rustico e construidas de madeira; os vaões serão de (6) seis metros no maximo.
- §2 As pontes serão submettidas a uma prova de resistencia de (2000) dos mil kilogrammos no minimo.

# Bosque Fluminense

## Projecto

### de Parque publico

Apresentado a Ill<sup>ma</sup> Intendencia  
Municipal do Rio de Janeiro  
pelos proponentes abaixo assignados  
Considerações geraes

Tanto pelo lado pittoresco como pelo lado hygienico, os montes situados no interior da cidade do **Rio de Janeiro** deve ser conservados arborizados; mas os arvoredos que os cobrem são demasiadamente espessos

A experiencia e os estudos feitos sobre este assumpto tem demonstrado que, para desempenhar o papel de que lhes encarregou a natureza, as ~~arvores~~ ~~deve~~ ~~ser~~ ~~tratadas~~ ~~convenientemente~~ gozar de uma quantidade de ar que a superabundancia da vegetação tropical ~~que~~ ~~lhes~~ dá.

Pelo lado pittoresco, nenhuma capital do mundo poderia rivalizar com o **Rio de Janeiro**, se esta aproveitasse os inestimaveis e inesgotaveis thesouros que lhe deu a nature

Enfim, todo o terreno coberto pelos ditos arvoredos esta sem proveito algum para a população

Com o fim de utilizar os ditos arvoredos sob os diversos pontos de vista do agradável, pittoresco e hygienico, os abaixo assignados tem a honra de propor o seguinte

## Projecto

de transformação dos arvoredos e montes comprehendidos nos limites indicados na planta junta em passeio de recreio publico

## Artigo V

Dos pontos mas propios, quanto a vista, serão construídos caramanchões e grutas apropriados.

## Artigo VI

Os peticionarios promettem respeitar em toda a sua integridade os direitos dos proprietarios ou actuaes concessionarios de qualquer parte de terreno situado nos limites indicados.



## Pedido de Concessão

Os abaixo assignado tem a honra de pedir:

### Artigo I

- §1 Concessão por (60) sesenta annos do direito exclusivo de exploração das florestas comprehendidas nos limites indicados na planta annexa e determinados no terreno como explica o artigo V.
- §2 A exploração será feita de modo a conservar uma media de (2500) dos mil quinbente arvores por hectare.
- §3 As arvores conservadas serão de (1 a 25) um a vinte cinco annos de idade.

### Artigo II

- §1 Será concedida aos peticionarios a metade da agua que for encontrada em fontes que não sejam aproveitadas actualmente pela Intendencia Municipal.
- §2 A metade restante das aguas, se for aproveitada em beneficio da cidade, será canalizada a custa da Intendencia Municipal.
- §3 A Intendencia Municipal fica obrigada a concertar as estradas depois da canalisação.

### Artigo III

- §1 Concessão definitiva de (30) trinta metros de terreno de cada lado das estradas abertas pelos peticionarios, sobre um comprimento de (500) quinbente metros, contados do limite da concessão.
- §2 Os (30) trinta metros de que trata o paragrapho anterior

serão contados horizontalmente de cada lado do eixo da estrada, unicamente quando a distancia horizontal entre dos eixos de estrada for superior a (200) dos centos metros.

§3 Quando a distancia horizontal entre dos eixos de estradas for inferior a (200) dos centos metros e superior a (100) cem metros, os peticionarios terão direito a (40) quarenta metros de terreno, medidos de um só lado da estrada; esse lado será escolhido pelo peticionario.

§4 Quando a distancia horizontal entre (2) dos eixos de estradas for inferior a (100) cem metros, os peticionarios não terão direito a nenhuma concessão de terreno

#### Artigo IV

§1 A entrega das estradas ao trauzito publico sera feita por kilometro

§2 Quando estiver prompto a entregar ao trauzito publico um kilometro de estrada, os peticionarios avisarão por escripto a Intendencia M<sup>al</sup>

§3 No prazo de (8) oito dias, a Intendencia Municipal mandará examinar o kilometro de estrada prompta.

§4 Na occasião do exame da estrada, far-se-ha tambem a prova de resistencia das pontes comprehendidas no mesmo kilometro

§5 Logo que cada kilometro de estrada for entregue ao trauzito publico, a Intendencia Municipal dará aos peticionarios os titulos de propriedade dos terrenos de que trata o artigo III

#### Artigo V

§1 A delimitação da concessão será feita á custa dos peticionarios e do modo seguinte:

§2 No vertice de cada angulo, sera plantado um maxeo de pedra de (1) um metro de salliencia acima do solo, tendo gravada na sua parte superior, a figura do angulo com o seu numero de graus e minutos e o comprimento de cada lado. Uma das faces lateraes terá gravada uma letra correspondente a que for escripta na planta, como na copia que ficar em posse da Intendencia Municipal

§3 A delimitação sera fiscalizada por engenheiros delegados

da Intendencia Municipal

§4 Os engenheiros delegados da Intendencia Municipal e 4 petionarios assignarao em dos vias um auto da delimitacao dessas via ficara com os petionarios



### Artigo VI

Findo o prazo da concessão, os petionarios comprometter-se a entregar a Intendencia Municipal, sem indemnização alguma as florestas, estradas, kiosques, pontes, &c &c, em bom estado de conservação

### Artigo VII

§1 O material fixo ou rodante e as machinas fixas ou moveis que servirem a exploração serão retirados pelos petionarios

§2 Será concedido um prazo de tres mezes aos petionarios para effectuar a retirada do material a que se refere o paragrapho antecedente

### Artigo VIII

§1 Em caso de resgate anticipado da concessão pela Intendencia Municipal, sera pago aos concessionarios a quantia de (300) trescentos contos de reis, por anno que faltar para findar o prazo da concessão

§2 Sendo propriedade dos concessionarios o material de que trata o §1 do Art VII, o §2 do citado Art VII, e applicavel ao caso de resgate previsto no §1 do presente Art.

§3 O prazo de tres mezes de que trata o §3 do Art VII sera contado do dia da assignatura do contrato de resgate.

Rio de Janeiro 20 de Dezembro  
de 1892



Escritorio Largo do Rosario No 12 - 1º andar

II-35,4,25

(cat. RJ III)

Relatório dos trabalhos executados na Floresta Nacional-  
da Tijuca de 1ª de Janeiro a 31 de Dezembro de 1890.

2 (dois) docs.

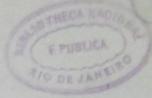
II. 35. 4. 25

II-35,4,25

Cópia

I-30,4,25

empres  
J. J. J.



R

## Relatório dos trabalhos execu- tados na Floresta Nacional da Tijuca de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1891.

Em desempenho a um dos deveres inheren-  
tes a meu cargo, dirijo-vos este Relatório, em que mais de  
sempretridamente tratando os processos de administração  
por mim empregados, tenho occasião de vos propor algu-  
mas reformas necessarias ao melhoramento d'esta Flores-  
ta Nacional, grandiosa instituição que tantos e tão  
assignalados serviços tem prestado á hygiene publica,  
aumentando e conservando a pureza dos mananciaes; e ao  
mesmo tempo apresento-vos diversas ideias relativas ao  
ramo do serviço publico, que dirijo.

No ultimo relatório por mim apresentado não me foi pos-  
sivel dar-vos uma noção clara e exacta da marcha d'es-  
ta administração e do estado em que se achavam os  
interesses adstrictos a ella, pela falta absoluta de dados,  
que orientassem-me o espirito, dando-me base para  
a avaliação do grado de progresso maior ou menor,  
relativamente aos annos anteriores, e criterio mais ou me-  
nos seguro para o prognostico da prosperidade futura.  
Faltava-me a orientação do movimento havido nos  
ultimos tempos nesta Repartição, e foi depois de rapido  
exame nos serviços a meu cargo que apresentei-vos um rela-  
tório, pouco tempo após a minha posse, em que vos dava  
conta do estado em que achei as mattas, o numero appro-  
ximado das arvores de lei, feito por um calculo a ratione,  
as classes a que pertenciam na hierarchia vegetal e a sua  
utilidade.

Hoje, porém, renovando o systema de administração já  
por mim aqui empregado, e conhecendo o verdadeiro estado  
de progresso em que se acha a Floresta Nacional da Tijuca,  
é-me grato dar-vos uma noticia mais desenvolvida, uma  
descripção mais completa e mais circumstanciada dos  
bens e interesses, que caem na alçada da função publica,  
de que fui investido pelo governo Federal.

Orgulho-me em ver que os trabalhos de silvicultura, por  
mim iniciados neste local em 1872, tenham progredido  
em marcha regular e methodica e promettem che-  
gar em breve tempo a um desenvolvimento tal, que e-  
levem esta Floresta a um logar saliente entre as mes-

tituições congêneres. Não preciso repetir as vantagens, que auferem das instituições florestas as regiões, em que são estabelecidas, pois que são patentes e estão no entendimento de todos — lugares docentes e insalubres adquirem após o seu estabelecimento um inefável grau de salubridade, e climas torridos insupportáveis transformam-se completamente pela moderação pronunciada do calor e pela amenização da extraordinária secura, própria das estações quentes; além disto devemos encerrar as florestas como um paraíso na impetuosidade dos ventos constantemente aos mananciaes, como valioso e irrefutável peão da perpetuidade e pureza das fontes, que supprêm a populações numas regiões de um elemento tão essencial à vida e que influe de uma maneira tão eficaz na hygiene publica.

Seria convenientissimo que o Governo da Republica, este dando escripturalmente o assumpto, submettendo-o ao juizo dos profissionais, considerando os grandes interesses sociais em jogo, creasse florestas nacionais nas cabeceiras dos rios, que fornecem agua ás cidades da Republica e sobretudo d'aquelles que abastecem esta Capital Federal; prestaria mais um valioso serviço á causa publica o patriótico Governo Provisorio se creasse florestas nacionais em lugares como as serras do Rio do Curu, Mandanha, Garças, etc. — o estabelecimento da terceira floresta nacional em Jacaripaguá já foi um grande passo nesse sentido.

Não basta, porém, a simples fundação d'esses estabelecimentos de criação vegetal, o plantio e cultivo material sem attentão ás regras scientificas, sem a direcção systematica dada aos trabalhos; cumpre alliar á pratica e á experiencia o conhecimento tecnico, a educação scientifica dada aos cultivadores.

D'ahi deccorre a necessidade, já por mim patenteada em meu relatório de 1873, da criação de institutos de ensino florestal, modelados nos congêneres existentes nos paizes europeos, onde os cultivadores obtem os conhecimentos technicos, rudimentos de botanica, sua applicação pratica e a arte da silvicultura — institutos, d'onde sahissem com uma orientação mais ou menos perfeita dos principios scientificos, que regem o plantio, a cultura, a classificação das arvores, e dos processos, que servem para tornal-as modelos da especie, honra do solo que as grou e que as passou e dos que dirigiram o seu desenvolvimento.

Necessidade urgente é tambem a reforma ou antes o estabelecimento de uma legislação florestal, que substitua as instituições provisionaes, que ainda pres-

idem esta administração, para que haja verdadeira systematisação nos trabalhos e perfeita regularidade, e para que seja posto um anteparo ao aniquilamento das mattas.

As florestas nacionais são um protesto á devastação horrorosa das mattas pelo fogo, conforme o systema dos nossos agricultores, que, querendo poupar tempo e trabalho, entregam o terreno destinado á cultura á acção furiosa das chamas, que destroem até certo ponto o vigor productivo do solo, aproveitando os caules, já em parte carbonizados, das arvores para a factura do carvão, que tem-se tornado o principal, senão o unico, producto que fornecem as freguezias suburbanas ao mercado fluminense.

Debalde a imprensa criteriosa e independente reclama, inuteis os esforços e propaganda de alguns dos nossos homens publicos; a devastação continua, o fogo impera como elemento primordial do trabalho, e as florestas, verdadeiros pulmões dos centros populosos, desaparecem, victimas da cubica desregrada dos seus proprietarios.

Et inercia encontrou no mercado do carvão um incentivo, lucros vantajosos corôando trabalhos diminutos, e como consequencia logica, visio esta devastação inconsciente das florestas, não para a applicação do solo á agricultura, mas para a extracção de arvores, com as quaes erguem as numerosas caieiras, que diariamente fumegam nas freguezias rurais.

+ Com as florestas nacionais formar-se-ão como que redutos inexpugnaveis, caso continue a invasão que ameaça todas as mattas, que tão necessarias nos são, que tantos serviços prestam á saude do povo, quer modificando o clima, amenizando as estações calmosas, quer conservando a existencia e pureza das aguas, que servem ao consumo publico.

Voltemos á floresta nacional da Ójuca.

Conforme já vos fiz sciente no meu relatório semestral ordenei e fiz executar que fossem obstruidas cerca de mil aberturas, que existiam no local d'esta Floresta. Assim procedi pelos inconvenientes gravissimos que causavam, correndo salientar serem um perigo imminente, uma ameaça constante a hygiene d'este lugar visto transformarem-se em depositos de aguas, que se putrefazião, tornando-se perigosos focos de infeccão. Exige ainda a salubridade d'este lugar que o governo providencie para que se effectue o encanamento das aguas do acude de Antonio Traquin, que na estações calmosas tornam-se lodosas, com exalções fútridas — terriveis elementos para o desenvolvimento de febres de máis caracter, que serviriam de arg

mento aos que atacam a salubridade d'este local.  
Momentaneamente na actualidade ainda mais salienta-se a necessidade do emmanamento d'essas aguas, pois que pouco abaixo do açude, no lugar denominado Caschoira, funciona um collegio, que dá o pão espiri-  
tual a grande numero de crianças, arancando-as das travas da ignorancia, a fim de tornal-as uteis a sociedade em que vivem e aptas para esforcarem-se pelo desenvolvimento da patria - collegio esse, que honra de maisiado aos seus instituidores e que tantos e tão bons serviços vai prestar ao paiz.

Ainda, como já fiz ver no meu relatório de 8 de Junho de 1890, torna-se necessaria a desapropriação dos terrenos, sito na Cascatinha, pertencentes aos herdeiros do Conde de Mesquita e do Barão de Taunay, pois que, servindo de transito ás aguas emmanadas das fontes d'esta Floresta, que servem ao consumo publico, é impossivel evitar que, nesses terrenos particulares, sejam nellas lançadas materias organicas em putrefacção, deletérias á saude publica - atacando a sua pureza e conservação, que são a valiosa garantia da hygien de uma cidade.

Nemais, nada impede que as mattas d'esse local tenham o mesmo destino que estão tendo as das freguezas rurais, devastadas para a factura de carvão - e nesse caso teriamos o triste resultado da diminuição d'esse mananciaes, que tanto valem e o desaparecimento da belleza natural da esplendorosa e historica Cascatinha.

---

Os trabalhos no anno findo constaram de seguinte:

### Sementiras

Continuaram os trabalhos das sementiras, durante o anno, sendo feitos com toda a regularidade e cuidado para a conservação das especies de arvores de lei que existem nesta Floresta.

Foram augmentadas os canteiros destinados ás sementiras e ha actualmente grande quantidade de plantas geminadas, aptas para serem transportadas para viveiros.

Tambem desmolido toda a sollicitude nesse ramo de serviço, que a meu ver é importantissimo, podendo ser encarado como a base dos trabalhos florestaes.

## Viveiros

Foram transportadas das sementeiras para cesteiros de taquara cheios de terra convenientemente es-  
timada sete mil cento e dez mudas de arvores de lei das qualidades seguintes: louro pardo, 844; oleo pardo de copahiba, 843; vinhatico, 836; oleo de copahiba, 44; Santa Luzia, 840; Jacarandá cabiuna, 381; araribá, 580; mirindiba 225; eucalyptus, 1241; oleo vermelho, 40; oleo vinhatico, 43; ipê tabaco, 326; guarafuba, 83; paineras, 157; canjerana, 20; canella apiarella, 29; quipapio, 229; ipê caboclo, 80; Fizeram-se 9.310 cesteiros de taquara para os viveiros.

## Plantações

Plantaram-se em terrenos preparados nos claros da floresta, de 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro, 18.299 mudas de arvores de lei, cuja classificação e numero constam do mappa anexo, ficando assim elevado o numero de arvores de lei desta Floresta a cerca de 90.000.



## Limpas

Limparam-se durante o anno cuidadosamente cerca de 81.000 arvores de lei das antigas e modernas plantações, desembaraçando-as do matto bravo, que cresce de-lhes em torno lhes tolhia o desenvolvimento.

## Covas tapadas

Foram obturadas durante o anno passado cerca de mil covas, que existiam abertas neste local e de cujos inconvenientes trata no principio d'este Relatório.

## Cercas.

Para sanar o perigo proveniente da existencia de diversos peripicios a beira dos caminhos, foram feitas cercas de madeira rustica, medindo de extensão 113m. sobre 1m. 20 de altura.

## Conservação e abertura de caminhos.

Conservaram-se todos os caminhos, que atravessam a floresta, medindo cerca de 24 kilometros de extensão. Nesta conservação estão incluídos também os trabalhos feitos na estrada da cascata, hoje a cargo d'esta administração, na qual, além da conservação geral, alargaram-se duas curvas afim de facilitar o transito dos carros.

Este trabalho executado em rocha mede em uma das curvas 30<sup>m</sup> de comprimento sobre 1<sup>m</sup> 25 de grossura e 2<sup>m</sup> 30 de altura e em outra 20<sup>m</sup> de comprimento sobre 1<sup>m</sup> de grossura e 2<sup>m</sup> de altura.

Abriu-se um novo caminho que, partindo da casa da administração vai terminar na praça Quinze de Novembro, medindo este em toda extensão 540<sup>m</sup>, sobre 3<sup>m</sup> 70 de largura e com 2<sup>m</sup>, mais ou menos de altura; nesse caminho fizeram-se 19 boeiros revestidos de pedra. Executaram-se mais 4 boeiros revestidos de pedra em diversos pontos para escoamento das aguas e reconstruiu-se cerca de 500<sup>m</sup> sobre 3<sup>m</sup> de largura do caminho, que, vai do acude a Taquara, na parte que atravessa esta Floresta.

Além d'esse trabalhos, prosegue-se na construção de um novo caminho, que, partindo do pateo da Floresta vai entroncar com o caminho do Rio da Tijuca, medindo parte do leito, que está prompto, 180<sup>m</sup>, sobre 3<sup>m</sup> de largura e tendo de aterro 0,30 na media em toda extensão.

## Obras.

Construiu-se uma ponte no caminho, que vai do acude a Taquara, tendo 7,80 de comprimento por 3<sup>m</sup> 15 de largura, sendo os peqões construídos de pedra e cimento, medindo, inclusive as cortinas, 20<sup>m</sup> correntes com a media de 2<sup>m</sup> de altura e 0<sup>m</sup> 40 de espessura.

## Predios.

Quanto aos proprios nacionais, que existem nesta Floresta, tenho a vos relatar que desenvolvi os maiores cuidados na sua conservação, mandando fiscalisar escripturalmente aquelles que são habitados por empregados d'esta Repartição e zelando continuamente pelo que se acha deshabitado. Pondo de parte o predio d'esta Administração, fazem

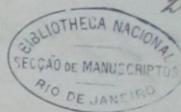
se necessarias diversas concertos nos outros predios e seria conveniente que o Governo nos facultasse meios para que elles fossem affectuados.

## Pessoal.

Cumpre-me chegar ao vosso conhecimento, como me dida urgentiss, para o bom andamento dos negocios d'esta repartição, a necessidade de ser modificada a tabella de vencimentos que é a mesma de ha vinte annos, principalmente na parte referente á diaria dos trabalhadores.

A tabella é a seguinte

Administrador		2550000
Escrivente (diaria)		30500
Feitor ( " )		20500
Trabalhadores ( " )		13700



A exemplo das outras repartições publicas onde tem-se dado o augmento de vencimentos, é de esperar que seja attendida a necessidade de elevação de salario aos trabalhadores d'esta Floresta.

Sem isso, nunca poderei dispor senão de um máo pessoal, pois que os bons operarios não se sujeitam a percepção de 1:900 reis diarios, quando fora d'esta Floresta facilmente ganham 2400 reis e mais.

## Despezas.

A verba concedida pelo Orçamento em vigor do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras publicas para o custeio d'esta Floresta Nacional e de

R\$ 23.590,000

A despesa do anno passado de assim discriminada

Pessoal da Floresta 11:437,650

Pessoal da conservação dos caminhos 9:089,000

Utensilios, materiaes trato dos animais e compra de um para o serviço

1:576,953

22:103,603

Saldo 1:485,397

Eis, pois, ahí retratado o estado da Floresta Nacional da Piquea e descriptos os trabalhos que sob a minha administração, nella se affectuaram

no anno proximo passado: e terminando, fezo-  
ros que me relevais a franqueza com que expen-  
di os meus pensamentos, relativos ao ramo de ser-  
vicio publico que dirijo - filho exclusivamente  
da boa vontade, que tenho de servir ao paiz, e  
do desejo, que nutro de que prosperem os inte-  
resses nacionaes, que caem sob a minha inspecção.

Saude e Fraternidade

Florista Nacional da Figueira 17 de Janeiro  
de 1891.

O administrador  
(Assignado) Manuel Gomes Archer.

# Mezes

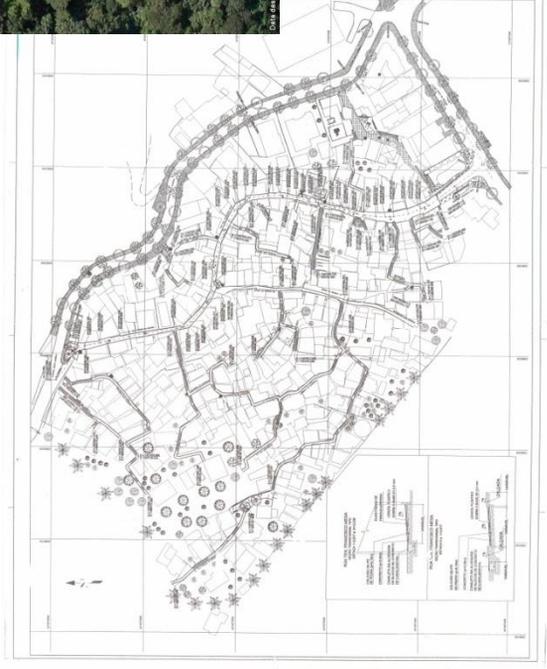
	Arandá	Arceira	Arco de pipa	B. utucanhê	Canella tapinhã	Carubhy vinhatico	Canella ubapiba	Carubhy pitanga	Cedro rosa	Canella Setim
Janeiro	.	302	.	253	.	22	31	.	.	.
Fevereiro	.	34	.	319	.	.	.	386	.	.
Março	.	22	103	.	.	.	.	.	85	.
Abril	.	54	60	95	.	.	.	.	.	.
Maior	1	84	230	1529	2	.	.	.	155	25
Junho	.	.	118	.	.	.	.	.	.	50
Julho	5	.	.	136	.	.	.	.	1	52
Agosto	.	.	122	226	.	.	.	.	11	62
Setembro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1
Outubro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	34
Novembro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Dezembro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Summa	6	496	633	2536	2	22	31	386	252	224

X

2328	123	26	10	409	326	284	42	912	"	"	Oleo pardo de copahyba
107	"	82	11	5	"	"	"	"	"	"	Oleo de copahyba
4	"	"	"	"	"	"	"	4	"	"	Oleo de fatahy
31	"	"	"	40	11	"	"	20	"	"	Oncurana
108	"	"	"	"	"	12	"	35	"	"	Peroba
31	"	"	"	"	30	1	"	"	"	"	Pão ferro
12	"	"	"	"	"	12	"	"	"	"	Pão Pereira
6	"	"	"	"	5	"	"	"	"	"	Pequidá marfim
423	"	"	"	1	"	144	32	246	"	"	Pão cabelo
150	"	18	"	29	54	49	"	"	"	"	Santa Luzia
319	"	13	"	"	"	194	254	114	30	36	Upipiruna
5	"	"	"	"	"	"	"	5	"	"	Tapinhã
4235	131	362	6	"	1830	124	399	20	"	"	Vinhaticos
		438	64	105	435	3390	1609	1999	1609	2819	Total
		935				2951					Observações







# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE DA CIDADE

# AGENDA

- ⊙ Apresentação da Diretoria
- ⊙ Novo Logo da Associação
- ⊙ Visão, missão e valores
- ⊙ Associação como empresa
- ⊙ Balanço dos meses de Julho e Agosto
- ⊙ Principais problemas encontrado
- ⊙ O que esta sendo feito
- ⊙ Associados e seus benefícios
- ⊙ Serviços

# APRESENTAÇÃO DA DIRETORIA



João Marcelo (Sansão)  
PRESIDENTE



Leandro Cristiano (Urso)  
VICE-PRIDENTE



Rodrigo Botelho  
TESOUREIRO



Thiago Gil (Tim)  
1º SECRETÁRIO



Flavio David  
DIR. DE PATRIMONIO

# NOVO LOGO DA ASSOCIAÇÃO



# MATERIAL GRÁFICO



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE DA CIDADE**  
Entidade representativa dos moradores da Vila Parque da Cidade, fundada em 29 de abril de 1964, sediada na Estrada Santa Marinha n.º 39 A - Gávea - Rio de Janeiro - RJ.

**COMUNICADO**

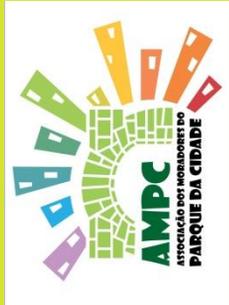
A \_\_\_\_\_  
Nome da empresa ou pessoa  
CNPJ ou CPF  
Endereço  
Cep  
Cidade - Estado

A empresa (informar o nome), por meio de seu gerente inf - ass - do, vem através desta comunicar que foi constatado em nossos cadastros uma p - denc - financeira no pagamento referente à nota fiscal nº xxxx, concernente à par - , vendida em (data), que importam em um débito total de R\$ xxxxx (por p - ent).

Solicitamos que Vossa Senhoria entre em c - o, l - , de 48 horas para regularizar a situação.

Localidade, dia, mês e ano.

Nome da empresa (assin -)  
Nome do gerente ou diretor,  
Cargo ocupado



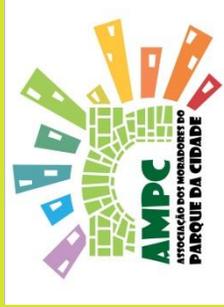
# VISÃO, MISSÃO E VALORES

## MISSÃO:

Prover o desenvolvimento social, cultural, ambiental e educacional em benefício da comunidade. Defender o direito a moradia e lutar pelo aperfeiçoamento ou instalações de equipamentos urbanos para melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, oferecendo aos mesmos, gratuitamente benefícios alcançados junto aos Órgãos Municipais, Estaduais, Federais e a Iniciativa Privada.

## VISÃO:

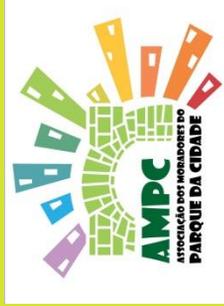
Estabelecer nossa organização entre as melhores associações de moradores do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de reconhecer o Parque da Cidade como modelo de sustentabilidade.



# VISÃO, MISSÃO E VALORES

## VALORES:

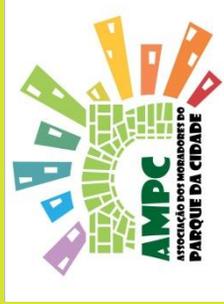
- ⊙ Ética
- ⊙ Transparência
- ⊙ Igualdade
- ⊙ Solidariedade
- ⊙ Respeito mútuo
- ⊙ Honradez nos acordos, convênios, projetos, sempre de acordo com o nosso Estatuto.



# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

**“As associações assumem os princípios de uma doutrina que se chama associativismo e que expressa a crença de que juntos pode-se encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida em sociedade apresenta.”**

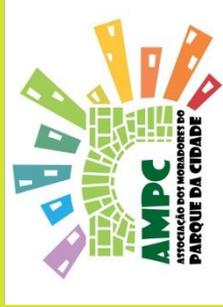
**SEBRAE RJ**



# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## Os princípios do associativismo reconhecidos em praticamente todo o mundo são:

- ⊙ **Adesão voluntária e livre** – As associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio.
- ⊙ **Gestão democrática pelos sócios** – As associações são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões .
- ⊙ **Autonomia e independência** – As associações são organizações autônomas de ajuda mútua, controlada por seus membros.
- ⊙ **Interesse pela comunidade** – As associações trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país por meio de políticas aprovadas por seus membros.



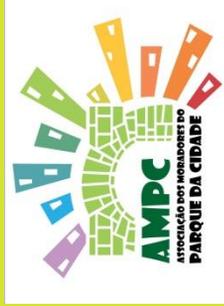
# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## 🕒 Forma de gestão

Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.

## 🕒 Contabilidade

Escrituração contábil simplificada.



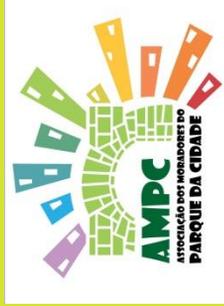
# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## 🕒 Forma de gestão

Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.

## 🕒 Contabilidade

Escrituração contábil simplificada.



# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## 🎯 Tributação

As associações não conseguem ficar livres de alguns impostos, taxas e obrigações.

Entre elas temos:

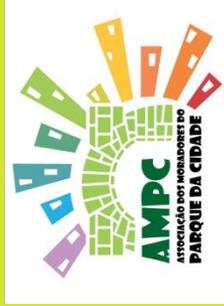
O **COFINS** que incide sobre os serviços das ONG em geral, O **PIS** sobre a folha de salários e o **ISS** sobre os serviços prestados (este pode ser requerido isenção).

Das obrigações temos:

Apresentar **Declaração de Imposto de Renda** da Associação (junho), a **DCTF** (Out e Mar), a **DIRF**(fev) e a **RAIS**(fev).

Por fim tem a **taxa de licença das prefeituras** que tem de serem pagas anualmente.

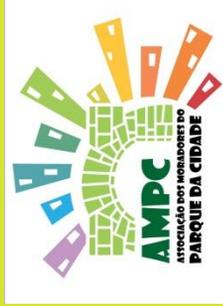
Cadastro no **INSS**, **CEF-FGTS**, para poder apresentar certidão negativa de débitos quando participar de concorrência, projetos ou mesmo na prestação de contas aos associados.



# ASSOCIADOS

A Associação, contará com um número ilimitado de associados, podendo filiar-se somente maiores de 18 (dezoito) anos, distinguidos em três categorias:

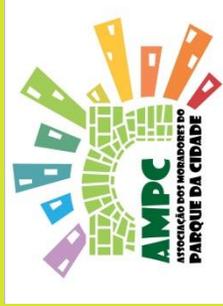
- I. Associados Fundadores:** os que ajudaram na fundação da Associação;
- II. Associados Beneméritos:** os que contribuem com donativos e doações;
- III. Associados Contribuintes:** os que contribuem mensalmente.

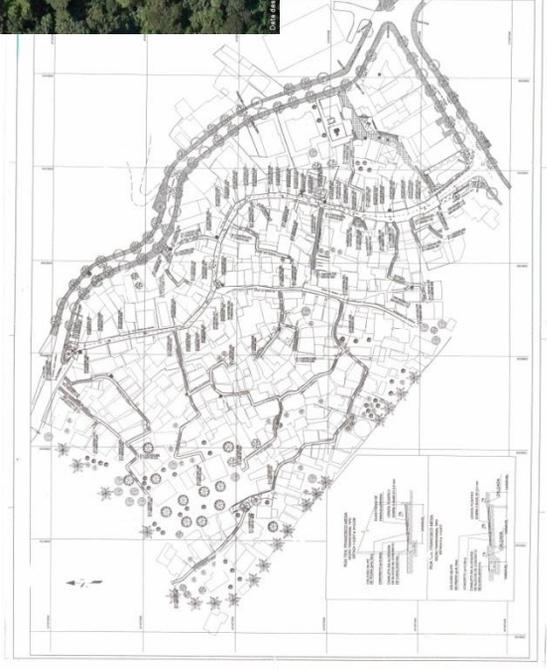


# ASSOCIADOS E SEUS DEVERES

Para os Associados que residam no mínimo um ano e meio:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
  - II. respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
  - III. Zelar pelo bom nome da Associação;
  - IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
  - V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
  - VI. Comparecer por ocasião das eleições;
  - VII. Votar por ocasião das eleições;
  - VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providencias.
- Parágrafo único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas .





# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE DA CIDADE

# AGENDA

- ⊙ Apresentação da Diretoria
- ⊙ Novo Logo da Associação
- ⊙ Visão, missão e valores
- ⊙ Associação como empresa
- ⊙ Balanço dos meses de Julho e Agosto
- ⊙ Principais problemas encontrado
- ⊙ O que esta sendo feito
- ⊙ Associados e seus benefícios
- ⊙ Serviços

# APRESENTAÇÃO DA DIRETORIA



João Marcelo (Sansão)  
PRESIDENTE



Leandro Cristiano (Urso)  
VICE-PRESIDENTE



Rodrigo Botelho  
TESOUREIRO



Thiago Gil (Tim)  
1º SECRETÁRIO



Flavio David  
DIR. DE PATRIMONIO

# NOVO LOGO DA ASSOCIAÇÃO



# MATERIAL GRÁFICO



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE DA CIDADE**  
Entidade representativa dos moradores da Vila Parque da Cidade, fundada em 29 de abril de 1964, sediada na Estrada Santa Marinha n.º 39 A - Gávea - Rio de Janeiro - RJ.

**COMUNICADO**

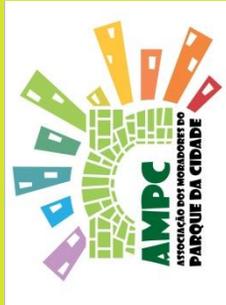
A \_\_\_\_\_  
Nome da empresa ou pessoa  
CNPJ ou CPF  
Endereço  
Cep  
Cidade - Estado

A empresa (informar o nome), por meio de seu gerente inf - ass - do, vem através desta comunicar que foi constatado em nossos cadastros uma p - denc - financeira no pagamento referente à nota fiscal nº xxxx, concernente à par - , vendida em (data), que importam em um débito total de R\$ xxxxx (por p - ent).

Solicitamos que Vossa Senhoria entre em c - o, l - , de 48 horas para regularizar a situação.

Localidade, dia, mês e ano.

Nome da empresa (assin -)  
Nome do gerente ou diretor,  
Cargo ocupado



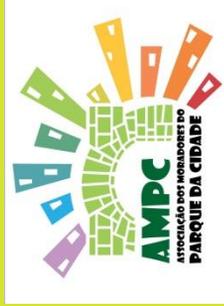
# VISÃO, MISSÃO E VALORES

## MISSÃO:

Prover o desenvolvimento social, cultural, ambiental e educacional em benefício da comunidade. Defender o direito a moradia e lutar pelo aperfeiçoamento ou instalações de equipamentos urbanos para melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, oferecendo aos mesmos, gratuitamente benefícios alcançados junto aos Órgãos Municipais, Estaduais, Federais e a Iniciativa Privada.

## VISÃO:

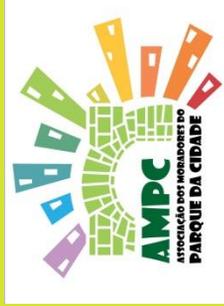
Estabelecer nossa organização entre as melhores associações de moradores do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de reconhecer o Parque da Cidade como modelo de sustentabilidade.



# VISÃO, MISSÃO E VALORES

## VALORES:

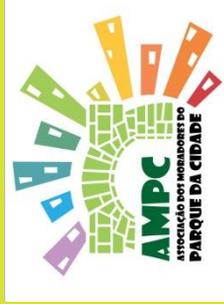
- ⊙ Ética
- ⊙ Transparência
- ⊙ Igualdade
- ⊙ Solidariedade
- ⊙ Respeito mútuo
- ⊙ Honradez nos acordos, convênios, projetos, sempre de acordo com o nosso Estatuto.



# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

**“As associações assumem os princípios de uma doutrina que se chama associativismo e que expressa a crença de que juntos pode-se encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida em sociedade apresenta.”**

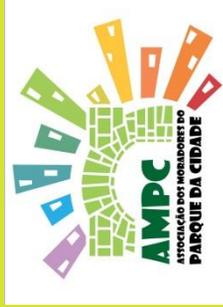
**SEBRAE RJ**



# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## Os princípios do associativismo reconhecidos em praticamente todo o mundo são:

- ⊙ **Adesão voluntária e livre** – As associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio.
- ⊙ **Gestão democrática pelos sócios** – As associações são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões .
- ⊙ **Autonomia e independência** – As associações são organizações autônomas de ajuda mútua, controlada por seus membros.
- ⊙ **Interesse pela comunidade** – As associações trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país por meio de políticas aprovadas por seus membros.



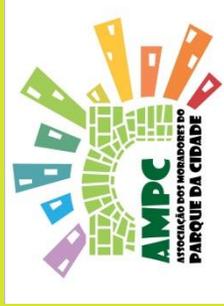
# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## 🕒 Forma de gestão

Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.

## 🕒 Contabilidade

Escrituração contábil simplificada.



# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## 🎯 Tributação

As associações não conseguem ficar livres de alguns impostos, taxas e obrigações.

Entre elas temos:

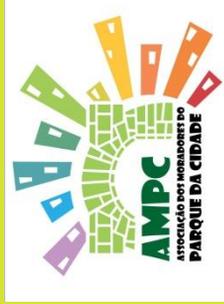
O **COFINS** que incide sobre os serviços das ONG em geral, O **PIS** sobre a folha de salários e o **ISS** sobre os serviços prestados (este pode ser requerido isenção).

Das obrigações temos:

Apresentar **Declaração de Imposto de Renda** da Associação (junho), a **DCTF** (Out e Mar), a **DIRF**(fev) e a **RAIS**(fev).

Por fim tem a **taxa de licença das prefeituras** que tem de serem pagas anualmente.

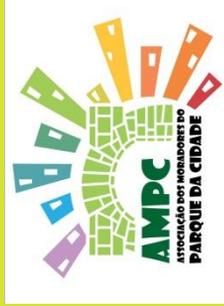
Cadastro no **INSS**, **CEF-FGTS**, para poder apresentar certidão negativa de débitos quando participar de concorrência, projetos ou mesmo na prestação de contas aos associados.



# ASSOCIADOS

A Associação, contará com um número ilimitado de associados, podendo filiar-se somente maiores de 18 (dezoito) anos, distinguidos em três categorias:

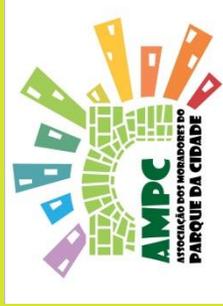
- I. Associados Fundadores:** os que ajudaram na fundação da Associação;
- II. Associados Beneméritos:** os que contribuem com donativos e doações;
- III. Associados Contribuintes:** os que contribuem mensalmente.



# ASSOCIADOS E SEUS DEVERES

Para os Associados que residam no mínimo um ano e meio:

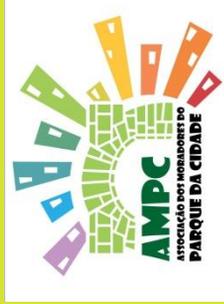
- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
  - II. respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
  - III. Zelar pelo bom nome da Associação;
  - IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
  - V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
  - VI. Comparecer por ocasião das eleições;
  - VII. Votar por ocasião das eleições;
  - VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providencias.
- Parágrafo único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas .



# ASSOCIADOS E SEUS DIREITOS

São direitos somente dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;
- II. Gozar dos benefícios oferecidos pela entidade na forma prevista neste Estatuto;
- III. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria e do Conselho Fiscal;



# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## 🎯 Tributação

As associações não conseguem ficar livres de alguns impostos, taxas e obrigações.

Entre elas temos:

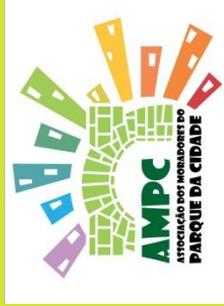
O **COFINS** que incide sobre os serviços das ONG em geral, O **PIS** sobre a folha de salários e o **ISS** sobre os serviços prestados (este pode ser requerido isenção).

Das obrigações temos:

Apresentar **Declaração de Imposto de Renda** da Associação (junho), a **DCTF** (Out e Mar), a **DIRF**(fev) e a **RAIS**(fev).

Por fim tem a **taxa de licença das prefeituras** que tem de serem pagas anualmente.

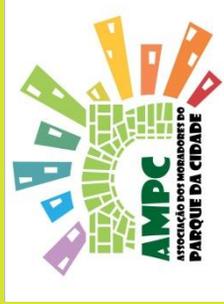
Cadastro no **INSS**, **CEF-FGTS**, para poder apresentar certidão negativa de débitos quando participar de concorrência, projetos ou mesmo na prestação de contas aos associados.



# ASSOCIADOS

A Associação, contará com um número ilimitado de associados, podendo filiar-se somente maiores de 18 (dezoito) anos, distinguidos em três categorias:

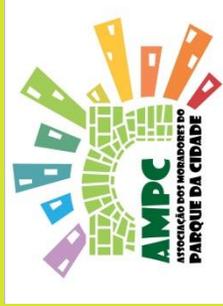
- I. Associados Fundadores:** os que ajudaram na fundação da Associação;
- II. Associados Beneméritos:** os que contribuem com donativos e doações;
- III. Associados Contribuintes:** os que contribuem mensalmente.

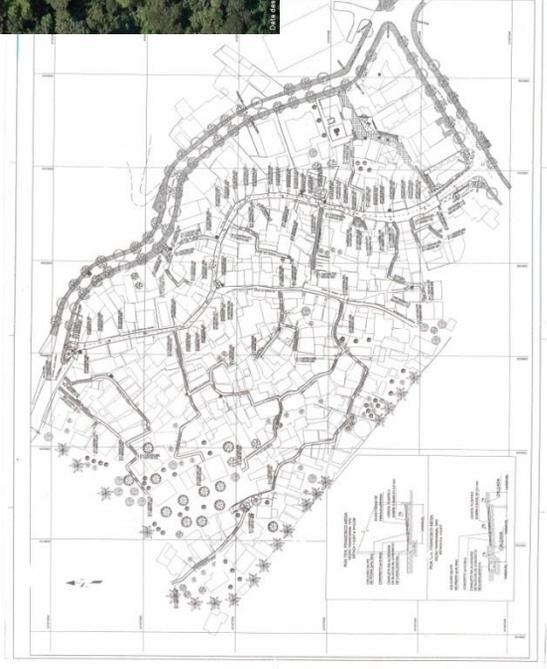


# ASSOCIADOS E SEUS DEVERES

Para os Associados que residam no mínimo um ano e meio:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
  - II. respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
  - III. Zelar pelo bom nome da Associação;
  - IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
  - V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
  - VI. Comparecer por ocasião das eleições;
  - VII. Votar por ocasião das eleições;
  - VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providencias.
- Parágrafo único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas .





# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE DA CIDADE

# AGENDA

- ⊙ Apresentação da Diretoria
- ⊙ Novo Logo da Associação
- ⊙ Visão, missão e valores
- ⊙ Associação como empresa
- ⊙ Balanço dos meses de Julho e Agosto
- ⊙ Principais problemas encontrado
- ⊙ O que esta sendo feito
- ⊙ Associados e seus benefícios
- ⊙ Serviços

# APRESENTAÇÃO DA DIRETORIA



João Marcelo (Sansão)  
PRESIDENTE



Leandro Cristiano (Urso)  
VICE-PRESIDENTE



Rodrigo Botelho  
TESOUREIRO



Thiago Gil (Tim)  
1º SECRETÁRIO



Flavio David  
DIR. DE PATRIMONIO

# NOVO LOGO DA ASSOCIAÇÃO



# MATERIAL GRÁFICO



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE DA CIDADE**  
Entidade representativa dos moradores da Vila Parque da Cidade, fundada em 29 de abril de 1964, sediada na Estrada Santa Marinha n.º 39 A - Gávea - Rio de Janeiro - RJ.

**COMUNICADO**

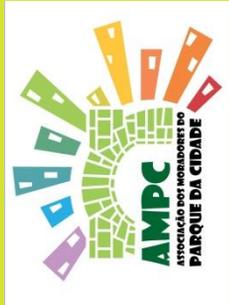
A \_\_\_\_\_  
Nome da empresa ou pessoa  
CNPJ ou CPF  
Endereço  
Cep  
Cidade - Estado

A empresa (informar o nome), por meio de seu gerente inf - ass - do, vem através desta comunicar que foi constatado em nossos cadastros uma p - denc - financeira no pagamento referente à nota fiscal nº xxxx, concernente à par - , vendida em (data), que importam em um débito total de R\$ xxxxx (por p - ent).

Solicitamos que Vossa Senhoria entre em c - o, l - , de 48 horas para regularizar a situação.

Localidade, dia, mês e ano.

Nome da empresa (assin -)  
Nome do gerente ou diretor,  
Cargo ocupado



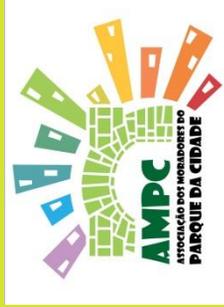
# VISÃO, MISSÃO E VALORES

## MISSÃO:

Prover o desenvolvimento social, cultural, ambiental e educacional em benefício da comunidade. Defender o direito a moradia e lutar pelo aperfeiçoamento ou instalações de equipamentos urbanos para melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, oferecendo aos mesmos, gratuitamente benefícios alcançados junto aos Órgãos Municipais, Estaduais, Federais e a Iniciativa Privada.

## VISÃO:

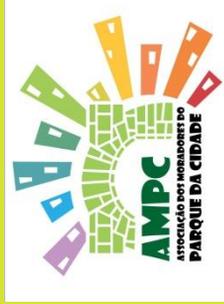
Estabelecer nossa organização entre as melhores associações de moradores do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de reconhecer o Parque da Cidade como modelo de sustentabilidade.



# VISÃO, MISSÃO E VALORES

## VALORES:

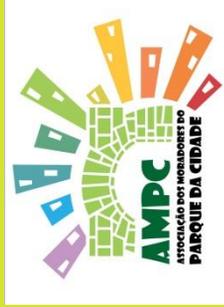
- ⊙ Ética
- ⊙ Transparência
- ⊙ Igualdade
- ⊙ Solidariedade
- ⊙ Respeito mútuo
- ⊙ Honradez nos acordos, convênios, projetos, sempre de acordo com o nosso Estatuto.



# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

**“As associações assumem os princípios de uma doutrina que se chama associativismo e que expressa a crença de que juntos pode-se encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida em sociedade apresenta.”**

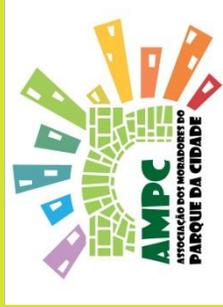
**SEBRAE RJ**



# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## Os princípios do associativismo reconhecidos em praticamente todo o mundo são:

- ⊙ **Adesão voluntária e livre** – As associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio.
- ⊙ **Gestão democrática pelos sócios** – As associações são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões .
- ⊙ **Autonomia e independência** – As associações são organizações autônomas de ajuda mútua, controlada por seus membros.
- ⊙ **Interesse pela comunidade** – As associações trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país por meio de políticas aprovadas por seus membros.



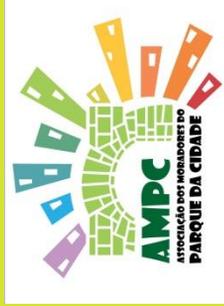
# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## 🕒 Forma de gestão

Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.

## 🕒 Contabilidade

Escrituração contábil simplificada.



# ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

## 🎯 Tributação

As associações não conseguem ficar livres de alguns impostos, taxas e obrigações.

Entre elas temos:

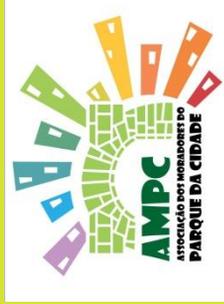
O **COFINS** que incide sobre os serviços das ONG em geral, O **PIS** sobre a folha de salários e o **ISS** sobre os serviços prestados (este pode ser requerido isenção).

Das obrigações temos:

Apresentar **Declaração de Imposto de Renda** da Associação (junho), a **DCTF** (Out e Mar), a **DIRF**(fev) e a **RAIS**(fev).

Por fim tem a **taxa de licença das prefeituras** que tem de serem pagas anualmente.

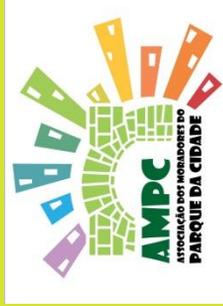
Cadastro no **INSS**, **CEF-FGTS**, para poder apresentar certidão negativa de débitos quando participar de concorrência, projetos ou mesmo na prestação de contas aos associados.



# ASSOCIADOS

A Associação, contará com um número ilimitado de associados, podendo filiar-se somente maiores de 18 (dezoito) anos, distinguidos em três categorias:

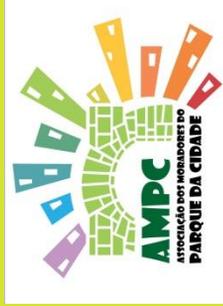
- I. Associados Fundadores:** os que ajudaram na fundação da Associação;
- II. Associados Beneméritos:** os que contribuem com donativos e doações;
- III. Associados Contribuintes:** os que contribuem mensalmente.



# ASSOCIADOS E SEUS DEVERES

Para os Associados que residam no mínimo um ano e meio:

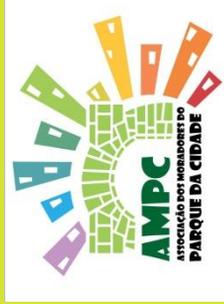
- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
  - II. respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
  - III. Zelar pelo bom nome da Associação;
  - IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
  - V. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
  - VI. Comparecer por ocasião das eleições;
  - VII. Votar por ocasião das eleições;
  - VIII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembleia Geral tome providencias.
- Parágrafo único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas .



# ASSOCIADOS E SEUS DIREITOS

São direitos somente dos associados quites com suas obrigações sociais:

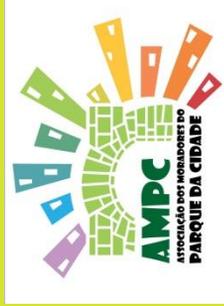
- I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;
- II. Gozar dos benefícios oferecidos pela entidade na forma prevista neste Estatuto;
- III. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria e do Conselho Fiscal;



# ASSOCIADOS E SEUS DIREITOS

São direitos somente dos associados quites com suas obrigações sociais:

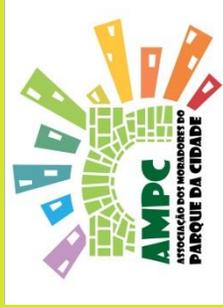
- I. Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, na forma prevista neste estatuto;
- II. Gozar dos benefícios oferecidos pela entidade na forma prevista neste Estatuto;
- III. Recorrer à Assembleia Geral contra qualquer ato da Diretoria e do Conselho Fiscal;



# ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS

A admissão dos associados se dará independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, e para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição, e submetê-la a aprovação da Diretoria Executiva, que observará os seguintes critérios:

- I. Apresentar a cédula de identidade, e no caso de menor de dezoito anos, autorização dos pais ou responsáveis;
- II. Concordar com o presente estatuto, e expressar em sua atuação na Entidade e fora dela, os princípios nele definidos;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- IV. Em caso de associado contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.



# BALANÇO DOS MESES DE JULHO E AGOSTO

Relatórios e Gráficos

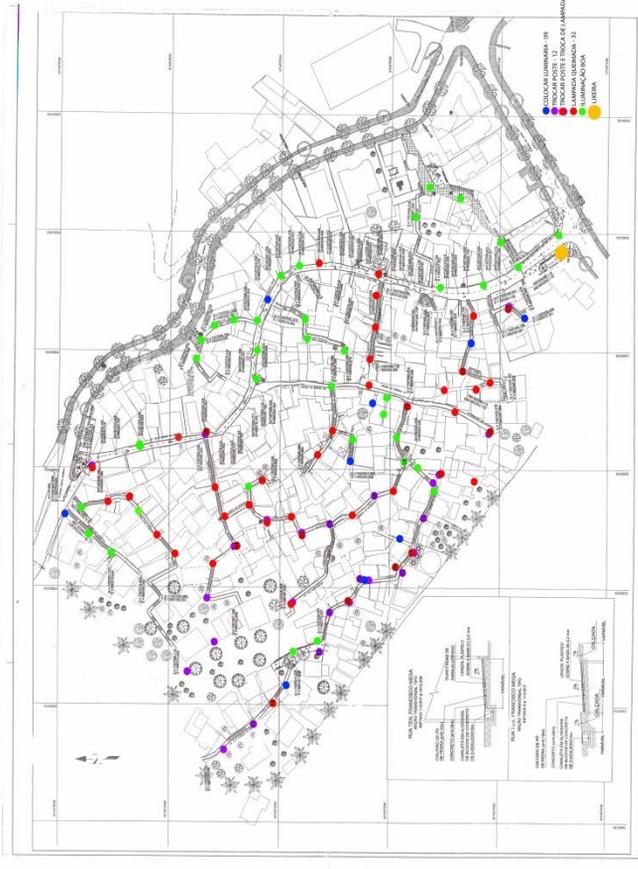
Fluxo de caixa mensal

01/07/2011 até 31/08/2011

Subcategoria	07/2011	08/2011	Total
<b>Rendimento</b>			
<b>Outros rendimentos</b>			
DOAÇÃO	1.500,00		1.500,00
DOCUMENTOS	304,00	40,00	344,00
EVENTOS	80,00		80,00
Total Outros rendimentos	1.884,00	40,00	1.924,00
<b>Rendimento de investimento</b>			
Ganhos de capital	500,00	444,00	944,00
Total Rendimento de investimento	500,00	444,00	944,00
Total Rendimento	2.384,00	484,00	2.868,00
<b>Despesas</b>			
<b>Alimentação</b>			
PADARIA	46,00	65,50	111,50
Restaurantes	8,00	38,50	46,50
Total Alimentação	54,00	104,00	158,00
<b>Despesas de trabalho</b>			
MAO-DE-OBRA	280,00		280,00
Não-reembolsadas	1.544,00	46,00	1.590,00
TRANSPORTE		4,00	4,00
Total Despesas de trabalho	1.824,00	50,00	1.874,00
<b>Itens domésticos</b>			
PADARIA	4,00	13,50	17,50
Total Itens domésticos	4,00	13,50	17,50
<b>Retirada em dinheiro</b>			
VALE	300,00	500,00	800,00
Total Retirada em dinheiro	300,00	500,00	800,00
Total Despesas	2.182,00	667,50	2.849,50
<b>Rendimento menos Despesas</b>	202,00	-183,50	18,50

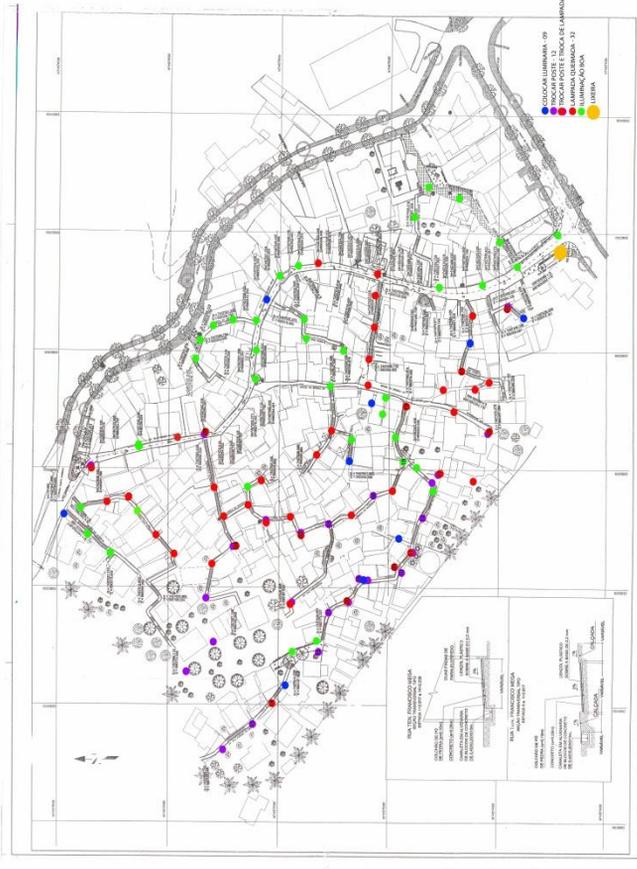
# PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS

## Iluminação das Alamedas



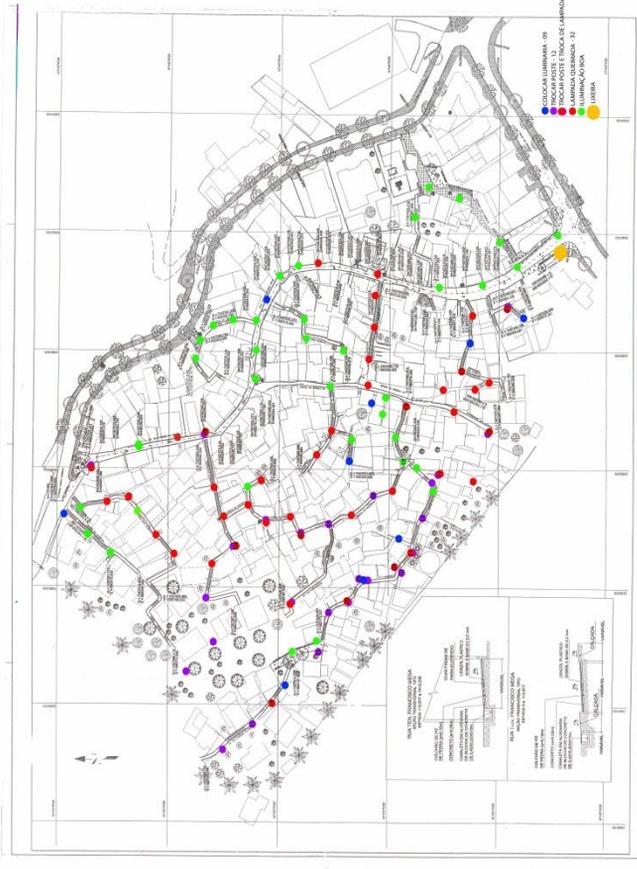
# PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS

## Associação dos Moradores



# PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS

## Lixeira na Rua Tenente Francisco Mega





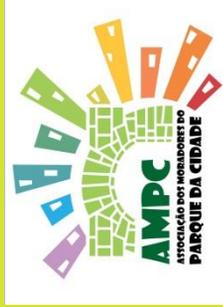
# PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS

## Campinho sem infraestrutura



# O QUE ESTAMOS FAZENDO

- ⊙ Contato direto com a VI R.A.; (Leonardo Spritzer e seus assessores)
- ⊙ E-mails enviados aos órgãos competentes e publicações em Diário Oficial com a demanda da comunidade;
- ⊙ Reuniões com as Associações de Moradores, empresas privadas e lideranças do entorno do Parque da Cidade;
- ⊙ Melhoria da estrutura da nossa Sede;
- ⊙ Pesquisa de opinião em busca de melhorias;
- ⊙ Busca do bem-estar físico e mental;



# O QUE ESTAMOS FAZENDO



**Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Protocolo: RIO-790991-2** Entrada | X

1746@rio.rj.gov.br para mim

mostrar detalhes 3 ago Responder

Prefeitura do Rio de Janeiro

Prezado,

Prezados,

Informe que as demandas de iluminação, pavimentação e limpeza foram passadas para os órgãos competentes.

Att.,

Leonardo Spritzer  
Adm. Regional - VI RA  
- Mostrar texto das mensagens anteriores -

Leonardo Spritzer  
Adm. Regional - VI RA

Encaminhar Responder Leonardo não está disponível para bater papo

Associação dos Moradores do Parque da Cidade para Leon. mostrar detalhes 22 ago Responder

Boa tarde Leonardo,

Ficamos agradecido pela resposta, mas teria um prazo para que sejam atendido? Temos um protocolo da ovidória pelo um atendimento não concluído da Rio Luz, segue o numero de protocolo, 1416545. Se pudesse agilizar esse pedido...

Sem mais,

Diretoria AMPC.

Em 22 de agosto de 2011 14:18, Leonardo Spritzer <leo.6ra@gmail.com> escreveu:  
- Mostrar texto das mensagens anteriores -

ovidoria rio luz.JPG  
123K Visualizar Baixar

Encaminhar Responder Leonardo não está disponível para bater papo

mostrar detalhes 3 ago Responder

1746@rio.rj.gov.br para mim

Entrada | X

Prefeitura do Rio de Janeiro

Prezados Associação dos Moradores do Parque da Cidade,

Agradecemos o seu contato e informamos que sua solicitação foi registrada sob o protocolo RIO-790991-2.

Assuntos:  
Reparo de lâmpada apagada.

Providências até 7 dias não úteis

Endereço de solicitação: Etr. Santa Marinha n.º 59

Atenciosamente,

Central de Atendimento 1746

Esse e-mail foi gerado automaticamente. Por favor, não o responda. Em caso de dúvidas entre em contato com a Central 1746

Encaminhar Responder



# O QUE ESTAMOS FAZENDO

**COMLURB estrada santa marinha** | Enviar | X

Associação dos Moradores do Parque da Cidade Parque da Cidade p [mostrar detalhes](#) 6 set (2 dias atrás) | Responder

Bom dia Renato.

Querо reforçar o nosso pedido com relação ao Ganl da COMLURB para fazer a variação na Estrada Santa Marinha, pois a mesma encontra-se com lixo ao longo da via. Por favor pedimos encarecidamente, não temos ganis comunitários para varrer a rua e a comunidade e a solução seria um ganl da COMLURB fazendo essa função de varrer somente a Estrada Santa Marinha.

Atenciosamente,  
A Jeffersonia.

[Responder](#) | [Encaminhar](#)

**Renato Moreira Martins para mim** | [mostrar detalhes](#) 6 set (2 dias atrás) | Responder

Perço desculpas pela demora, conforme informado, estamos implantando a Variação a partir de quinta-feira (08/09/11), pela nossa programação o logradouro em questão será atendido três vezes por semana.

Renato.

Em 6 de setembro de 2011 10:01, Associação dos Moradores do Parque da Cidade Parque da Cidade <[amppcc@gmail.com](mailto:amppcc@gmail.com)> escreveu:  
- Mostrar todo o histórico das mensagens anteriores -

[Responder](#) | [Encaminhar](#)

**Associação dos Moradores do Parque da Cidade Parque da Cida** | [mostrar detalhes](#) 08:42 (4 horas atrás) | Responder

Bom dia Renato,

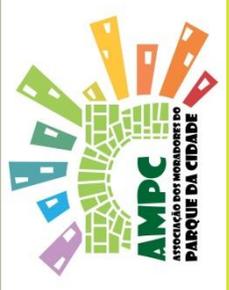
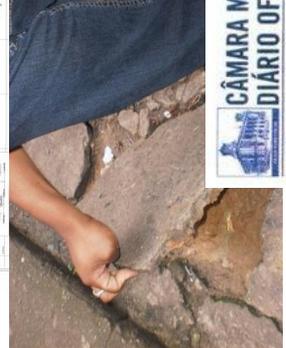
Ahê agora ninguém apareceu para varrer a Estrada Santa Marinha. Ficamos no aguardo. Segue em anexo a foto com a situação da rua.

Em 6 de setembro de 2011 11:53, Renato Moreira Martins <[martinsrenato2006@gmail.com.br](mailto:martinsrenato2006@gmail.com.br)> escreveu:  
- Mostrar todo o histórico das mensagens anteriores -

2 anexos — Baixar todos os anexos | Exibir todos os anexos



0082011390.jpg  
337K | Visualizar | Baixar

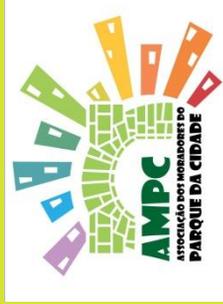


# RESULTADOS DO QUE ESTAMOS FAZENDO



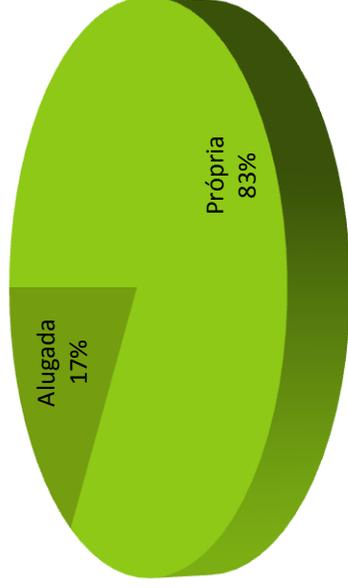
# PESQUISA DE OPINIÃO

- Data:**  
entre os dias 20/08 a 09/ 09 de 2011.
- Local:**  
Comunidade Parque da Cidade
- Total de pesquisa respondida:**  
102 moradores
- Tipo de Pesquisa:**  
Qualitativa

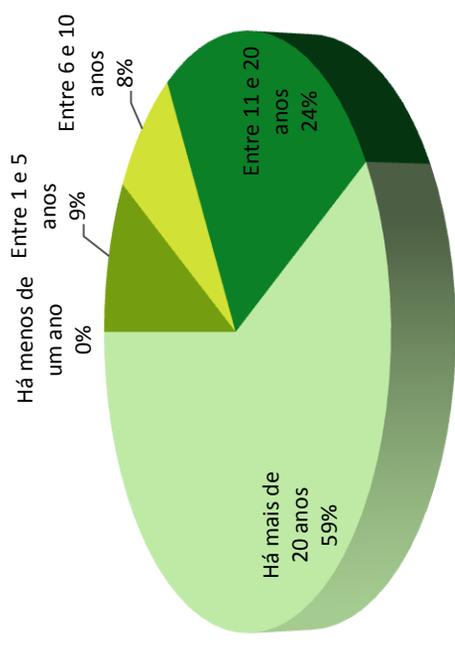


# PESQUISA DE OPINIÃO

## Tipo de Moradia

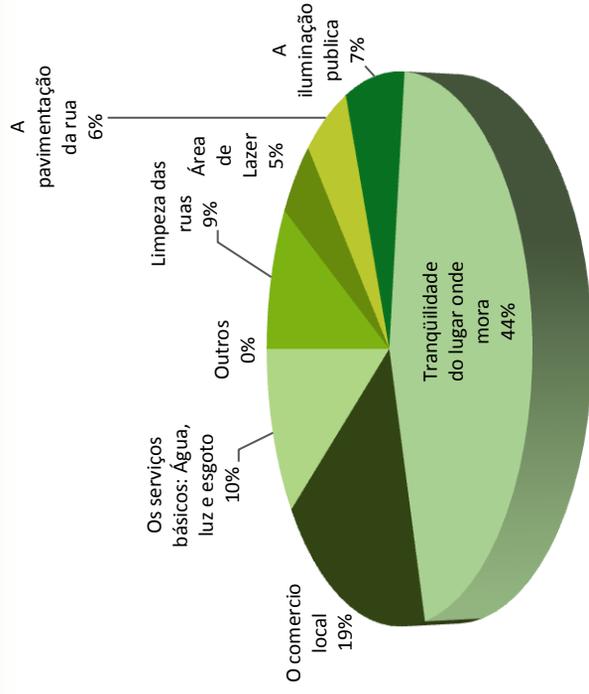


## Tempo de moradia

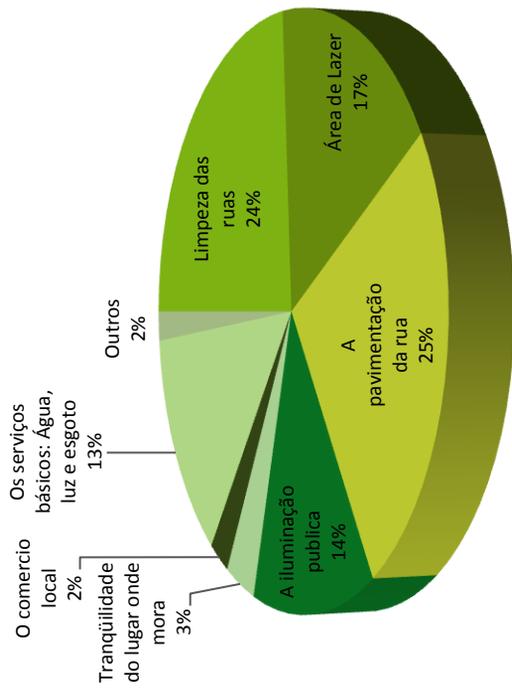


# PESQUISA DE OPINIÃO

## Qualidades da comunidade

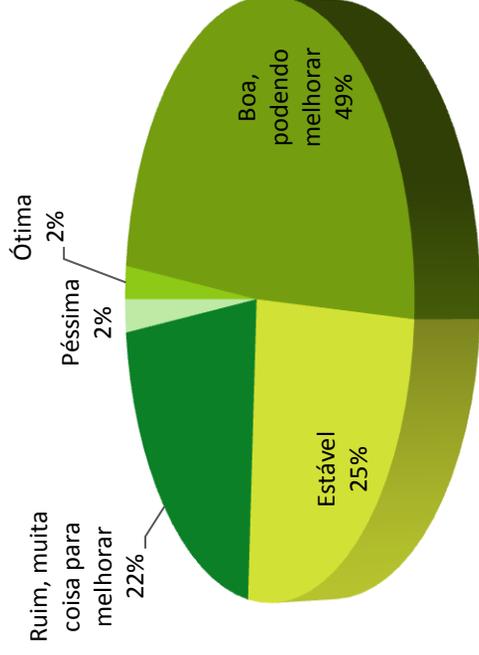


## Problemas da comunidade

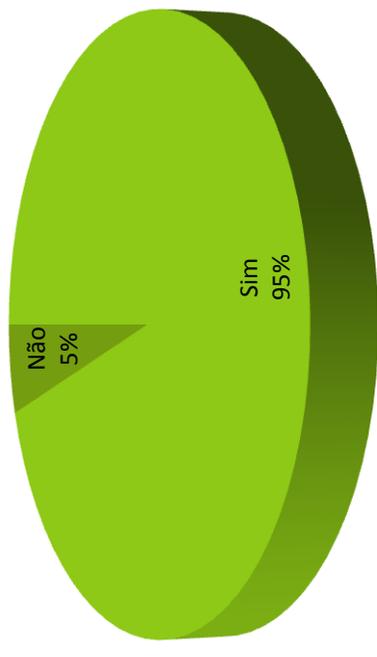


# PESQUISA DE OPINIÃO

## Opinião dos entrevistados sobre a comunidade

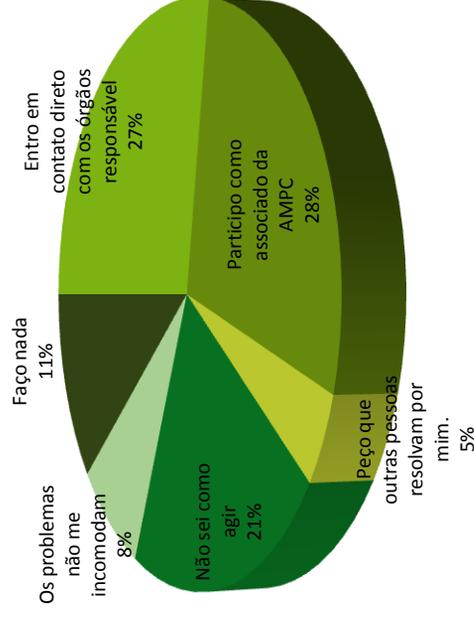


## Opinião dos entrevistados em relação a melhorias Associação/Prefeitura

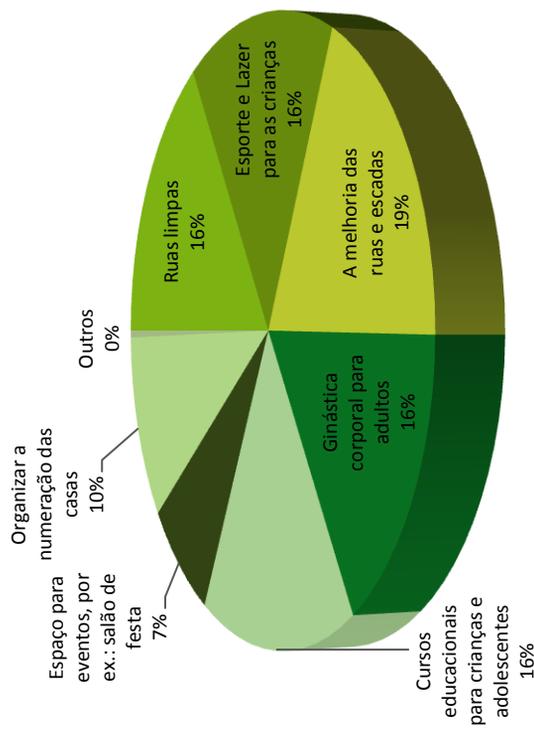


# PESQUISA DE OPINIÃO

## Atitude dos entrevistados em relação aos problemas da comunidade

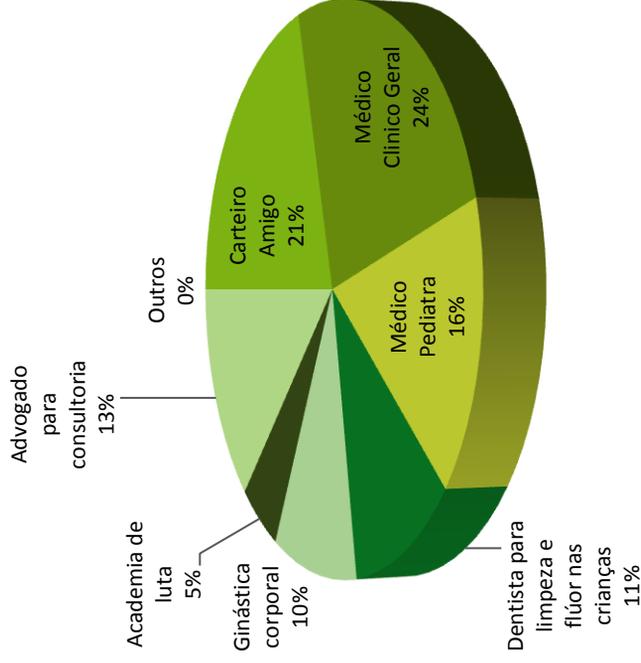


## O que os entrevistados gostaria que tivesse na comunidade

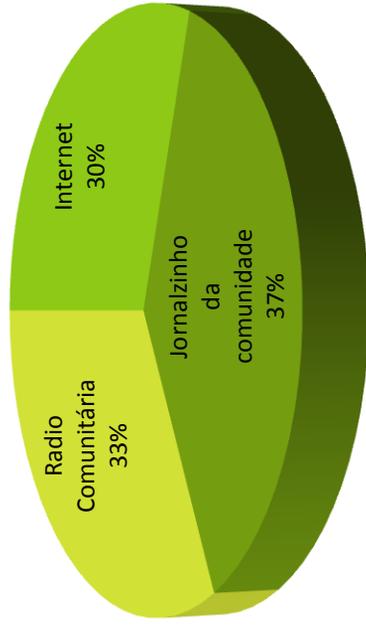


# PESQUISA DE OPINIÃO

## Principais serviços que a Associação deve oferecer

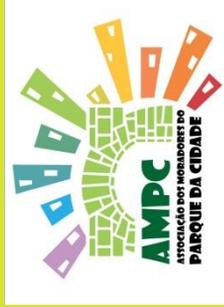


## Mídia para divulgação



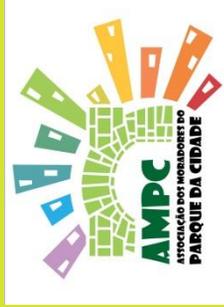
# EM DESENVOLVIMENTO

- ⊙ Carteiro Amigo;
- ⊙ Representante de alameda;
- ⊙ Serviço de Advogado para dar consultoria;
- ⊙ Jornal da comunidade;
- ⊙ Site em desenvolvimento;
- ⊙ Organização das numerações das Alamedas;



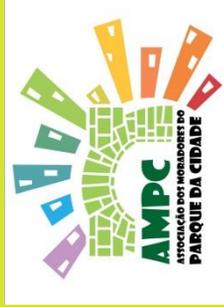
# PARCEIROS

- ⊙ Escola Parque
- ⊙ AMAGAVEA
- ⊙ Parque Municipal Natural da Cidade (Gestor Ricardo)
- ⊙ VI Região administrativa (Leonardo Splitzer)
- ⊙ Açogue do Peba
- ⊙ Bazar da Ana
- ⊙ Thiago Massad
- ⊙ Martinha
- ⊙ Marcelo Mantuano
- ⊙ Gás Butano (Baixinho)



# CONTATOS

- Site: [www.ampc-rj.org.br](http://www.ampc-rj.org.br)
- E-mail: [ampcrj@gmail.com](mailto:ampcrj@gmail.com)
- Facebook: [ampcrj](https://www.facebook.com/ampcrj)
- Twitter: [@ampcrj](https://twitter.com/ampcrj)



AGRADECIMENTO

Obrigado pela presença  
de todos!!!

